

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Euler Antônio Campos

SERVIÇO SOCIAL E A LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE IDENTIDADE DE
GÊNERO: análise crítica a partir das dimensões constitutivas da profissão

Juiz de Fora
2024

Euler Antônio Campos

**SERVIÇO SOCIAL E A LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE IDENTIDADE DE
GÊNERO: análise crítica a partir das dimensões constitutivas da profissão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Campos, Euler Antônio.

SERVIÇO SOCIAL E A LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO : análise crítica a partir das dimensões constitutivas da profissão / Euler Antônio Campos. -- 2024.
150 p.

Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

1. Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. 2. Livre orientação sexual e de identidade gênero. 3. Fundamentos do Serviço Social. I. de Paula, Luciana Gonçalves Pereira, orient. II. Título.

Euler Antônio Campos

SERVIÇO SOCIAL E A LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO:

análise crítica a partir das dimensões constitutivas da profissão

Dissertação apresentada
ao Programa de Pós-
Graduação
em Serviço Social, da
Universidade Federal de
Juiz de
Fora como requisito
parcial a obtenção do grau
de Mestre
em Serviço Social.

Aprovada em 27 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula – Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Marina Monteiro de Castro e Castro

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juiz de Fora, 27/02/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Gonçalves Pereira de Paula, Professor(a)**, em 17/07/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Monteiro de Castro e Castro, Diretor(a)**, em 25/07/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Mara de Moraes dos Santos, Usuário Externo**, em 13/08/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1721577** e o código CRC **BCEF9A60**.

AGRADECIMENTOS

Para começar, adaptarei uma frase de Jorge Amado, na qual ele escreve: "Mas eu o tentarei, [...] pois o importante é tentar, mesmo o impossível". Esse fragmento me encontra nos impossíveis da vida cotidiana. Escrever estes agradecimentos é um momento de olhar para trás e ver como foi importante tentar, mesmo nas impossibilidades que este sistema inscreve em nós. Sempre ressoa em mim o lugar de onde venho, dos caminhos que foram traçados para mim, e dos impossíveis que coletivamente se transformaram em possibilidades. Iniciar (e concluir) este mestrado foi um desses impossíveis que se materializaram em possíveis. Em meio à pandemia de COVID-19, que levou à morte milhares de pessoas devido à política negacionista e anticiência do inelegível, surge a possibilidade da seleção de mestrado. Ora, pensar no mestrado em meio ao caos social, sendo um trabalhador da saúde com carga horária de cinquenta horas semanais, parecia algo impossível. Mas "o importante é tentar, mesmo o impossível". Pois, foi assim, nas tentativas, apoiado por várias pessoas que auxiliaram de diferentes formas, que se tornou possível que eu chegasse até as linhas que escrevo aqui. Aos meus agradecimentos:

À minha orientadora Luciana Gonçalves Pereira de Paula pelo nosso encontro. Obrigado por me acolher, ouvir e ajudar a organizar minha confusão com carinho, afeto e risadas. Obrigado por acreditar em mim e não me deixar esquecer disso. Você foi decisiva para essa produção e para que eu seguisse firme. Sinto-me agraciado por poder ter compartilhado tantos momentos contigo! Obrigado.

À minha mãe Maria, força que me motiva a tentar os impossíveis. Obrigado pela paciência, cuidado e zelo; por compreender as ausências e o cansaço. Você é a luz que me guia. Te amo infinitamente.

À minha irmã, irmãos e sobrinhas, Edilene, Edinei, Tadeu, Maria Clara, Livia e Alice. Obrigado pelo apoio e por me lembrar que cada um de nós é potente.

Às mulheres da minha família. Obrigado por serem exemplo de força e resistência. Obrigado por acreditar em mim. Em especial, Tia Cida e Tia Marli.

À Isabella, minha grande amiga, que viveu intensamente cada segundo deste processo comigo. As noites dentro do ônibus; os lanches à beira da estrada; as conversas incansáveis sobre a dinâmica da vida; os debates teóricos; os abraços; os

sorrisos; e todas as outras coisas consolidaram uma amizade para além do fim do mestrado, que você acreditou não perdurar. Obrigado por ser meu apoio nos momentos mais desesperadores. Você é parte fundamental desse processo. Te amo, amiga!

Às companheiras Bruna, Raquel, Bel, Laira! Obrigado pela presença, pelos corredores da FSS, nos cafés na padaria ou no WhatsApp. Cada momento sempre foi único, de trocas que iam das questões acadêmicas às simplicidades do cotidiano. Vocês aquecem o coração e permanecem nele para sempre.

Aos amigos Gui, Paulo, Henrique, Matheus, Pablo, Paulo, Jeff, Fabiano, Lucas. Obrigado por serem suporte para deixar os dias mais tranquilos, dando ânimo para continuar. Às amigas Brenda, Camila, Jess, Dani, Priscila, por torcerem por mim e me incentivarem a seguir. Em especial, à Carol por ter me auxiliado tanto no processo de seleção. Outra especial é Sara, conheci a partir do mestrado e estivemos juntas em momentos felizes e cansativos deste processo. Sua alegria carioca esquentava o coração da gente.

Ao Raul, meu grande companheiro de jornada, e sua família. Obrigado por suportar as ausências e por entender cada momento. Obrigado por comemorar cada conquista, por me incentivar e por dedicar afeto no dia a dia. Te amo!

À turma do Mestrado em Serviço Social de 2021! Obrigado pelas trocas. Nós passamos por um processo muito intenso e, juntas, seguramos as nossas mãos. Somos potência!

Aos professores e às professoras do PPGSS, por toda troca e oferta de conhecimento. Obrigado por permanecerem firmes na construção do pensamento crítico para o Serviço Social e na defesa da classe trabalhadora. Em especial, à professora Sabrina Paiva, por me acolher nos momentos iniciais deste processo.

À toda equipe da coordenação de Saúde Sexual e Atenção às IST, Cliviany, Ana Ludmila, Grazy, Natália, Lúcia, Vinicius, Bruno, Gorete, Cíntia, Priscila e equipe do BH de Mãos Dadas, por todo apoio e carinho nestes anos juntos. Em especial para Cristiane, por ser uma coordenadora compreensível e cuidadosa no cotidiano; e Helyonara, por toda atenção e cuidado direcionado a mim. Meu muito obrigado!

Às professoras Silvana e Marina, por aceitarem contribuir na minha banca. Vocês me ajudaram muito no processo com as reflexões, indicações e compartilhamento de conhecimento. MUITÍSSIMO obrigado pela presença e pela defesa do projeto ético-político profissional crítico.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Por fim, concluir este mestrado, escrevendo esta dissertação, é reafirmar que o importante é tentar, mesmo o impossível! E que mais meninos e meninas, filhos e filhas da classe trabalhadora, que vieram da periferia como eu, possam tentar! Pois, como também escreveu Jorge Amado: “Imagine, meu velho, essa gente com saúde e sabendo ler, que perigo medonho!”.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como as questões sobre a livre orientação sexual e de identidade de gênero têm se expressado nas dimensões que constituem o Serviço Social. Assumimos o uso da expressão livre orientação sexual e de identidade gênero, mas o debate também é reconhecido no campo da “diversidade sexual e identidade de gênero” e “questão LGBT”. O desenvolvimento da profissão no Brasil é permeado por disputas, especialmente a partir da sua virada crítica frente ao tradicionalismo e conservadorismo. Por isso, é fundamental analisarmos como as questões da livre orientação sexual e de gênero se expressam nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da Serviço Social, considerando a direção social e o projeto ético-político expresso pelo conjunto da profissão. Para alcançar esse objetivo, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica exploratória nos Anais das 15^a, 16^a e 17^a edições do CBAS, e nas 16^o e 17^a edições do ENPESS, para analisar como tem se expressado no campo teórico-metodológico e técnico-operativo. Foi construído um banco de artigos composto por 102 artigos – 64 do CBAS e 38 do ENPESS, que abordam especificamente a temática da livre orientação sexual e de identidade de gênero. Utilizamos também, como fonte de exploração, os documentos, notícias e outras publicações realizadas pelo CFESS entre 2006 e 2022, para analisar as expressões da temática no campo ético-político. Na análise, identificamos duas tendências teoricamente mais expressivas na produção da categoria, uma (1) que se alinha de maneira mais expressiva à teoria social crítica de Marx; e a segunda (2), mais diversa, que absorve conceituações teóricas de outro campo e expressam tendências reformistas e pós-modernas. No total, 20 artigos foram identificados na tendência 1 e 82 identificados na tendência 2. Como resultados, percebe-se que o campo da livre orientação sexual e identidade de gênero tem recebido forte influência reformista em contraposição ao materialismo histórico e dialético, reiterado na profissão. Ao analisar as expressões ético-políticas, identificamos as seguidas investidas do conjunto CFESS-CRESS, alicerçadas na teoria social crítica de Marx, como espaço para o enfrentamento dessa crescente tendência no âmbito profissional.

Palavras-chave: Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; livre orientação sexual e de identidade gênero; Serviço Social

ABSTRACT

The present study aims to analyze how issues regarding free sexual orientation and gender identity have been expressed in the dimensions constituting Social Work. We assume the use of the term free sexual orientation and gender identity, but the debate is also recognized in the field of "sexual diversity and gender identity" and "LGBTQ+ issues". The development of the profession in Brazil is permeated by disputes, especially since its critical turn away from traditionalism and conservatism. Therefore, it is essential to analyze how issues of free sexual orientation and gender are expressed in the theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operational dimensions of Social Work, considering the social direction and the ethical-political project expressed by the profession as a whole. To achieve this objective, we conducted an exploratory documentary and bibliographic research in the Proceedings of the 15th, 16th, and 17th editions of CBAS, respectively, and in the 16th and 17th editions of ENPESS, to analyze how they have been expressed in the theoretical-methodological and technical-operational fields. We built a database of articles composed of 102 articles - 64 from CBAS and 38 from ENPESS, specifically addressing the theme of free sexual orientation and gender identity. We also used documents, news, and other publications produced by CFESS between 2006 and 2022 as a source of exploration to analyze the expressions of the theme in the ethical-political field. In the analysis, we identified two theoretically more expressive trends in the production of the category: one (1) that aligns more expressively with Marx's critical social theory, and the second (2), more diverse, absorbing theoretical conceptualizations from another field and expressing reformist and post-modern tendencies. In total, 20 articles were identified in trend 1 and 82 identified in trend 2. As a result, it is observed that the field of free sexual orientation and gender identity has received strong reformist influence in contrast to historical and dialectical materialism, reiterated in the profession. When analyzing the ethical-political expressions, we identified the continuous efforts of the CFESS-CRESS group, grounded in Marx's critical social theory, as a space for confronting this growing trend in the professional sphere.

Keywords: Theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operational dimensions; free sexual orientation and gender identity; Social Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS – Associação Brasileira De Ensino E Pesquisa Em Serviço Social
- Aids – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CEP – Código de Ética Profissional
- CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
- CNCD – LGBT - Conselho Nacional de Combate à discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- CRAS – Conselho Regional de Assistentes Social
- CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
- CRLGBT - Centro de Referência para a população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
- DH – Direitos Humanos
- DST – Doença Sexualmente Transmissível
- ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
- ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social
- GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista
- GGB – Grupo Gay da Bahia
- GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- GTP - Grupo de Trabalho e Pesquisa
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social
- MHB – Movimento Homossexual Brasileiro
- MPC – Modo de Produção Capitalista
- ONG – Organização Não-Governamental
- PEP – Projeto Ético-Político do Serviço Social
- PL – Projeto de Lei
- TFD – Tratamento Fora do Domicílio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O DEBATE SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: UM ESBOÇO EXPLORATÓRIO E REFLEXIVO DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL ..	19
2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO HUMANA: INCURSÕES INICIAIS EM UM CAMPO DIVERSO	19
2.2. A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS E REFLEXÕES CRÍTICAS.....	32
3 O SERVIÇO SOCIAL EM CORES: DA APROXIMAÇÃO COM O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL À DEFESA CRÍTICA PELA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO.....	53
3.1 SERVIÇO SOCIAL NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO	83
4. A PESQUISA EM QUESTÃO: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ATUALIDADE	87
4.1 NO CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	90
4.1.1 O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS.....	92
4.1.2 O Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS	104
4.2 NO ÂMBITO ÉTICO-POLÍTICO	112
4.2.1 Resoluções: ações táticas no campo jurídico-normativo	113
4.2.2 Campanhas, informativos e outras ações na agenda política da categoria: ações táticas político-pedagógicas	116
4.3 NA ESFERA TÉCNICO-OPERATIVA	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS.....	138

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1940, no Brasil, o Serviço Social se institucionaliza como uma profissão importante no processo de controle racional da conflituosa relação capital x trabalho, atuando, assim, nas manifestações da questão social. Durante grande parte de sua trajetória, a profissão teve como hegemônica a perspectiva conservadora, orientando-se por elementos teóricos e éticos que respondiam de sobremaneira aos ditames do capital.

No final da década de 1970, a vanguarda profissional articula ética e politicamente estratégias de enfrentamento ao conservadorismo profissional. Apoiado em bases marxistas, o Serviço Social brasileiro passa a se posicionar criticamente frente à então hegemonia profissional e constrói uma nova racionalidade para a profissão, crítica ao sistema capitalista e às demandas da burguesia e vinculada a um projeto que privilegie a classe trabalhadora.

Na mesma época, há uma expressiva mobilização de novos sujeitos sociais na cena pública, nacional e internacionalmente, rastro das mobilizações do fim da década de 1960. Despontaram diversos movimentos baseados nas experiências de grupos determinados, como o de mulheres, negros e negras, e dos homossexuais¹. Especificamente no Brasil, com o afrouxamento da ditadura empresarial-militar, o movimento homossexual² encontra abertura para apresentar na cena pública suas demandas a partir das opressões vivenciadas em meio à sociedade. Assim, florescem as contribuições para novas reflexões sobre a temática da sexualidade, que ganha novo tratamento nas ciências sociais e humanas, para além dos processos criminalizadores e patologizadores.

Nesse desenrolar histórico, a efervescência do debate social relativo à sexualidade e a ampliação das investidas e construções do movimento homossexual, ocorridas a partir daquela década, vão adentrar diferentes espaços sociais, incluindo o espaço acadêmico e o interior de algumas profissões, dentre elas o Serviço Social.

¹ Estes movimentos, também nomeados como “novos movimentos sociais”, surgem da articulação de demandas emergentes na sociedade contemporânea. Segundo Gohn (1995, p.44), “Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho. Contudo, como criticamente apontado por Braz (2012), estes movimentos são expressões da luta de classes, que tomaram novas aparências em determinado tempo e realidade histórica.

² Inicialmente, o atual movimento LGBT recebia a denominação de Movimento Homossexual.

Esse processo possibilitou que o Serviço Social se aproximasse das demandas emergentes dos grupos sociais que se organizavam, ao mesmo tempo em que as incorporava no seu projeto político profissional em desenvolvimento, fundamentado teoricamente na tradição marxista.

Desde então, a categoria vem consolidando seu projeto ético-político profissional e incorporando as diversas defesas necessárias ao projeto emancipatório ao qual se vincula.

Desde as primeiras mobilizações do movimento estudantil de Serviço Social sobre o movimento homossexual até as mais recentes publicações sobre a livre orientação sexual e identidade de gênero, o conjunto da categoria tem se mobilizado para inserir o tema enquanto elemento fundamental das defesas éticas e políticas profissionais.

O Serviço Social é uma profissão intrinsecamente interventiva. O trabalho profissional é crucial para que a profissão seja socialmente reconhecida e legitimada³. No entanto, esse processo interventivo não pode ser compreendido isoladamente. Para compreender o significado social da intervenção da/do assistente social, é necessário direcionar o olhar para o movimento das classes sociais e a relação entre si, seus impactos e refrações. A apreensão da dinâmica societária é essencial para identificar como a profissão se conecta às estratégias políticas das classes sociais, desenvolvendo-se a partir das realidades sociais e sendo atravessada pelo conflito entre capital e trabalho.

O Serviço Social se estrutura a partir de três dimensões fundamentais, a saber: a teórico-metodológica, que se expressa na resposta ao “por que fazer?”; a ético-política, que apresenta a intencionalidade em direção ao “para que fazer?”; e a técnico-operativa, que articula as formas operacionais de “o que fazer” e “como fazer”. Esses componentes se entrelaçam para formar uma unidade que expressa, na prática profissional, o modo de operar da profissão, revelando sua racionalidade, disputas e contradições. Assim, pensar o Serviço Social a partir da relação intrínseca destas dimensões

³ Partimos da compreensão defendida por Yamamoto, desde a década de 1980, afirmando que o Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, inserida no processo de reprodução das relações sociais regidas pelo capitalismo (Yamamoto, 2007).

[...] coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva, investigativa. Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva (Santos; Souza Filho; Backx, 2017, p. 24).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que, à medida que são incorporadas novas defesas éticas e políticas no horizonte profissional, essas dimensões são impactadas. Assim, se inserem na profissão elementos que aprofundam a compreensão da categoria em relação às especificidades das questões das mulheres, das questões étnicas e raciais, das questões que envolvem a livre orientação sexual e identidade de gênero, dentre outras temáticas que foram sendo absorvidas e inseridas no campo das lutas da categoria, na busca por consolidar a defesa de um projeto calçado na emancipação humana. Afinal, estas competências “são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho” (ABEPSS, 1997, p.7).

Destaca-se que a defesa da direção social do projeto da profissão está no campo da emancipação humana. Diferente da emancipação política que é formal, limitada, pois “cria apenas uma democracia formal, que proclama direitos e liberdades que não podem existir realmente na sociedade burguesa” (LUKÁCS, 2009, p. 167). Assim, ela se constitui para o PEP como um caminho, parte do processo histórico para a emancipação humana. Esta última, por sua vez, se baseia na liberdade plena e radical, onde não exista a dominação e os seres humanos possam se autodeterminar, inclusive nos campo da orientação sexual e identidade de gênero.

Nesse caminho, esta dissertação apresentará a análise de como as questões da livre orientação sexual e de gênero se expressam nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, considerando a direção social e o projeto ético-político expresso pelo conjunto da profissão.

Destarte, o tempo presente tem demonstrado as faces do aprofundamento do capitalismo e seus impactos para a classe trabalhadora e, de maneira mais

aprofundada, nas expressões da diversidade humana, como no caso da população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Pessoas Trans e Travesti, Não-binárias, e outras identidades sexuais e de gênero (LGBT). Conjuntamente, isso implica a categoria neste processo, como parte de suas bases sócio-históricas. Não que as demandas desta população sejam novidade para a categoria; contudo, o processo de banalização do humano e legitimação da barbárie tem trazido impactos significativos. Neste sentido, é fundamental a produção teórica sobre a relação da profissão com a temática, a partir de suas expressões nos elementos que constituem o Serviço Social: as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

A concepção do presente estudo parte da minha trajetória profissional, acadêmica e militante. Em especial, a partir da experiência de trabalho específica com diversidade sexual e de gênero em Belo Horizonte⁴ que, dentre as funções, ofertava apoio técnico a assistentes sociais dos serviços de saúde pública municipal. Nesse caminho, por muitas vezes lidava com fragilidades dos profissionais no trabalho com a questão. Dentre as fragilidades, acompanhei assistentes sociais que se recusavam a respeitar o nome social de pessoas trans e travestis; que apontavam a falta de importância da temática; que chamavam de “privilegio” as ações de equidade para a população LGBT; que utilizavam expressões preconceituosas durante estudo/discussão de situações de usuários dos serviços; que utilizam de referenciais de outras áreas, como da psicologia e medicina, para atuar com este seguimento populacional; que se recusam a intervir junto às equipes de trabalho ao presenciarem situações discriminatórias; que partiam de princípios religiosos como referencial para lidar com as questões da sexualidade; dentre outras diversas situações que ferem substantivamente a dignidade humana destes sujeitos e estão em descompasso com o projeto ético-político profissional.

A partir destas vivências, começaram a surgir questionamentos sobre como vem se dando o trabalho profissional com a temática? Quais têm sido os referenciais para a categoria lidar com questões da diversidade? O conjunto CFESS-CRESS tem produzido material técnico que propicie a construção de respostas profissionais?

⁴ Atuei na Coordenação Municipal de Saúde Sexual e Atenção às IST, Aids e Hepatites Virais, na secretaria municipal de saúde de Belo Horizonte, como referência técnica para atuar, dentre outras frentes de trabalho, com aspectos de saúde sexual integral à população LGBT.

Inicialmente a proposta era de analisar se os profissionais assistentes sociais dimensionam o âmbito da sexualidade na construção de respostas profissionais, com ênfase na observação da intervenção profissional nos locais de atuação. No entanto, com o processo de amadurecimento da pesquisa, estudos e discussões, percebemos a necessidade de construir a análise a partir de outra angulação. Para isso, buscamos os elementos que fundamentam a profissão e propomos estudar como as questões da diversidade sexual e de gênero estão sendo expressas nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que compõem o Serviço Social. Assim, a mudança no objeto de estudo se alinha à indissociabilidade entre os elementos que conformam o fazer profissional, bem como visa contribuir para as reflexões que buscam fazer o “caminho de volta” para apreensão do Serviço Social em suas mais variadas determinações.

Temos como base de análise da pesquisa a teoria social crítica de Marx. Esta perspectiva nos possibilita analisar a realidade a partir da reprodução das relações sociais nesta sociedade do capital. É, inclusive, de onde compreendemos a construção da diversidade sexual e de gênero, entendida enquanto expressão da diversidade humana, numa perspectiva de totalidade. Assim, reafirmamos a opção teórica de base Marxista para compreender as relações de gênero e sexualidade inseridas na dinâmica de produção e reprodução da vida material em uma sociedade determinada. Conforme expresso por Santos (2017)

[...] com o trabalho, os indivíduos iniciam o processo de reprodução social e na interação com a natureza, transformando-a e transformando-se, abrem um mundo inteiramente diferente do mundo natural, que é o universo do ser social. O trabalho, enquanto atividade que permite, de modo progressivo, o desenvolvimento social, por meio do afastamento das barreiras naturais, produz valores de uso e está na base última da personalidade. Isto significa, nos termos de Costa (2007, p. 19), em sua leitura lukácsiana que “[...] a personalidade resulta da elevação das capacidades humanas como consequência indireta do desenvolvimento do processo de trabalho e, mesmo que por muitas mediações, tem sempre o trabalho como sua base ontológica fundamental”. Isto posto, sabemos das complexas articulações que se apresentam no processo de individuação, sendo a mais significativa aqui, o fato do indivíduo ser ontologicamente ser singular e ser genérico (Santos, 2017, p.8).

Isto posto, é na centralidade do trabalho, força fundante do desenvolvimento humano, que o indivíduo constitui a subjetividade. É no trabalho, composto pelo processo de *objetivação* e *exteriorização*, que se constitui a subjetividade humana

(Santos, 2017; Costa, 2015). No desenvolvimento das forças produtivas se põe a diversificação dos indivíduos.

Cria-se um campo de manobras histórico-social concreto que amplia em sentido intensivo e extensivo o campo de possibilidades de os indivíduos se desenvolverem como pessoas. O polo ontológico da individualidade no qual se explicita a base subjetiva do ser social é um componente necessário do desenvolvimento humano genérico, na interação com o desenvolvimento social objetivo (Costa, 2015, p.73).

Conforme expresso por Costa (2015), à medida que o capitalismo atinge um estágio avançado de desenvolvimento das forças produtivas, há também um notável progresso nas capacidades humanas. Nesse estágio de desenvolvimento genérico, a individualidade alcança um elevado grau de evolução. Com o avanço da divisão social do trabalho e a complexificação das atividades que demandam uma síntese de capacidades singulares e habilidades, os indivíduos tornam-se cada vez mais complexos. Contudo,

As alienações operantes na produção e na reprodução da vida social tendem a bloquear e reduzir a personalidade somente ao plano particular do em-si, cuja referência básica se encontra na aspiração ao ter, à garantia da reprodução material por excelência. Aspiração regida pelas determinações da reprodução social com base em relações de exploração do homem pelo homem (Costa, 2015, p.75).

Neste processo de constituição do ser social, expressam-se também as diversas práticas sexuais e expressões de gênero. Há na história inúmeros registros sobre relações afetivo-sexuais e expressões de gênero variadas. No Brasil, uma das marcas da colonização é também o extermínio da diversidade de expressões de gênero e de sexualidade dos povos originários do país. Contudo, o desenvolvimento do capitalismo, especialmente no reforço da monogamia e da centralidade na família heterossexual, se estrutura um aparato ideológico que busca minar todas as expressões da diversidade humana também nas suas características sexuais e de identidade de gênero. Implicou, assim, nas transformações sociais ocorrida no campo da diversidade sexual e identidade de gênero, sob o prisma do interesse das classes dominantes. Nesse sentido, é fundamental resgatar e analisar criticamente este processo de desenvolvimento na busca por apontamentos teóricos críticos que contribuam para o avanço da temática junto à categoria profissional.

Nesse caminho, desenvolvemos a presente dissertação a partir de um processo de pesquisa teórica e bibliográfica estudo bibliográfico. Segundo Gil (1995), a pesquisa bibliográfica parte dos materiais já elaborados, em especial livros e artigos. Tendo como característica explorar diversos materiais de análise, na busca pela apreensão do real. É, assim, na observação e interpretação do real, que se produz o conhecimento, tal como apontou Marx (2008).

O desenvolvimento do conhecimento acerca da temática abordada será detalhado ao longo deste trabalho, dividido em três capítulos organizados da seguinte forma:

No primeiro capítulo, buscamos contextualizar criticamente como vem se desenvolvendo o debate sobre a diversidade sexual e identidade de gênero no Brasil. Inicialmente, sinalizamos para o desenvolvimento ideológico deste debate e suas expressões na realidade. Apresentamos também o desenvolvimento histórico do atual movimento LGBT brasileiro, analisando criticamente este processo. Nosso suporte teórico para desenvolvimento deste capítulo foram as obras históricas que registram o recente movimento brasileiro.

No capítulo dois, nos debruçamos na análise do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, apontando suas especificidades e aproximações como a temática da diversidade sexual e identidade de gênero. Sinalizamos o avanço na defesa dos direitos homossexuais à perspectiva da livre orientação sexual e de gênero, marcando um processo de avanço crítico e teórico. Apontamos para a importância da virada crítica que foi construída e consolidada pela categoria e que permitiu a absorção da temática enquanto defesa ética e política. Temos como principais referências, a vasta produção da categoria sobre o desenvolvimento da profissão.

No terceiro capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa documental realizada. Estabelecemos como processo de pesquisa a análise de diferentes documentos produzidos pela categoria profissional, que se relacionam especificamente com as questões da livre orientação sexual e da identidade de gênero. Para fins didáticos, analisaremos as três dimensões constitutivas do Serviço Social, buscando debatê-las da seguinte forma: I) campo teórico-metodológico; II) âmbito ético-político; e III) esfera técnico-operativa. É importante ressaltar que essa divisão é adotada como estratégia para facilitar a exposição dos conteúdos. No entanto, destacamos que as dimensões não são elementos divisíveis; ao contrário, configuram uma unidade com suas particularidades. Destacamos o desafio que é

desenvolver este trabalho a partir da concepção de unidade das dimensões, na busca por apontar as particularidades de cada uma delas, reafirmando a concepção de totalidade assumida por nós e pelo Serviço Social brasileiro.

Para analisar a dimensão teórico-metodológica utilizaremos os artigos publicados nos anais de dois eventos de destaque na categoria: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social (ENPESS). Partiremos dos acúmulos realizados por Cruz (2015), a partir da concordância teórica, cujo escopo foi analisar a "produção intelectual e política do serviço social brasileiro sobre a questão da diversidade sexual" no período de 1993 a 2013. O estudo identificou e caracterizou duas tendências teóricas de maior expressividade: a (1) tendência reformista e a (2) tendência crítico-dialética. Seguindo essa abordagem, atualizaremos os dados e examinaremos os trabalhos apresentados nos anais das 15^a, 16^a e 17^a edições do CBAS, realizadas em 2016, 2019 e 2022, respectivamente, e nas edições do ENPESS de 2018 e 2022. A partir das expressões "Orientação Sexual", "Diversidade Sexual", "LGBT", "Lésbicas", "Gay", "Bissexual", "Travesti", "Transexual", "Transgênero" e "Homossexual", "Identidade de gênero", utilizadas em Cruz (2015), e de outras expressões presentes na contemporaneidade, como "transfeminina" e "dissidências sexuais e de gênero", foi construído um banco de artigos dos eventos, totalizando 102. Nosso objetivo é identificar as tendências expressas nas produções dos profissionais nestes eventos, proporcionando uma visão dos aportes teórico-metodológicos utilizados por profissionais, acadêmicos e estudantes para analisar a diversidade sexual e de gênero no Serviço Social.

Para o campo ético-político, partiremos da análise dos conteúdos presentes nos documentos, orientações, normativas, campanhas, realizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre a livre orientação sexual e de gênero, através dos meios digitais e outros, entre os anos de 2006 e 2022. Sustentamos que as entidades possuem função basilar na articulação dos elementos que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP), sendo um espaço importante na disputa de projetos profissionais. As entidades representativas incidem significativamente na construção de um perfil profissional que assuma ética e politicamente o projeto profissional, além de contribuir no enfrentamento às fragilidades da categoria frente às diversas bandeiras de luta assumidas. Selecionamos unicamente o CFESS por apresentar-se como ponto articulador

nacionalmente, conseguindo captar as diferentes demandas e problemáticas da diversidade de assistentes sociais e campos de atuação e construir coletivamente as estratégias de enfrentamento.

Insta salientar que, os diferentes documentos oferecem subsídios para o trabalho profissional, fornecendo um material que expressa a capacidade da categoria em relacionar os objetivos e finalidades das ações profissionais aos princípios e valores que guiam o PEP.

Para o desenvolvimento da análise dos rebatimentos da temática no campo técnico-operativo, analisamos os relatos de experiência encontrados nos eventos supracitados. Nesse caminho, buscaremos compreender como tem se dado o trabalho profissional e as expressões das outras dimensões no cotidiano do trabalho. Todos estes resultados estão organizados no terceiro capítulo.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais buscamos articular possibilidades diante das fragilidades percebidas no desenvolvimento da aproximação entre o Serviço Social e a temática da livre orientação sexual e de identidade de gênero. No entanto, ressalta-se que esta dissertação não tem a pretensão de encerrar o debate nem de oferecer respostas à complexidade das questões que se apresentam.

Esperamos que este trabalho represente uma contribuição teórica ao Serviço Social brasileiro, visando avançar na consolidação do seu projeto crítico em defesa da livre orientação sexual e de gênero.

2 O DEBATE SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: UM ESBOÇO EXPLORATÓRIO E REFLEXIVO DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL.

Partindo da perspectiva materialista histórico-dialética, o desenvolvimento das relações da sexualidade e identidade de gênero são incorporadas a partir da dinâmica da produção e reprodução da vida material, em determinada organização social. Para perceber o desenvolvimento deste processo é necessário se aproximar da realidade observada, analisando-a em sua processualidade. Nesse sentido, buscaremos aqui apontar o desenvolvimento da diversidade sexual e de identidade de gênero a partir da realidade brasileira, percebendo o movimento histórica do país.

Assim, subdividimos o presente capítulo em dois subtítulos. O primeiro apresenta o desenvolvimento das perspectivas teóricas e da produção de conhecimento sobre a diversidade sexual e de identidade de gênero no Brasil, a partir das fortes influências ideológicas das classes dominantes no país. Identificamos o movimento que parte da influência católica em identificar a sexualidade que estivesse fora da relação entre homem e mulher - para procriação – como sendo passível de punição; perpassa as perspectivas patologizadoras; e entra no campo das perspectivas pós-modernas, que avançam significativamente com a pauta, mas apresentam limitação na luta pela livre orientação e identidade de gênero.

No segundo subtítulo, analisaremos criticamente a formação do movimento LGBT brasileiro, articulando as influências pós-modernas e as tendências políticas, que vão desde a "alternativa libertária" frente às esquerdas e às direitas, observada nos anos iniciais, até o reformismo percebido nos tempos atuais, confluindo com as tendências apontadas no subtítulo anterior.

2.1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO HUMANA: INCURSÕES INICIAIS EM UM CAMPO DIVERSO

No presente capítulo buscamos apresentar algumas aproximações sobre as perspectivas que se demonstraram hegemônicas na produção de conhecimento

sobre as sexualidades ideologicamente rejeitadas pela hegemonia dominante. A análise tem como solo o Brasil, no entanto, ressalta-se que as propostas teóricas hegemônicas em nossas terras tiveram grande dominância externa.

Desde o primeiro contato colonizador nas terras que hoje conhecemos como Brasil, se observaram, em alguns grupos populacionais originários que aqui habitavam, uma experiência sexual e por vezes de gênero muito diferente do “puritanismo ocidental daquela época”, prevalecente no continente europeu (Trevisan, 2018, p.62). Em diversos documentos oficiais, correspondências e estudos sobre os povos que aqui habitavam, os colonizadores, influenciados pela perspectiva cristã, expressavam profundo espanto diante da prática do "pecado nefando", "sodomia" ou "sujidade". Esses termos eram atribuídos a relações homossexuais ou experiências de gênero que se desviavam do padrão hegemônico europeu. Tais comportamentos eram descritos como algo que "grassava já séculos entre os brasis, como uma doença contagiosa" (Trevisan, 2018, p. 63). Ainda, Trevisan (2018), a partir de suas pesquisas, transcreve diversos relatos que apontam expressões diferentes do que hoje nomeamos como gênero. Ao reproduzir as anotações do pesquisador alemão Avé-Lallement, o autor descreve, em uma comunidade de Botocudo⁵, não haver o binarismo de gênero e nem as rígidas estruturas do sistema patriarcal ocidental: “não havia homens e mulheres, mas homens-mulheres e mulheres-homens, pois sua própria constituição física não variava muito de um sexo para outro” (Trevisan, 2018, p.64). Nesse sentido, é possível perceber que, antes mesmo de haver uma nomeação para o que seria firmado como homossexualidade ou transgeneridade, havia a produção de um saber condenatório das experiências particulares dos povos originários do Brasil. Esse saber partia, pois, do ideário colonizador, advinda da forte influência cristã católica no domínio do conhecimento.

No curso da história do nosso país, o que se seguiu foi o regime de escravidão, no século XVI. Várias pessoas negras foram forçadamente trazidas de diferentes regiões do continente africano e comercializadas como propriedades aos senhores de engenho que exploravam as riquezas brasileiras. Enquanto

⁵ Foi a denominação atribuída pelos invasores portugueses, nos fins do século XVIII, a grupos que usavam botoques auriculares e labiais – ornamento normalmente circular (Paraiso, 1992). Também nomeados de Tapuias ou Aimorés, “ocupavam território que compreendia faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata na direção leste-sudeste, cujos limites prováveis seriam o vale do Salitre, na Bahia, e o Rio Doce, no Espírito Santo” (Ehrenreich, 2014, p.15). Historiadores relatam que este grupo foi duramente perseguido pela coroa portuguesa devido sua resistência frente à dominação.

propriedade, o corpo negro escravizado era submetido a todo tipo de atividade, inclusive às práticas sexuais, não somente de cunho heteroerótico, mas também aquelas de cunho homoerótico. Trevisan (2018), referenciando o livro Casa Grande & Senzala (1933), descreve que “era frequente que o menino branco se iniciasse no amor físico mediante a submissão do negrinho seu companheiro de folguedos, significativamente conhecido com o apelido de leva-pancadas” (Trevisan, 2018, p.123). Muitos senhores satisfaziam seus desejos sexuais com pessoas do mesmo gênero, a partir da relação de subalternidade dos negros escravizados na estrutura social.

Não muito diferente do relatado anteriormente, a igreja católica era a instituição que produziu os principais referenciais de conhecimento daquela sociedade - justificando inclusive a subalternidade negra⁶. Assim, a homossexualidade pertencia ao universo do pecado, junto de outras práticas como a feitiçaria, bruxaria, quebra de preceitos religiosos, dentre outros, sofrendo forte apelo moral. Sendo, portanto, justificado o julgamento e a condenação daqueles que se aventuravam na fuga da “normalidade”.

Nesse sentido, o Tribunal Inquisitorial instalado em Portugal foi responsável por uma série de julgamento de “sodomia” de pessoas que viviam em terras brasileiras. As humilhações públicas e as condenações por "desvio sexual" contribuíram para se constituir ideologicamente um temor em relação às experiências sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo gênero. Por vezes, ao negro escravizado pairava a responsabilidade dos atos sexuais dos quais participavam - mesmo contra a sua vontade - afinal eram entendidos como os portadores da degradação moral (Trevisan, 2018).

Pouco tempo após a Proclamação da Independência do Brasil, um marco foi a constituição do código criminal de 1830 que retirava a “sodomia” do campo condenatório jurídico (Trevisan, 2018). No entanto, este novo dispositivo introduziu os “crimes por ofensa moral e aos bons costumes”, que por sua vez foram socialmente associados às experiências homossexuais e de identidade de gênero rejeitadas pela hegemonia dominante (Trevisan, 2018). No que se seguiu, as

⁶ Conforme explicitado por Góes (2021, p.41), “[...] a escravidão dos africanos advinha da vontade de Deus e, assim sendo, não era pecado submetê-los porque esses estavam sofrendo um milénar. O africano – e essa era a argumentação – naturalmente nasceu para a escravidão porque era pecador e, portanto, escravizá-lo seria um caminho para a sua elevação espiritual. Assim, “tal dimensão bíblica e religiosa, por ser de grande alcance, fundava a justificativa muito oportunamente ideias à natureza ‘inferior’ e ‘selvagem’ dos africanos” (HARRIS, 2010, p136)[...]”

relações entre pessoas do mesmo gênero e pessoas que se “travestissem” se mantiveram no campo moral com forte condenação dos ideais dominantes que ocupavam a vida social brasileira.

Nos idos do século XIX, especialmente após a vinda da família real para o Brasil, cria-se a necessidade de adequar as mudanças provocadas pela constituição do país como sede da coroa. Iniciam-se, assim, diversos estudos e estratégias de “melhorias” na sociedade brasileira. Dentre estas, a contenção das vivências “sodomitas”, sustentada e orientada especialmente pelas teorias científicas positivistas e evolucionistas (Queiroz, 1992).

No contexto nacional, ampliava-se a resistência conservadora e se consolidava internacionalmente o capitalismo industrial. A perdurável sociedade burguesa desenvolve estratégias de forte dominação material e do campo ideológico.

[...] o Estado liberal visava primordialmente aparelhar para os novos tempos a família da classe dominante, nem por isso o restante da população ficava alheia a intromissões. À medida que o Estado reforçava sua influência sobre o corpo social, as classes menos favorecidas iam sendo paulatinamente higienizadas, mediante campanhas de moralização e higiene coletiva, além da assistência filantrópica, que serviam para manter o pacto social e, com ele, a unidade normatizadora da família - que constituía o núcleo básico do Estado burguês emergente no Brasil (Trevisan, 2018, p. 168).

Assim, a perspectiva da medicina higiênica entra no ambiente da família e impõe campos mensuráveis de “normalidade” e “anormalidade”, criando ajustamentos para garantir um corpo (mais social que biológico) “saudável”, na esteira do funcionalismo (Trevisan, 2018).

Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferências desse especialista, cujos padrões higiênicos visavam melhorar a raça e, assim, engrandecer a pátria. A partir da ideia de um corpo saudável, fiel aos ideais de superioridade racial da burguesia branca, criavam-se rigorosos modelos de boa conduta moral, através da imposição de uma sexualidade higienizada, dentro da família (Trevisan, 2018, p.168).

Sem grandes aprofundamentos aqui, as teorias eugenistas de branqueamento no país tinham forte traço heteropatriarcal ao estimular, dentre as estratégias de expurgar o negro da sociedade da brasileira, a miscigenação que garantisse a cada nova geração que a população ficaria mais branca. Firmavam, na busca pela pureza branca, a lógica das relações heterossexuais para fins de reprodução, demarcando um lugar disfuncional de outras formas de relações.

Nessa perspectiva, o campo biomédico se sobressai e influencia as percepções e os tratamentos da questão homossexual, que passa a ser vista como “desajuste”. É, pois, no desenvolver deste século XIX, que a sexualidade é tomada pelo campo médico-higienista, tipificando as sexualidades e expressões de gênero (Simões; Facchini, 2009), num aspecto “racializador”.

Surgem então as primeiras formulações sobre uma nova identidade sexual: aquela que escapava à lógica dominante se constituía enquanto um novo “ser”.

Uma formulação clássica dessa personagem foi posta pelo jurista alemão Karl-Henrich Ulrichs (1825-1895), que adotava o termo “uranista” para se referir às pessoas que sentiam atração por outras do mesmo sexo (sendo ele próprio uma dessas pessoas), Ulrichs acreditava que os uranistas constituíssem um “terceiro sexo”, o que expressou na famosa figura da “alma de mulher aprisionada num corpo de homem”, e vice-versa (Simões; Facchini, 2009, p.38).

O “uranista”⁷ posteriormente, em 1896, passou a ser designado como homossexual, “pelo jornalista e memorialista húngaro Karl-Maria Benker (que depois mudaria seu nome para Karolina Maria Kertbeny), em dois folhetos nos quais argumentava contra a lei prussiana que punia a sodomia masculina” (Simões; Facchini, 2009, p.38).

A absorção dessas formulações pela sexologia⁸ (uma nova ciência que despontava), acabou por construir uma série de concepções sobre a homossexualidade na perspectiva da inversão sexual e na criação de um “terceiro sexo”, com explicação nas disfunções biológicas do corpo, como patologias congênitas e problemas hormonais (Simões; Facchini, 2009). A grande influência teórica para a construção da homossexualidade enquanto patologia, de forma até essencialista, foi o então médico Krafft-Ebing.

⁷ “O neologismo “uranista” foi inventado em homenagem à musa Urânia que, no mito contado por Platão, seria a inspiradora do amor entre pessoas do mesmo sexo. O embrião humano, acreditava Ulrichs, no início não é nem masculino nem feminino, mas depois de alguns meses a diferenciação ocorre. No caso dos uranistas, os órgãos genitais vão numa direção e o cérebro noutra. Assim se produz “uma alma feminina encapsulada num corpo masculino” e vice-versa” (Fry; Macrae, 1985, p.62).

⁸ A sexologia - “ciência da sexualidade - nasce em meados do século XIX, com forte expressão alemã, muito voltada para descriminalizar a “sodomia, tida como crime no código penal prussiano, transformando-a em questão patológica - numa aparente disputa. Richard von Krafft-Ebing, foi um dos pioneiros da citada ciência e descreveu o sexo como um “instinto natural” (Krafft-Ebing, 1931, p.1 apud Weeks, 2018), apontando traços e características fisiológicas que explicassem a sexualidade diversa. As explicações a partir da biologia marcam o período, buscando encontrar formas para “curar” os ditos problemas, neste caso, os da sexualidade.

[...] o homossexualismo era ou uma patologia congênita ou uma mera perversão quando praticado por pessoas não uranistas. Este médico austríaco, que foi um dos pioneiros do estudo da homossexualidade e que influenciou a medicina definitivamente, coletou milhares de “confissões” dos seus pacientes e as publicou no seu livro *Psicopatía Sexualis*. Chegou à conclusão de que os uranistas sofrem de uma mancha psicopática, que mostram sinais de degenerescência anatômicos, que sofrem de histeria, neurastenia e epilepsia. Acrescenta ainda que “na maioria dos casos, anomalias psíquicas (disposição brilhante para a arte, especialmente música, poesia, etc., ao lado de poderes intelectuais maléficos ou excentricidade original) são presentes e podem se estender a condições salientes de degeneração mental (imbecilidade, loucura moral) (Fry; Macrae, 1985, p.64).

Assim se estruturou o pensamento científico em torno da homossexualidade. Aos poucos, a "sodomia" transformava-se em homossexualidade, e o pecado tornou-se doença. Enquanto condição patológica, abriu-se precedente para a busca de cura, a qual foi perseguida nos anos subsequentes, mantendo expressões até os dias atuais (Fry, 1982; Simões; Facchini, 2009; Fry; Macrae, 1985; Trevisan, 2018). A medicina higiênica foi, ao longo do século XIX, a porta-voz da "normalidade/normatividade".

O Brasil que se desenvolveu ao longo do século XX viu o país requerer sua independência e assistiu ao nascimento da sua jovem burguesia “revolucionária”. Os anos iniciais daquele século viram emergir os questionamentos e inquietações de socialistas e trabalhadores frente às condições da tardia industrialização nacional. Viu, também, a ascensão de Vargas ao poder e o nascimento do golpista Estado Novo. Em meio a esse processo, os centros urbanos se enchiam, especialmente com a industrialização, e se consolidava uma vida homossexual nas principais cidades do país (Green, 2022). Não muito diferente da década anterior, o imperativo da medicina tomava as concepções sobre a homossexualidade, com significativo aumento das investidas eugênicas. Entravam em cena, agora, as investidas da antropologia e da criminologia, que construíram concepções e demarcadores que buscavam definir e catalogar sinais da homossexualidade.

Como exemplo, Green (2022), transcreve os estudos de Leonídio Ribeiro, diretor do Departamento de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, que analisou, em 1932, as características físicas de homossexuais detidos pela polícia:

Seu esquema de classificação média era o tamanho do tronco em relação aos braços e pernas do indivíduo e propunha três grupos mais gerais - normolíneo, breviliúneo e longilíneo -, com subdivisões em cada um. Ribeiro descobriu que 54,61% incluíam-se no grupo longilíneo; 5,12% estavam no breviliúneo; e 38,46% eram do tipo normolíneo. Isolando as características

físicas do indivíduo e comparando-os com o padrão “normal”, ele chegou a uma série de “anormalidades” entre os homens observados. [...] [*Em seu raciocínio*] A lógica era simples: essas são as características físicas de quase duzentos homossexuais declarados; logo, o fenótipo perceptível mais comum representa os atributos físicos do homossexual típico (Green, 2022, p.216-217).

Leonídio Ribeiro era um dos muitos expoentes de teorias biologicistas que buscava fixar a homossexualidade no campo médico-biológico. Por vezes, vinculavam o homossexual às estruturas biológicas femininas, afirmando tratar-se de características essenciais e inerentes daquela população, e legitimavam o campo da sexualidade rejeitada pela hegemonia dominante como doença (Green, 2022). Perpetuava, assim, a hegemonia da perspectiva médico-biologicista, de cunho positivista, na compreensão da homossexualidade como perigosa à organização de uma “sociedade saudável”.

Entre as décadas de 1945 e 1964, o país vive um certo processo de redemocratização após o fim do Estado Novo, com fortes mobilizações políticas no campo social brasileiro (Santos, 2011).

Esse processo é caracterizado pelo retorno das eleições gerais no país, através da disputa político-partidária; reivindicações por educação, moradia e voto direto; altos índices de migração provocados pela industrialização; forte intervenção estatal na economia e no meio urbano, expressa principalmente na constituição de políticas sociais de cunho clientelista, com o objetivo de agregar as “massas” deslocadas do campo na cidade, e com isso garantir poder de voto pela melhoria urbana; anistia dos presos políticos e intelectuais; e, sobretudo, a insurgência de várias mobilizações estudantis e populares, que buscavam maior participação nos campos políticos e socioculturais, assim como a consolidação da liberdade no país e a garantia de uma sociedade “verdadeiramente democrática” (Gohn, 2003; Soares do bem, 2006 apud Santos, 2011, p. 87-88).

No entanto, em 1964, o Brasil sofreu um significativo golpe das forças conservadoras e antipopulares: a ditadura empresarial-militar (1964-1985). Em março daquele ano, as forças armadas articularam um golpe de Estado contra o então presidente João Goulart. O golpe recebeu forte apoio de setores empresariais nacionais e internacionais. A violenta estratégia se estabelece como resposta às movimentações populares brasileiras, especialmente da classe trabalhadora e das organizações da esquerda socialista, às reformas propostas por João Goulart, bem

como firmar a subordinação de países periféricos aos interesses imperialistas estadunidenses.⁹

Este processo contrarrevolucionário propagou ideologicamente a combinação entre o anticomunismo e a moralidade pública - sustentada em valores conservadores e reacionários. Sob essa perspectiva,

[...] atentar contra a moral e os bons costumes seria menos um fim em si mesmo e mais uma tática insidiosa, no bojo de uma “guerra psicológica adversa” para promover uma revolução anticapitalista por meio do enfraquecimento dos pilares da nossa sociedade: a religião cristã e a família (Quinalha, 2017, p.44).

Nesse cenário, produzia-se a concepção de que a homossexualidade constituía uma ameaça à segurança nacional. Estabelecia-se uma ligação entre a homossexualidade e os ideais comunistas, resultando na determinação de combatê-la.

As forças de segurança, portanto monitoraram e policiaram a homossexualidade por várias razões nas duas décadas após 1964. Seguindo tendências históricas, nacionais e internacionais ideólogos da segurança nos anos 1960 teorizavam o homossexo como parte de uma série de ameaças degenerativas à segurança nacional anticomunista (Cowan, 2014, p.29).

O que se apresentou a partir de 1964 foi a composição de uma estrutura estatal de forte violência contra toda e qualquer ameaça moral aos ideais burgueses. A ditadura conformou uma “política sexual oficializada e institucionalizada [...] para controlar manifestações tidas como “perversões” ou “desvios”, tais como o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades” (Quinalha, 2017, p. 314).

Deve-se destaque às ações de resistência à ditadura no campo da arte. Na busca por se manifestarem frente às investidas censuradoras da ditadura, diversos artistas encontrar nas diversas expressões artísticas a possibilidade de denunciar e se expressarem livremente, especialmente no campo da diversidade. Canções como “É proibido proibir”, interpretada por Caetano Veloso na época; “Cálice”, interpretada por Chico Buarque, composta em parceria com Gilberto Gil; “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré; e muitas outras interpretadas por grandes nomes da música brasileira, como Ney Matogrosso, Leci Brandão, Gal Costa,

⁹ Ver mais em Netto, 2015.

dentre outros; traziam mensagens de resistência às investidas da ditadura contra as expressões de liberdade. Ressalta-se que não foi somente a música, mas as artes plásticas, o teatro, a dança, foram durante atacadas pela ditadura e seguiram resistindo das diferentes formas.

Enquanto os países centrais viviam fortes expressões do movimento de “contracultura”, especialmente os de maio de 1968, no Brasil recrudescia o conservadorismo e incidiam na produção criminalizadora das identidades sexuais diversas. Ambos favoreceram o fortalecimento do sistema capitalista. De um lado, a ditadura empresarial-militar favorece o fortalecimento do imperialismo capitalista; por outro, os movimentos de contracultura questionavam valores morais e apostavam em um capitalismo mais humano, rejeitando os modelos tradicionais de enfrentamento à classe burguesa. As críticas desse movimento ao capitalismo não se sustentavam

[...] em nome de outro padrão de ordenação da sociedade, embora o novo libertarismo recebesse uma justificação daqueles que sentiam que ele precisava de tais rótulos, mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano. Supunha um mundo de individualismo voltado para si mesmo levado aos limites. Paradoxalmente, os que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam mais eficazes para promover sua venda (Hobsbawn, 1995, p.327).

Estas mobilizações localizavam-se no estágio tardio do capitalismo, na intensificação de suas crises, na instauração do modelo neoliberal e a sua expressão de dominação cultural: a ideologia pós-moderna¹⁰ (Paula, 2021; Abramides, 2006).

10 Segundo Netto (2010), a pós-modernidade é um movimento intelectual diferente, pois “não se constitui um campo teórico e ídeo-político homogêneo”, sendo composto por pós-modernos críticos à ordem do capital e aqueles convencidos de que o capitalismo é o fim da história; além de compor um campo amplo de teorias pós-modernas que carregam como traços similares: “a) aceitação da imediatividade com que se apresentam os fenômenos socioculturais como expressão de sua inteira existência e do seu modo de ser; assim, de uma parte, tende-se a suprimir a distinção clássica entre a aparência e essência e, sobretudo, a dissolver a especificidade das modalidades de conhecimento - donde, por consequência, a supressão da diferença entre ciência e arte e a equalização do conhecimento científico ao não científico; b) a recusa da categoria de totalidade - uma dupla recusa: no plano filosófico, a recusa se deve à negação de sua efetividade; no plano teórico, recusa de seu valor heurístico, ora porque anacronizada em face das transformações sociais contemporâneas, ora porque se lhe atribuem (ilegitimamente) conexões diretamente políticas - ou pelas duas ordens de fatores; c) a semiologização da realidade social: o privilégio (quase monopólio) concedido às dimensões simbólicas na vida social acaba por reduzi-la, no limite, ou à pura discursividade (“tudo é discurso”) ou ao domínio do signo e/ou à instauração abusiva de hiper-realidades (Netto, 2010, p.261-262).

A década de 1970 é marcadamente um período de crise estrutural global do capital (Mészáros, 2011), com forte processo de reestruturação, na busca por recuperar seu ciclo de reprodução, a partir de um novo modo de acumulação: a acumulação flexível. Estas investidas incidiram e alteraram significativamente o mundo do trabalho, precarizando as relações, também com impactos significativos nos campos políticos e ideológicos. Abre-se, assim, um campo para a recusa das perspectivas de totalidade, dos paradigmas da ciência moderna e da rejeição às teorias marxistas, reforçada na crise do socialismo real e suas derrotas políticas. O capital transformou a sua crise em crise da modernidade, deslocando seus limites cíclicos sob a ideia de que a sociedade industrial não fazia mais sentido, a partir das transformações vivenciadas em seu processo de reestruturação. Nesse caldo histórico, se imprimem teorias que deslegitimam a centralidade do trabalho e o sentido universalizador da classe trabalhadora; reforçam o subjetivismo, o “fim do trabalho” e da história. O pensamento pós-moderno torna-se largamente a expressão ideológica do neoliberalismo e parte fundamental para a assimilação do capitalismo como sistema “fim”.

Os impactos da crise de 1970 e o fracasso do modelo econômico conhecido como “milagre econômico” desestabilizam a organização da ditadura no Brasil, que começa a apresentar seu declínio. Isso impulsiona seu fim a partir do final daquela década, com fortes pressões e mobilizações sociais internas. Parte destas mobilizações foram fortemente influenciadas pelo movimento de “contracultura”, especialmente com o retorno de intelectuais que vivenciaram as mobilizações do pós-68.

No processo efervescente de mobilizações vistas à época, começava a se abrir um campo de possibilidades para alterar as perspectivas teóricas sobre a homossexualidade no Brasil, com influência direta de países centrais. Dentre os diversos questionamentos produzidos, entravam em cena o que nomearam de “modelos de normatividade” em relação ao sexo, gênero e à sexualidade. Nesse caminho, a perspectiva pós-moderna articula novas propostas interpretativas da realidade, com destaques aos estudos culturalista e os pós-modernos/pós-estruturalistas. Ambos acabaram por contribuir para a ampliação dos debates que emergiram, especialmente na produção sobre os nomeados grupos “minoritários”: as mulheres, a população negra, os homossexuais, dentre outros.

O advento do pensamento pós-moderno se relaciona com a sociedade pós-industrial e as “crises” das ciências modernas (Lyotard, 2009)¹¹. Desacreditados do potencial da razão e da produção de conhecimento enquanto mecanismo de libertação.

A razão não é mais repudiada por negar realidades transcendentais — a pátria, a religião, a família, o Estado —, e sim por estar comprometida com o poder. O novo irracionalismo se considera crítico e denuncia um status-quo visto como hostil à vida. A partir de uma certa leitura de Foucault, Deleuze e Lyotard, e sob a influência de um neonietzscheísmo que vê relações de poder em toda parte, ele considera a razão o principal agente da repressão, e não o órgão da liberdade, como afirmava a velha esquerda (Rouanet, 1987, p.12).

A pós-modernidade se implicou em negar a perspectiva de totalidade, as conexões estruturais, os processos e causalidades históricas, dentre outros processos para a construção da razão, creditando a produção de conhecimento na linguagem, na cultura e no discurso (Wood, 2006).

O pensamento pós-moderno refuta qualquer possibilidade de conhecimento totalizante porque defende a singularidade e especificidade dos fenômenos sociais como expressões isoladas e fragmentadas, sem inter-relação entre si. As teorias pós-modernas não se debruçam sobre o processo de constituição do real; não estão interessadas na apreensão do movimento efetivo do objeto, e sim no modo como esse objeto é assimilado pelas consciências — o centro da questão passa a ser as formas simbólicas de como o real é percebido por cada um dos indivíduos (Paula, 2021, p.158).

Sob uma ótica similar, estudos culturalistas se estruturam em um limite no tratamento teórico: buscam explorar temas e abandonar as categorias; fogem de uma análise que se construa pelo movimento material da história; negam as estruturas; reforçam o subjetivismo e a análise do sujeito; vincula-se ao inconsciente; repelem o antagonismo das classes e se orientam pelas “relações de poder”, dando “centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão do próprio poder” (Hall, 2003, p. 209); tudo sob a ótica das ideias outras serem rígidas demais para o movimento da realidade (Hall, 2006).

Sobretudo, ambas perspectivas reforçam um quadro importante de recusa ao marxismo, discursando sobre sua falência frente ao “novo sujeito”, o sujeito da pós-modernidade.

¹¹ Lyotard é um dos precursores da teoria sobre a pós-modernidade.

Vale destacar que, no campo da esquerda tradicional, concomitantemente, houve uma certa recusa ao debate que emergia sobre a sexualidade. Era entendida majoritariamente como uma degenerescência burguesa e que seria superada com as mudanças estruturais. Ainda que houvesse disputas sobre a importância de tal debate, ele permanece relegado majoritariamente à recusa às diversas expressões da diversidade humana. Esta perspectiva ganha força a partir da II Internacional e do legado Stalinista, desenvolvendo uma perspectiva economicista do marxismo.

Nos primeiros debates sobre o movimento homossexual levados nas universidades era quase inevitável que alguém se manifestasse para colocar, se a luta homossexual não seria uma questão a ser resolvida depois da transformação política, econômica e social do sistema, que culminaria no desaparecimento do Estado. Implícita nesta colocação, no entanto, estava sempre a perspectiva de "solução" da questão homossexual através do afogamento dos homossexuais, que também desapareceriam (Okita, 2007, p.16-17).

A tendência economicista acaba por reduzir a produção e reprodução social à esfera do econômico, tornando-a autônoma, apartada, fragmentada da vida social (Dias, 2002 apud Cisne; Santos, 2018).

Por este ângulo, foram fragilizadas as possibilidades de produzir avanço nas análises da questão da diversidade sexual no bojo da teoria crítica. Ainda, afastou a capacidade de construir com os diversos sujeitos sociais os enfrentamentos numa perspectiva de transformação do sistema.

Tal leitura disseminou com muita força ideológica que a agenda em defesa da diversidade significava um entrave à formação da consciência de classe e que representava um certo atraso, decorrente de possíveis capitulações de militantes e organizações políticas ao universo pequeno-burguês. A ideia prevaiente é de que as formas de opressão, além de completamente apartadas dos processos de exploração da força de trabalho, tenderiam a se resolver de forma "mágica" com a superação do sistema do capital (Santos, 2019, p.72).

Assim, no campo organizativo, ideologicamente abraçado pelos "novos paradigmas" e duramente rejeito pela proposta teórica mais crítica, o movimento homossexual se estrutura à rejeição e num tom contrário a quase qualquer outro movimento político ou social que tivesse em seu horizonte a transformação do sistema (Okita, 2007).

Sobrava, então, o movimento homossexual prensado, por um lado, pela esquerda ortodoxa com sua moral burguesa, que ridicularizava o movimento e, por outro, pelos grupos de homossexuais que ignoravam qualquer

discussão sobre uma possível combinação da luta homossexual no contexto da luta de todos os explorados e oprimidos (Okita, 2007, p.18).

É nesse quadro sustentado pela ideia da “crise dos paradigmas”, da rejeição pela esquerda tradicional, da recusa à racionalidade, com forte influência da nomeada “nova esquerda”, que as reflexões teóricas sobre sexualidade no campo “progressista” ou autoproclamado crítico serão introduzidas majoritariamente no Brasil. Serão percebidas especialmente com o afrouxamento da ditadura empresarial-militar, período de maior expressividade da organização do movimento LGBT brasileiro.

Importante salientar que no campo desta “nova esquerda”, ao criticar o economicismo, sinalizam para a importância da política, cultura e indivíduo enquanto campo central. Embebidos do pensamento pós-moderno, supervalorizavam a linguagem, a subjetividade e a realidade em sua imediaticidade, rejeitando as determinações objetivas. Essa lógica vai consolidando o caminho para as concepções politicistas e culturalistas (Santos, 2019). Parece ter também consolidado o grande desacerto em deslocar o antagonismo entre as classes para o sujeito oprimido e suas expressões micropolíticas; esvaziando os fundamentos concretos da sociedade do capital e da luta de classes enquanto motor da história para o discurso, para o imediato, para o subjetivo e para a manipulação e fragmentação da história. Vão influir diretamente nos referenciais da produção do discurso hegemônico sobre a homossexualidade, na inauguração da sexologia como área de conhecimento (sendo um campo muito diverso e controverso) e nos debates da psicologia e filosofia (com grande influência de Foucault, Deleuze, Guatarri, Butler) que se consolidarão com o advento do século XXI e as expressões neoliberais.

No seguimento do século XXI, percebe-se uma ampliação no tratamento teórico sobre a temática, com forte expressividade de uma combinação entre o discurso patologizante e as influências teóricas pós-modernas. Nos parece haver um consenso biologicista que define as condições de pessoas LGBT, mais expressivo em normativas, leis e tratados nacionais e internacionais sobre a temática, e que aparece nos debates acadêmicos mais diversos. Por outro lado, como marca da perspectiva pós-moderna, percebe-se um avanço de estudos que coadunam traços diversos para uma leitura da questão LGBT nacional e internacionalmente, com enfoque na narrativa, na performatividade, no simbólico, no discurso e na

fragmentação de elementos da realidade. Importante destacar que, conjuntamente, percebe-se o fortalecimento e crescimento da perspectiva conservadora e reacionário sobre o tema, com forte expressão na nomeada “ideologia de gênero”¹² e no aprofundamento das investidas anti-humanistas e anti-diversidade que os setores mais reacionários têm realizado nos diversos países. Ainda, é significativo destacar que, diversos setores da esquerda ainda rejeitam a aproximação com o debate acreditando ser fator que secundariza o debate da classe, por muitas vezes sob a máxima do “problema do identitarismo”. Contudo, conforme apresentado no decorrer do presente capítulo, é possível identificar os elementos do passado que se renovam na contemporaneidade para aprofundar as opressões vivenciadas por pessoas LGBT – por vezes, com as mesmas expressões de tempos outros, como “ferir a moral e os bons costumes”, vista no primeiro código criminal de 1930, ou vincular a diversidade sexual à ideia de doença, como no século XIX. Nesse caminho, é fundamental a superação dos equívocos da esquerda do campo materialista histórico-dialética, em especial os marxistas mais “ortodoxos”, e compreender que a diversidade humana é também composta pela diversidade sexual e de identidade de gênero, sendo elemento fundamental para a conformação da classe trabalhadora e o avanço nas lutas pela superação desta sociedade do capital. Não há emancipação humana sem a livre orientação sexual e de identidade de gênero.

Este momento histórico apresenta uma importante lacuna teórica para compreender como tem se dado o debate sobre a diversidade sexual e de gênero, requerendo uma minuciosa análise. Nesse sentido, demarcamos aqui esse ponto e, em algum nível, buscaremos captar mais elementos que possam contribuir para a compreensão, na escrita da dissertação. No entanto, apontamos a importância de que pesquisas futuras se debrucem sobre o momento histórico mais atual, na busca por amenizar a lacuna apontada.

No tópico que se segue, trataremos da organização do movimento homossexual no Brasil, que receberá diretamente esta influência, e demarcaremos como vai se consolidando o discurso da identidade sexual individualista, a despolitização, a mercadorização da sexualidade e o “fim da história”, apostando

¹² A expressão “ideologia de gênero” tem origens na igreja católica é uma invenção católica, criada entre meados da década de 1990 e o início dos 2000, como contraofensiva às formulações feministas (Junqueira, 2018)

nas instituições burguesas as possibilidades emancipatórias da sexualidade. Destacamos que, o desenrolar do século XXI vem apresentando grandes avanços e desafios para o debate sobre a diversidade sexual e de gênero. De certo, percebe-se o avanço de políticas sociais e a adesão a teorias que, por vezes, vão conceituando e decodificando essas experiências humanas.

2.2. A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS E REFLEXÕES CRÍTICAS.

As primeiras organizações homossexuais¹³ brasileiras encontradas na literatura datam da década de 1950. Eram grupos¹⁴ que buscavam socializar suas experiências sexuais a partir de encontros sigilosos em domicílios, especialmente, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (Green, 2022; Simões; Facchini, 2009). Constituíam espaços de festividades e figuravam como local seguro para a experimentação da sexualidade entre pares. Não tinham uma conotação política transformadora das estruturas sociais e não buscavam algo neste sentido. Geraram a possibilidade de experimentação coletivizada frente ao ambiente social hostil que se constituirá a partir das investidas dos aparatos estatais em reverter as experiências sexuais livres. Ainda que com potencial político, essas movimentações tímidas e sigilosas acabaram por construir um tipo de “gueto” homossexual, com ações focalizadas na solidificação de uma identidade que se expressava a partir de experiências individuais relatadas. Estes grupos, curiosamente, vieram a perceber a necessidade da construção de um mecanismo de comunicação que pudesse expressar aquelas experiências internas aos grupos. Assim, nasce o *Jornal Snob* em 1963, que perdura até 1969, quando o jornal assume uma perspectiva voltada aos avanços no reconhecimento de direitos aos homossexuais (Green, 2022) - período, inclusive, em que se aprofunda a experiência da ditadura empresarial-militar brasileira, a partir da promulgação do Ato Institucional 5 (AI-5). Há que se destacar,

¹³ Ao utilizar homossexual neste momento, faz referência direta às primeiras formas de reconhecimento das identidades que hoje nomeamos enquanto LGBT. À época, o termo homossexual se vinculava às diferentes homossexualidades, tanto a feminina quanto à masculina, bem como às travestis. Ainda que elas fossem nomeadas assim, ficavam compreendidas no termo homossexual.

¹⁴ O grupo com maior notoriedade foi a Turma do OK, “uma rede social de gays que se estabeleceu no fim dos anos 50 e funcionou durante toda a década de 1960” (Green, 2022, p.273). Costumavam se reunir em apartamentos para promover a convivência, “para ouvir música, conversar bebericar, porque não tínhamos nem bares nem discotecas” (Green, 2022, p.274).

contudo, que a história é majoritariamente registrada a partir do eixo sul e sudeste do país, com significativo apagamento das outras regiões. Deve-se considerar que houve diversas experiências/grupos organizados espalhadas por todo o território brasileiro; no entanto, existem poucos registros documentados sobre tais. Esta situação tem recebido atenção e esforços de diversos pesquisadores para resgatar a história de outras regiões do país, como o Norte e o Nordeste.

A crescente migração para os centros urbanos e industrializados foi um importante passo para oportunizar que homens e mulheres explorassem sua sexualidade longe do espaço da família e das comunidades em que viviam (Green, 2022). Vale apontar, ainda que sem grandes aprofundamentos, que o movimento de migração para os grandes centros urbanos permitiu a constituição de uma identidade homossexual. Nos termos de D'Emilio (2021), ao analisar a constituição da identidade gay estadunidense, a movimentação provocada pela alteração da lógica produtiva, enchendo os grandes centros de trabalhadores, permitiu uma certa liberação do centro da família, oferecendo certa liberdade na exploração daquilo que seria, até então, uma prática sexual. Os espaços urbanos possibilitaram a troca de vivências na perspectiva de uma experiência sexual mais livre, tendo sido fundamental para a constituição de uma identidade homossexual.

No final dos anos de 1970, com o afrouxamento da ditadura empresarial-militar, foi possível ao movimento homossexual se ampliar numericamente e apresentar abertamente ao debate social as opressões que viviam.

Segundo Louro (2001), é a partir de 1975 que "emerge o Movimento de Libertação Homossexual no Brasil", tendo como grande influência intelectuais exilados durante a ditadura que traziam consigo as experiências e inquietações políticas vividas nos países centrais, no contexto das movimentações internacionais da década de 1960. Agora, altera-se a ideia de um movimento sigiloso para uma mobilização que inserisse socialmente o debate sobre a homossexualidade, buscando modificar sua condição de uniformidade e universalidade para ser percebida de maneira ampla, com influência direta de outros demarcadores identitários, como classe, raça, etnia, entre outros (Louro, 2001).

Pouco a pouco constrói-se a ideia de uma comunidade homossexual. Conforme Spargo, ao final dos anos 70, a política gay e lésbica abandonava o modelo que pretendia a libertação através da transformação do sistema e se encaminhava para um modelo que poderia ser chamado de 'étnico'. Gays e lésbicas eram representados como "um grupo minoritário, igual mas

diferente”; um grupo que buscava alcançar igualdade de direitos no interior da ordem social existente. Afirmava-se, discursiva e praticamente, uma identidade homossexual (Louro, 2001, p.543).

Nesse período, denominado por Simões e Facchini (2009) como a primeira onda de mobilização política em defesa da homossexualidade no Brasil, despontaram dois importantes grupos para organização do movimento homossexual: o Jornal Lampião e o Grupo Somos de afirmação homossexual, ambos criados em 1978.

O período de “movimentação” homossexual entre as décadas de 1950 e 1970 [...] desenhou os contornos gerais do processo que fez que as homossexualidades saíssem do armário e se dirigissem não só para festas, mas também para assembleias e reuniões de pauta. Essas mudanças ajudaram a aliviar as condições que mantinham a vida homossexual na clandestinidade” (Simões; Fachinni, p.79).

O início do Jornal Lampião se relaciona com a convocação de diferentes jornalistas, promovida por Antônio João Mascarenhas, para um encontro com Winston Leyland, editor da revista Gay Sunshine, que circulava nos Estados Unidos, quando ele esteve no Brasil, em 1977. Leyland buscava no Brasil material para construir uma “antologia de literatura guei latino-americana” (Simões; Facchini, 2009; Trevisan, 2018; Okita, 2007). Esse encontro mobilizou um grupo de intelectuais e pessoas envolvidas com o meio da comunicação, que se propuseram construir uma mídia de imprensa alternativa inspirada nas referências estadunidenses. Nascia naquele momento um jornal de imprensa alternativa, que se materializa em abril de 1978, com a primeira edição do Jornal Lampião, na cidade do Rio de Janeiro (Simões; Facchini, 2009).

A intenção do jornal estava em construir alianças com os novos movimentos que se articulavam, dentre eles o movimento negro, feministas, movimento ambientalista, dentre outros (Fry; Macrae, 1985; Okita, 2007). No entanto, esta proposta não se efetivou inteiramente, mas ampliou a mídia e o debate sobre a homossexualidade (Fry; Macrae, 1985). Segundo Simões; Facchini (2009), o jornal seria, politicamente, “uma alternativa libertária”, que rejeitava as perspectivas políticas conservadoras e da esquerda. Em nossa análise, há uma limitação objetiva nesta perspectiva a-política da organização de um movimento com significativos traços políticos revolucionários - pois implica no enfrentamento ao heteropatriarcado fundamental ao desenvolvimento do capitalismo.

Nos seus três anos de existência, a equipe do jornal sofreu duras perseguições policiais e jurídicas¹⁵, com alegações de ofensas à moral e aos bons costumes, e de investidas paramilitares (Simões; Facchini, 2009; Trevisan, 2018; Okita, 2007). Todas essas investidas visavam silenciar o importante papel de apresentar ao debate público as diversas questões em torno da homossexualidade (masculina e feminina), mas também se ampliavam discussões sobre as vivências travestis, o sexo e a sexualidade, a questão racial, enfim, inúmeros temas que tencionavam profundamente as estruturas morais da sociedade brasileira.

Internamente, entre os editores do jornal, constam relatados de constantes divergências, devido às diversas perspectivas e expectativas sobre a homossexualidade e a função do projeto (Simões, Facchini, 2009). Havia aqueles que concebiam o jornal como uma ferramenta estratégica para conquista de direitos; outros o entendiam como espaço para construir criticamente o recente movimento homossexual brasileiro (MHB); de outro lado, havia os que rejeitavam todas as formas de institucionalização, defendendo uma autonomia frente às organizações sociais, em uma espécie de anti-militância aos modelos até então conhecidos, destacadamente em sindicatos e partidos. Percebe-se uma forte influência das mobilizações internacionais que ocorreram na década anterior (1970), fortemente vinculada à perspectiva pós-moderna. Destaca-se que muitos intelectuais brasileiros estiveram imersos nestas mobilizações e, com o afrouxamento da ditadura e o fim do exílio, trouxeram para os debates sociais brasileiros uma forte influência das mobilizações que vivenciaram em países de capitalismo avançado (Trevisan, 2018). Cabe destacar que João Silvério Trevisan¹⁶, considerado um dos fundadores do MHB, era um forte defensor desta perspectiva. Nesse sentido, isso repercute

¹⁵ Podemos exemplificar com a perseguição institucionalizada, tendo por base pela Lei de Imprensa “[...] o governo pretendia acabar com toda a imprensa alternativa, por vias indiretas, ou seja, pela fiscalização. Dentre as publicações [de jornal alternativo] indicadas no relatório do Centro de Inteligência do Exército, como alvo deste plano do governo, encontrava-se o jornal *Lampião*, que segundo o relatório, dispunha-se “a defender atitudes homossexuais como atos normais da vida humana”. O governo abriu inquérito contra os editores do jornal, baseado na Lei de Imprensa, alegando um “atentado à moral e aos bons costumes” (Okita, 2007, p.89-90).

¹⁶ Um exemplo, Trevisan escreveu em um artigo do jornal: “Direitas e esquerda do sistema estão querendo tornar-nos consumidores do homossexualismo e, com isso, recuperar-nos. Trata-se de uma forma de nos iludir com o poder e neutralizar o potencial subversor. A única maneira de garantir nossa subversão e impossibilitar nossa recuperação é ser cada vez mais viado (sic) e sapatona, portanto mais malditos e menos cobiçáveis por todas as formas de poder (ordem), do tipo partidos, publicidade, família, mídia. Quanto mais aprofundarmos nossas diferenças com a normalidade instituída (a sociedade heterossexual compulsória), tanto mais difícil será nos digerir” (Simões, Facchini, 2009, p.95).

diretamente na análise do autor e em toda sua obra que, devido ao significativo registro histórico, utilizamos aqui com a devida atenção crítica.

Voltando ao Lampião, o jornal acabou por assumir majoritariamente esta perspectiva, colocando-se muito distante

das feministas, do negro, do movimento em defesa do índio e do proletário, colocou-se contra a mobilização do próprio movimento homossexual, criticando setores e grupos mais ativos do movimento, acabando por fazê-lo retroceder no seu ascenso, dividindo grupos e boicotando informes da luta (Okita, 2007, p.90-91).

Três anos após a sua criação, o Jornal Lampião lançou seu último número, resultado do acirramento das divergências internas no conselho editorial (Trevisan, 2018). O jornal teve grande importância na construção de uma mídia alternativa que referenciou e conectou os diferentes grupos que se consolidaram à época. “O jornal tinha sido importante para a mobilização homossexual do período, assim como para o debate de muitos temas relacionados à politização da sexualidade e ao reconhecimento social das chamadas “minorias” (Simões; Facchini, 2009, p.110). O Lampião terminou antes mesmo da consolidação de muitas pautas que debateram, como a alteração do código de doenças e a inserção de direitos relacionados à orientação sexual na constituição (Simões; Facchini, 2009).

Em relação ao Somos, o primeiro grupo homossexual brasileiro, os primeiros passos de sua organização se vinculam à cidade de São Paulo, onde se articulou um pequeno grupo de “jovens atores, profissionais liberais e estudantes” (Trevisan, 2018, p.317), na busca por constituir naquela cidade um espaço de discussão sobre a sexualidade. O espaço visava assegurar que as pessoas presentes pudessem relatar experiências cotidianas, dúvidas, problemas, operacionalizando um local de afirmação identitária enquanto grupo, além de propiciar discussões vinculadas à quebra das estruturas relacionais “padrões”, seja nos papéis sexuais, no modelo heterossexista das relações amorosas entre pessoas do mesmo gênero e a polivalência amorosa como propostas de mudanças nas estruturas (Trevisan, 2018).

No entanto, foi somente após uma semana de debates políticos promovida pelo jornal Versus, outra ferramenta de mídia alternativa, que era vinculado à organização trotskista Convergência Socialista, que uma parcela deste grupo de homens buscou consolidar um espaço centralizado na vivência homossexual (Simões; Facchini, 2009).

O núcleo original do que viria a ser o Somos-SP formou-se dos participantes desse debate que se identificavam como homossexuais interessados em discutir sua sexualidade “a partir de suas próprias vivências” (Simões, Facchini, 2009, p. 96).

No ano seguinte, este pequeno grupo teve a oportunidade de se inserir mais incisivamente na cena pública, após receberem o convite para um debate na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. À época já se autodenominavam como “SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual” (Fry; Macrae 1985), em referência à “extinta Frente de Libertação Homossexual da Argentina” (Simões; Facchini, 2009, p.97).

A importância deste debate é que marcou mais uma vez a crescente importância do movimento homossexual como interlocutor legítimo na discussão dos grandes assuntos nacionais. Além disso, foi uma experiência catártica que aumentou a confiança dos participantes e deu impulso à formação de outros grupos similares em São Paulo e outras cidades como também em vários estados (Fry; Macrae, 1985, p.12).

O Somos teve grande crescimento a partir desta primeira atividade pública, que foi marcada pelo posicionamento de autonomia e rejeição aos diferentes partidos e movimentos políticos (esquerda e direita), especialmente pelas duras críticas que a esquerda mais tradicional fazia às novas perspectivas de luta do movimento homossexual. Construiu-se, também, o importante debate sobre a autodeterminação, que rejeitava também o discurso psiquiátrico, legalista e religioso (Trevisan, 2018).

Os debates da época estimulavam o questionamento das posições políticas focadas na centralidade da luta de classes, reivindicando legitimidade a lutas mais específicas. Por conta disso, a emergente política de identidade posta em prática pelos movimentos de feministas, negros e homossexuais gerava uma tensão junta a certos militantes da esquerda (vários dos quais estavam aliados às tendências progressistas da Igreja Católica (Simões, Facchini, 2009, p.95).

O grupo Somos, agora mais robusto, reafirma sua autonomia e uma notável rejeição política aos movimentos partidários e classistas. Neste momento, percebe-se uma forte expressão da perspectiva liberal inserida nos novos movimentos sociais, visando uma organização militante que se preocupa demasiadamente com as individualidades dos sujeitos e em busca por uma inovação militante que deseja por transformações sociais a partir de práticas centralizadas na experiência do

indivíduo, sem ampliação para lutas mais coletivas. Ainda, reflexos das perspectivas dos pós 1960, ampliam-se as críticas ao economicismo¹⁷,

[...] especialmente por meio, dentre outros, dos movimentos sociais e sujeitos políticos que se organizaram em defesa da liberdade, das sexualidades e dos movimentos feministas, posteriormente tal questão alcançou, também, os movimentos em defesa dos direitos do trabalho (Santos, 2017, p.11).

Simões e Facchini (2009) registram que,

Um dos raros consensos entre os participantes dos Somos era o princípio de que o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais. Estabelecida uma relação de oposição entre hetero e homossexuais, que envolveria uma situação de opressão dos segundos pelos primeiros, considerava-se que os homossexuais, como oprimidos, somente poderiam encontrar a si mesmos, aceitar-se e recuperar sua autonomia estando entre iguais. O suposto, certamente muito discutível, era o que de um ambiente formado por homossexuais seria mais igualitário, assim como as relações homossexuais, por se darem entre “iguais”, seriam menos assimétricas que os heterossexuais (Simões; Facchini, 2009, p.99).

Outro relato da mesma perspectiva está em Trevisan (2018):

A preocupação em contestar o messianismo das lideranças surgia, portanto, a partir da preocupação de que cada um de nós devia ser dono do seu próprio nariz (e corpo). Daí advinha também a proposta de independência, autonomia e não alinhamento a programas partidários, que constituiu a mais consistente atitude política do Somos[...] O que se pretendia, em resumo, é que os homossexuais organizados encontrassem uma forma específica de atual, deixando despontar sua originalidade enquanto movimento novo no quadro da vida brasileira (Trevisan, 2018, p.325-326).

Aparentemente almejavam estruturar um espaço de afirmação identitária e que alterasse a estrutura social a partir de mudanças internas à “bolha” que se criava no movimento homossexual.

É importante destacar que o grupo não se ocupava em discutir sobre a “origem” ou a história da homossexualidade. Este debate era percebido como de

¹⁷ “Caracterizado como um tipo de pensamento e prática determinista, instaurado na tradição marxista e em segmentos do movimento socialista, por meio, dentre outras, das formulações realizadas por Kautsky e posteriormente por Stalin. Dias (2002, p.137) contribui para decifrar o economicismo quando afirma que por meio deste: O conceito de modo de produção apaga o de formação social e é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. Este aparece reduzido à esfera do ‘econômico’, o conjunto de forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas são pensadas como tecnologia e apresentadas como base e motor da história. O marxismo é, assim, mutilado, transformado em um conjunto de dogmas. De redução em redução, cai-se na famosa contradição trabalho-capital, tomada abstrata e universalmente [...]. Todas as demais contradições acabam por desaparecer’, apresentando-se como epifenômeno. Reduz-se a totalidade do social a partes’ autonomizadas (Dias, 2002, p. 137 apud Santos, 2017, p.10-11).

menor valor e se desprezava as ideias postas pela academia e setores progressistas, por entender que estes conhecimentos constituíam uma expressão “asséptica dos mesmos preconceitos que contaminava a sociedade” (Simões, Facchini, 2009, p.99). A máxima se assentava em considerar a homossexualidade enquanto uma questão íntima que não devia receber intervenção de nenhuma instituição, devendo ser simplesmente aceita. Era reforçada uma ideia essencialista, entendendo a homossexualidade como parte “essencial da pessoa, uma marca inescapável e certamente “incurável”, sobre a qual não se tinha outro tipo de controle que não fosse seu reconhecimento” (Simões, Facchini, 2009, p.110-101). O que orientaria as alterações na estrutura social, na perspectiva dos militantes do Somos, se sustentava no combate às desigualdades e dominação nas relações afetivas e homossexuais, transformando a realidade em uma “forma vagamente igualitária” (Simões; Facchini, 2009, p.101).

Pouco tempo após sua criação, o grupo já vivia tensões e divergências internas. Por um lado, havia quem defendesse um certo anarquismo político e a separação entre a questão homossexual e a luta de classe, tão presente no novo sindicalismo brasileiro. Em contraponto, existia uma pequena ala com orientação teórica que propunha alinhar as diferentes lutas, numa perspectiva política que debatesse no espaço público a questão da homossexualidade conjuntamente às outras opressões vividas por diferentes grupos, percebendo a classe, o gênero, a raça e etnia etc. (Simões; Facchini, 2009).

O que se homogeneizava na perspectiva militante era a prática política sustentada na identidade, muito presente em grande parte dos movimentos no decorrer da década de 1970. No entanto, essa perspectiva provocou fortes críticas internas nos grupos homossexuais, por tentar conceber uma identidade homogeneizante, a partir do reforço da política de identidade (Louro, 2001).

Para muitos (especialmente para os grupos negros, latinos e jovens), as campanhas políticas estavam marcadas pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico; para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada. Mais do que diferentes prioridades políticas defendidas pelos vários ‘sub-grupos’, o que estava sendo posto em xeque, nesses debates, era a concepção da identidade homossexual unificada que vinha se constituindo na base de tal política de identidade (Louro, 2001, p.544-554).

Vale destacar que havia uma parcela expressiva de pessoas advindas de famílias operárias, bem como pessoas que haviam experimentado o “chão de fábrica”. Os grupos também eram repletos de negros, jovens das periferias e pessoas de classes menos abastadas que encontravam naquele espaço um lugar que se permitia experienciar uma certa liberdade (Green, 2022). Por outro lado, os precursores do movimento homossexual ocupavam espaços um pouco mais privilegiados na estrutura social, sendo majoritariamente homens brancos de classe média. Nesse sentido, a construção de uma identidade homogênea da experiência homossexual, por vezes, reforçava uma identidade atravessada por características não muito diferentes daquelas colocadas à norma. Estas questões começaram a se tornar um importante campo discursivo, produzindo fraturas internas no Somos provocadas pelas vozes discordantes (Louro, 2001).

Dentre estas fraturas internas vivenciadas pelo movimento, relata-se a análise da reprodução do machismo estrutural à sociedade do capital. As discussões da época percebiam a manutenção das hierarquias sexuais próprias do heterossexismo e de maneira extremamente acentuada, ainda que as relações homossexuais partissem de outra configuração (Fry; Macrae, 1985). Para além, era percebido um forte machismo em relação às lésbicas, culminando em um processo de organização de mulheres lésbicas para o enfrentamento da reprodução do machismo no meio homossexual, local onde se pensava não haver a reprodução da hierarquia sexista própria da estrutura social (Trevisan, 2018; Fry; Macrae, 1985).

Começava a ficar evidente para elas que, mesmo entre os militantes homossexuais apesar da ideologia de igualdade, eram os homens que dominavam as discussões e as tomadas de decisão. Além disso, elas reclamavam da misoginia pouco disfarçada nas brincadeiras e nas formas de tratamento usadas pelos homens. Especialmente irritante para elas era o uso freqüente do termo “racha” para designar qualquer mulher e a mania dos homens de se tratarem uns aos outros como se fossem eles próprios mulheres. As tensões aumentaram e, pouco tempo depois disso, aproveitando o ensejo de uma briga entre os homens que já começava a ameaçar a coesão do grupo Somos, as lésbicas deste grupo resolveram optar por uma total autonomia. Fundaram o Grupo de Ação Lésbico-Feminista [GALF] em maio de 1980 (Fry; Macrae, 1985, p.28).

Com a criação do GALF, o grupo de lésbicas acabou se desligando do Somos e construindo um novo movimento de luta que aprofundou o debate no campo feminista.

Outra forte tensão se vinculava à intenção política posta ao grupo. Houve uma forte investida de movimentos organizados de esquerda internamente no Somos. Trevisan (2018) justifica o aparelhamento e conseqüente esvaziamento na organização do grupo, que passou a ter forte influência do Convergência Socialista em seus quadros militantes¹⁸, sustentado na recusa de seus participantes em se vincular a instituições e partidos políticos. Desta divergência, em especial, surge a cisão de uma parcela de militantes, devido à recusa à proposta de participação na manifestação em apoio à greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, em 1º de maio de 1980. Na ausência de um consenso interno no Grupo Somos, parte dos militantes - com maior alinhamento à esquerda partidária - compareceram ao ato, tornando essa divergência motivadora da separação formal e criação de outros grupos (Simões; Facchini, 2009).

Segundo Okita (2007), a parcela de militantes homossexuais, em torno de cinquenta homens e mulheres, que estiveram presentes na manifestação, empunhavam cartazes com os dizeres “Contra a discriminação do trabalhador(a) homossexual”. Há relatos apontando que foram bem recebidos e aplaudidos pelos grevistas (Green, 2022), o que fizeram perceber a possibilidade de aproximar as lutas, fato que contribuiria para a divisão do Grupo Somos.

A recusa entre o Somos e os partidos políticos e organizações de esquerda era vívida. Não só o movimento homossexual, mas também os movimentos feministas, negros e das ditas “minorias”, demonstravam resistências, em especial, aos movimentos socialistas que buscavam priorizar a nomeada “luta maior” (Trevisan, 2018; Simões; Facchini, 2009). Importante sublinhar que houve significativa recusa das organizações de esquerda. Como já citado, construía-se uma ideia de que as opressões denunciadas por estes grupos desapareciam concomitantemente ao desaparecimento do Estado capitalista, sendo, portanto, lutas de menor importância imediata (Okita, 2007).

A aproximação dos partidos políticos com os grupos homossexuais se evidencia quando, em abril de 1980, no I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados e no I Encontro Brasileiro de Homossexuais, percebeu-se diversos afetos aos partidos de esquerda dentre os participantes dos grupos ali presentes.

¹⁸ Ver mais em Trevisan (2018), p. 328-338.

Estes encontros marcaram um importante momento na organização do movimento homossexual brasileiro, tendo em seus encaminhamentos finais a indicação

[...] pela alteração do Código de Doenças referente a “transtornos sexuais” e pela introdução da proteção de direitos relacionados à “opção sexual” na Constituição brasileira. Além disso, decidiu-se promover a legalização jurídica dos grupos, a dinamização dos contatos intergrupais por meio de jornais e boletins, a promoção de debates sobre a homossexualidade durante o congresso anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC), a denúncia da discriminação contra homossexuais exercida por empregadores e acompanhamento de investigações sobre arbitrariedades policiais cometidas contra homossexuais (Simões; Facchini, 2009, p.107).

Foi em junho de 1980, já após o processo de divisão do Somos, que ocorreu o considerado primeiro ato da militância homossexual brasileira. Um ato público, iniciado em frente ao teatro municipal de São Paulo reuniu os diferentes integrantes e ex-integrantes do Somos, além de outros grupos de homossexuais, junto à militantes feminista e do movimento negro em uma manifestação contra a “Operação Limpeza”. Encabeçada pelo delegado Wilson Richetti, essa operação tinha como objetivo, como o nome diz, limpar o centro da capital paulista dos seus frequentadores noturnos, atingindo em especial os pontos de sociabilidade homossexuais, prendendo travestis, homens e mulheres homossexuais, prostitutas e desempregados (Okita, 2007; Trevisan, 2018). Os relatos dizem de uma grande passeata pelos centros da cidade, naquilo que alguns autores reconhecem como sendo a primeira parada homossexual (Simões; Facchini, 2009; Okita, 2007).

Grupos homossexuais se espalharam por diferentes cidades do país¹⁹ e erigiram um grande espaço de construção de uma identidade sexual em terras brasileiras. Cresceram em números e em perspectivas de atuação, próprias do movimento de organização social. Com a inserção no debate social, alguns partidos e movimentos mais progressistas incluíram a homossexualidade em suas pautas, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores, tendo inclusive em 1982, o então candidato a governador de São Paulo, Lula, manifestando em público a posição do partido pelo fim da discriminação contra homossexuais (Fry; Macrae, 1985).

Em 1983 o grupo Somos acabou sendo dissolvido. O GALF foi um dos poucos que se manteve ativo durante toda a década de 1980, tendo assumido o formato de Organização não-governamental, com o nome Rede de Informação Um

¹⁹ Podemos citar exemplos os grupos Auê, RJ; Somos, SP; Eros, SP; Libertos, Guarulhos, SP; Somos, Sorocaba, SP; Beijo Livre, Brasília (Facchini, 2003).

Outro Olhar (Simões; Facchini, 2009). Os anos de 1980 foram importantes para a consolidação de grupos homossexuais no Brasil e na construção de uma identidade, mas grande parte não terminou aquela década (Facchini, 2002). Com a abertura política e o processo de redemocratização, ampliaram-se as alternativas de consumo para o público homossexual, tomando aquelas estratégias de organização, como mídia alternativa e os espaços de encontro, em lugares para consumo e não mais para organização política e crítica (Simões; Facchini, 2009). Esse fato contribuiu para que a participação política e captação de novos membros, alinhada às dificuldades financeiras e algumas dissidências internas, fizesse com que quase metade dos grupos conhecidos finalizassem suas atividades.

O desenrolar da década 1980 também apresentou uma nova necessidade organizativa dos grupos homossexuais que permaneceram no país: a epidemia de Aids²⁰. Com os primeiros relatos de casos no Brasil em 1982, a novidade da doença que contribuiu para produção de novos estigmas sobre a homossexualidade, contribuiu também para uma alteração no perfil do movimento homossexual, que agora assumia, hegemonicamente, um caráter mais pragmático e de ação na estrutura do Estado (Facchini, 2002).

Há pouco a homossexualidade havia deixado de figurar como doença; agora ela voltava vinculada à Aids e novamente se produzia no contexto social um pânico moral que relacionava o vírus à sexualidade homossexual. Anunciada como a “peste gay”, a condução dada à nova doença foi responsável por inúmeras mortes apoiadas no preconceito e segregação desta população, sendo este um dos grandes motes para a atuação política dos novos grupos.

Segundo Simões e Facchini (2009), numa “segunda onda” de organização do movimento, entra em cena uma nova geração de “ativistas”. Com “pouco ou nenhum envolvimento em posições ideológicas de esquerda ou anarquista, se mostravam menos refratária à ação no campo institucional” (Simões; Facchini, 2009, p.117). Essa característica desenhou o novo perfil do movimento homossexual no Brasil, onde os grupos passaram a se organizar de maneira mais formal e na busca por assegurar direitos dentro da estrutura estatal, especialmente no enfrentamento político à aids. Para diminuir as violências vivenciadas, esse novo

²⁰ Aids, traduzida do inglês *Acquired Immune Deficiency Syndrome*, significa Síndrome da Imunodeficiência Humana. Os primeiros casos foram registrados em 1977 nos Estados Unidos da América, Haiti e África Central. Mas, doença começa a dar sinais de alerta na década de 1980, quando começam a surgir diversos casos.

perfil buscava uma ação “junto ao Legislativo e ao Judiciário, perseguindo a mudança dos códigos e das leis” (Simões; Facchini, 2009, p.125).

Simões; Facchini (2009) relatam, a partir de entrevistas²¹ de militantes daquele período, as diferenças percebidas na atuação dos grupos homossexuais. Afirmam que as primeiras organizações não tinham atuação política tão incisiva quanto às novas. A centralidade nas vivências e uma atuação voltada para a construção de uma identidade, sendo isso capaz de transformar a sociedade, era o demarcador daquela primeira parcela de militantes. Agora, se compreendia o imperativo de uma ação externa, “política”, “institucional”, que buscava alterar elementos que compunham a organização do Estado, como leis, normas etc., sendo este o caminho para a alteração da realidade social e da sociedade. A nova perspectiva de atuação resultou em importantes alterações legais no Brasil. Esse momento carrega uma forte perspectiva politicista, forma reducionista para a concepção do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no país (Santos, 2017). O politicismo pode ser considerado “um amplo movimento teórico e político que, ao reagir ao economicismo, assume a perspectiva de que a realidade se reduz à política” (Santos, 2017, p.12)

Nesse novo espectro organizativo, tiveram grande relevância o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro. O GGB foi pioneiro na obtenção de registro enquanto entidade não governamental, em janeiro de 1983. O Triângulo Rosa seguiu esse caminho e foi registrado enquanto pessoa jurídica em fevereiro de 1985 (Simões; Facchini, 2009, p.117).

Dentre as importantes campanhas realizadas pelo GGB, junto às instituições, destacam-se a campanha pela retirada da homossexualidade do código de classificação de doenças, em 1981, que culminou na mudança, pelo Conselho Federal de Medicina, em 1985. Segundo Fry; MacRae (1985), esta talvez tenha sido uma das principais ações do grupo, com forte articulação com diferentes importantes instituições brasileiras.

A importância desta iniciativa se deve ao fato desta classificação do INPS ser uma das únicas instâncias onde se discrimina oficialmente a homossexualidade no Brasil. A campanha se alastra por grande parte do Brasil e já conseguiu a adesão de milhares de assinaturas para seu abaixo-assinado, não só de homossexuais, mas de uma grande proporção de

²¹ Entrevistas realizadas pela pesquisadora Cristina Luci Câmara da Silva sobre o grupo Triângulo Rosa. O trabalho relatou a experiências de ativista que vivenciaram ambos os períodos de organização do movimento homossexual e assinalavam as diferenças (Simões; Facchini, 2009).

outras pessoas, muitas delas personalidades destacadas no mundo científico, artístico e político. Além de batalhar por este abaixo-assinado, o Grupo Gay da Bahia conseguiu também declarações oficiais de apoio de entidades como a Associação Brasileira de Antropologia e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Fry; Macrae, 1985, p.85).

Destaca-se a forte campanha, junto à constituinte, pela inclusão da proibição de discriminação por questões de sexualidade na constituição. Situação que não logrou êxito, tendo sido recusada no plenário da Constituinte e comemorada pelos setores conservadores brasileiros (Trevisan, 2018). Ainda, a alteração de “opção sexual” para “orientação sexual” encontra-se no bojo das investidas políticas destes novos grupos (Simões; Facchini, 2009).

De fato, a materialidade que se expressa na vivência de homossexuais e travestis frente à realidade da epidemia de aids orientou a necessidade da atuação militante em construir respostas efetivas à problemática. Ela remodelou as perspectivas organizativas do jovem movimento homossexual, reverberando nas construções políticas que se fizera. Não se ocupava, necessariamente, de debater a construção histórica destas identidades - muito menos se contesta se era uma marca natural, essencializada, ou ainda, se o que acontecia parecia captar as lutas que se formavam. Partia-se da sexualidade como um fato dado, e se organizavam metas em torno das garantias sociais que afetavam aquele recorte populacional: “a legalização do “casamento gay”, [...] um tratamento positivo da homossexualidade, a denúncia contra a violência contra homossexuais e a preocupação com a discriminação religiosa [...] a luta contra a Aids [...]” (Simões; Facchini, 2009, p.128).

Trevisan (2018) afirma que, do ponto de vista organizativo, a epidemia de aids realizou um feito que até então não obtinha êxito na investida dos grupos homossexuais: a inserção da homossexualidade no debate social. A relação com a doença, ainda que carregada de estigmas, alinhou movimentos sociais às respostas do Estado, fazendo surgir Organizações Não-Governamentais (muitas delas oriundas dos grupos organizados de homossexuais e travestis), que culminaram na construção de programas estaduais de combate à aids e do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis, no Ministério da Saúde (Simões; Facchini, 2009).

Essa perspectiva de atuação dos novos grupos encontra na década de 1990, no Brasil, a introdução do projeto neoliberal em seu intenso processo de

reestruturação do capital e suas contrarreformas. Dentre suas características, aparece fortemente uma “nova modalidade de trato à ‘questão social’”, que implica na retirada da responsabilidade do Estado e a sua respectiva transferência para o “terceiro setor” (Montaño, 2004, p.53). Como aponta Silva (2009, p. 17)

Trata-se de uma realidade que, nos anos 1990, aparece como ator com voz própria, articulando-se, horizontalmente, com as demais instituições que lutam por uma sociedade democrática, tendo como motivação fortalecer os sujeitos sociais emergentes, desenvolvendo práticas que se fundamentam em valores como: liberdade, igualdade, participação e solidariedade, sendo seu traço característico a autonomia (Pontes; Bava, 1996). Relaciona-se com democracia, cidadania e ampliação de espaço público (Senna Filho, 1994), pautando-se pela lógica da solidariedade e cruzando-se pela lógica do direito, para constituir um Estado paralelo que garanta aos discriminados e excluídos bens e serviços que de outra forma não obteriam, mas marcada por uma expansão heterogênea e multifacetada, apresentando tecido eclético e pluralista (Carvalho, 1994)

Isso vai produzir uma nova cultura civil na participação da execução de políticas sociais (Carvalho; Faustino, 2016). Reforça uma participação civil no campo da execução, sob um discurso de participação e disputa política, contudo só acontece a partir do estabelecimento de parcerias com o poder público, que condiciona diretamente o alinhamento ideológico à estrutura estatal e aos mecanismos de financiamento, que por vezes são internacionais.

Em geral, as organizações do chamado “terceiro setor” não têm condições de autofinanciamento e requerem, particularmente, a transferência de fundos públicos para seu funcionamento mínimo. Esta transferência é chamada, ideologicamente, de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil. O Estado, supostamente, contribuindo (financeira e legalmente) para propiciar a participação da sociedade civil (Montaño, 2004, p.56-57).

É necessário observar criticamente o movimento de desresponsabilização do Estado e a instrumentalização dos movimentos organizados. Este debate se insere na perspectiva estratégica em que o capital transforma a sociedade civil em meio para desenvolver e fortalecer seu projeto neoliberal (Montaño, 2004). Não novo, conforme afirma Guerra (2007, p.5), “o processo produtivo capitalista detém a propriedade de converter as instituições e práticas sociais em instrumentos/meios de reprodução do capital”. De fato, é imprescindível perceber o Estado enquanto um comitê para gestão dos interesses comuns de toda a classe burguesa (Marx; Engels, 2009). Contrário à essa percepção, “corre-se o risco de apenas reivindicar políticas e direitos dentro da própria dinâmica institucional, o que, no máximo, vai permitir que lutemos por uma emancipação política, que não altera em nada a ordem burguesa”

(Oliveira, 2018, p.241-242). Nesse sentido, percebe-se uma forte captação por parte do Estado neoliberal do movimento que se estruturava, se guiando por uma demanda legítima, mas instrumentalizando-a.

Esse processo acaba tendo importante influxo do cenário epidemiológico, mas também é fundamental destacar a influência das perspectivas teórico-políticas em que se estruturava o movimento LGBT no Brasil. Como já abordado anteriormente, as reflexões se alicerçaram na esteira das perspectivas pós-modernas, com um forte apelo reformista. Cria um substrato que, ao nosso ver, foi determinante para a captação do movimento para a estrutura estatal e, conseqüentemente, produzindo uma maior focalização e descentralização das políticas sociais que se voltassem ao atendimento da população LGBT.

Os anos que se seguiram viram um crescente de grupos de homossexuais e travestis e transexuais para atuação nos projetos contra a aids. A atuação se alinha mais ainda à estrutura estatal de terceirização das ações voltadas para populações específicas, mas que possibilitou uma certa permeabilidade.

Foi em meados de 1990 que começou a se alterar a referência ao movimento, não mais sendo identificado como homossexual, sendo introduzido, aos poucos, o LGBT²². As inserções e alterações na organização das letras da sigla foram acontecendo a partir dos amplos debates para visibilidade das diferentes expressões internas ao movimento.

No início dos anos 2000, os grupos foram consolidando sua formatação no modelo de ONGs. Segundo Simões, Facchini (2009), percebe-se a permanência de características como a

presença marcante na mídia; ampla participação em movimento de direitos humanos e de resposta à epidemia da Aids; vinculação a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas; ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal; atuação junta a agências estatais ligadas à prevenção de DST e Aids e promoção de direitos humanos; formulação de rede de grupos ou associações em âmbito nacional e local; e organização de eventos de rua, como as grandes manifestações realizadas por ocasião do dia do Orgulho LGBT (Simões; Facchini, 2009, p.138).

A propósito, nota-se uma transformação de um perfil “anti-militância” para a construção de um perfil de “profissionalização da militância”, via financiamento das

²² Especificamente, em 2005 é que se assume a sigla LGBT, a partir do XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em Brasileira (Simões, Facchini, 2009).

parcerias na execução de diversos projetos. As cartilhas definidoras de atuação destes movimentos/ONGs tinham referenciais de organismos internacionais, como o Banco Mundial (Simões; Facchini, 2009). Um exemplo disso, foi o estabelecimento do Programa Nacional de DST e Aids do uso da expressão “homens que fazem sexo com homens” para financiamento de projetos, à despeito das discussões feitas pelos movimentos que criticavam a proposta. Pode-se afirmar que no início do século XXI, as organizações de maior visibilidade, vão buscar, dentro dos limites postos pelo Estado neoliberal, propor ações e mobilizações, assumindo a disputa pelas regras institucionais e de poder político das instituições do Estado, esvaziando as lutas sociais com viés radicalmente transformador (Santos, 2017).

De maneira especial, percebe-se um aprofundamento da relação com o Estado a partir da primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no país. O partido foi um dos pioneiros a inserir em um projeto de governo as demandas sinalizadas pelo movimento LGBT, conforme expresso no documento das bases do Programa de Governo (1994)²³. No entanto, segundo Santos (2005), a preocupação partidária com a questão não resultava de uma transformação ético-política dos dirigentes e do conjunto de militantes, constituía o “resultado da pressão e da disputa ideológica que militantes petistas, que também são gays e lésbicas, fazem, tensionando o partido para a aceitação e defesa da liberdade de orientação sexual [LOS]” (Santos, 2005, p.256). Este cenário já sinaliza para uma defesa superficial da livre orientação sexual e de gênero que facilmente se recua frente à disputa e negociação política - que serão vistos em projetos que não se efetivaram por recusa das alianças partidárias. Ademais, Santos (2005) já sinalizava duas tendências principais no partido dos trabalhadores:

(1) defesa da LOS restrita ao universo da luta pela igualdade de oportunidade e da realização dos DH, sem, no entanto, aprofundar as causas da discriminação e sua relação com a sociabilidade vigente. Deposita-se, assim, na aprovação das leis enorme expectativa quanto à resolução da opressão e (2) uma tendência minoritária, ainda com falas e intervenções isoladas, mas que sinaliza que o enfrentamento das formas opressivas e, em particular, da homofobia só é possível se acontecer no âmbito daquilo que Hobsbawn (1996) advertiu: a defesa das políticas de identidade só tem sentido se referida à humanidade (Santos, 2005, p.260).

²³ Vale destacar que, a primeira vez que a categoria “homossexual” aparece em uma legislação que visasse promover direitos, foi em 1996, no primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em nossa análise, a corrente majoritária influenciará de forma importante as estratégias do movimento LGBT brasileiro que identifica no projeto (e posteriormente na vitória) petista a possibilidade de avanço de sua articulação. Ademais, apresenta-se como possibilidade de vinculação a um projeto de esquerda não tradicional e mais democrático, que se alimentava na intensificação da recusa à radicalidade e organização pensada a partir do legado marxista.

Na gestão petista registra-se uma continuidade, em primeiro momento, nas parcerias com o terceiro setor e as transformações nominais que sofreram. De outro lado, a forte ligação que se estabeleceu entre a gestão política do Estado e o movimento LGBT foi fator limitante até mesmo para a institucionalização de políticas para este recorte populacional. Segundo Irineu (2021)

A aliança histórica entre ativismo LGBT e PT impactaram no processo de formulação da política LGBT, especialmente no que tange à priorização do diálogo com determinados grupos de ativismo nacional por parte do governo e a hipervalorização na avaliação do movimento sobre a gestão da política pública de Lula. Essa visão do governo Lula como uma gestão pró-LGBT, proeminente em alguns setores da militância LGBT, especialmente por setores do ativismo LGBT alinhados à programática do partido, esconde uma perspectiva paternalista que, em minha análise, contribuiu para a baixa institucionalização da política LGBT no Brasil (Irineu, 2021, p.570-571).

Nos parece ser este também um resultado da relação que, antes mesmo do Partido dos Trabalhadores, já se formatava. Contudo, com a ascensão de um partido com um projeto e estrutura mais disponível a se relacionar com as diversas causas organizadas pelos diferentes sujeitos coletivos (Santos, 2005), amplia o horizonte de possibilidades de avanços no movimento LGBT que se articulava com o partido. Ricci (2010, apud Irineu, 2021, p.570) aponta a cooptação das forças mobilizadoras para o emparelhamento na gestão petista, alterando as ações políticas para a organização de agendas em gabinetes governamentais, “[...] esta intimidade com a lógica pública não foi suficiente para alterar o verticalismo e fragmentação da burocracia estatal” (Ricci, 2010, apud Irineu, 2021, p.570). Ora, como já apontado anteriormente, na estrutura do Estado capitalista está o limite das suas alterações.

Os anos das gestões petistas que se seguiram produziram “bons resultados” na atuação desses grupos junto à estrutura estatal, construindo programas e projetos, bem como avançando em algumas legislações no país. Nesse processo, a relação deixa de ser contraditória e de tensão e passa a constituir uma parceria fortalecida. Em parte, foi importante para assegurar o mínimo ao atendimento de

questões que envolviam a população LGBT, que experienciou um longo processo histórico de segregação. Contudo, por mais que signifique alterações nas condições de vida das populações LGBT, estas aconteceram no imediato. Por consequência não trouxeram resultados efetivos na produção de liberdade plena na orientação sexual e identidade de gênero: o que parece ter saído do campo analítico. Das relações apaziguadas entre parcela significativa do movimento LGBT com a gestão político partidária percebemos a limitação nos avanços das lutas. Se por um lado são construídos programas e estratégias para amenizar os efeitos da LGBTfobia, por outro não são organizadas ações de ruptura.

É interessante destacar que ao longo dos anos 2000, surgiram organizações LGBT vinculadas a partidos de direita. Isso evidenciou a capacidade de grupos que, ideologicamente, rejeitam a questão LGBT em cooptar a pauta (Santos, 2016). Sinaliza, para nós, o êxito nas incursões neoliberais em diluir o conteúdo radicalmente transformador da livre orientação sexual e de gênero. É importante salientar que, no interior do movimento que se desenvolvia, houve também diversas organizações desvinculadas de partidos políticos (ditas autônomas) e que organizaram duras críticas aos retrocessos na lógica dos direitos LGBT.

No período mais recente, especialmente a partir de 2016, os movimentos sociais recebem importante influxo a partir da sanção da lei 13.260/2016, conhecida como Lei Antiterrorismo, pela presidenta Dilma. A lei representou a investida em criminalizar os movimentos sociais, como resposta a série de mobilizações que se desenvolveram desde junho de 2013. Este processo foi novamente intensificado a partir do governo Bolsonaro, assumidamente contrário aos movimentos sociais, quando buscou, através do Projeto de Lei 732, incluir na definição de terrorismo ações violentas com fins ideológicos ou políticos (Brasil de Fato, 2022).

Vale demarcar que, sob a gestão Bolsonaro - que se promoveu por meio da notícia falsa do “kit gay”-, além da criminalização dos movimentos sociais, houve também a legitimação da LGBTfobia, o desmonte e extinção de conselhos participativos, reforço ideológico ao modelo de família e relações afetivas nos moldes “tradicionais”, a produção de políticas e estratégias anti-gênero e anti-diversidade sexual. Destaque para a falácia do “kit gay”, pois refere-se a uma notícia falsa fabricada por setores conservadores após o anúncio da criação de um material para a formação de educadores, por volta de 2010, no âmbito do Ministério da Educação, para o projeto "Escola Sem Homofobia". Este projeto tinha como objetivo

combater a homofobia nas escolas públicas brasileiras. A notícia falsa foi amplamente divulgada, sugerindo erroneamente que seria distribuído um material que incentivaria crianças e adolescentes à homossexualidade. A então presidenta Dilma Rousseff sucumbiu às investidas conservadoras evangélicas e católicas e ordenou a suspensão da distribuição do material, afirmando que não aceitava “propagando de opções sexuais” (G1, 2011). A notícia falsa, popularmente conhecida como *fake news*, foi repetidamente utilizada por Jair Bolsonaro ao longo de sua carreira política, especialmente durante a campanha presidencial, da qual saiu vitorioso

Na marca de todos estes ataques, o período mais recente pode demonstrar escancaradamente ao movimento LGBT brasileiro que a organização democrática nos moldes capitalista e seus limites estruturais não são capazes de sustentar a livre orientação sexual e identidade de gênero. A conquista de direitos é meio para outros fins: define os limites possíveis de convivência para apaziguamento da classe trabalhadora e suas possibilidades revolucionárias. Ela precisa representar vitórias que amenizem as durezas da realidade, mas não retirem da direção a necessidade de alterar as estruturas desta sociedade do capital. Contudo, pelo que sinalizamos até aqui, percebe-se forte impulso ideológico pós-moderno na estruturação do movimento LGBT brasileiro, bem como majoritariamente um desenvolvimento de caráter reformista. Nesse sentido, estes sujeitos, em seus processos e análises vão inscrever ideologicamente essas características em suas organizações, mobilizações, defesas e, também, nas produções teóricas. Esse processo vai alcançar diferentes espaços sociais, incluindo o espaço acadêmico e o interior de algumas profissões, dentre elas o Serviço Social. No capítulo que se segue, abordaremos o processo de aproximação e apropriação da temática pela categoria e os impactos na reconfiguração da atuação profissional.

3 O SERVIÇO SOCIAL EM CORES: DA APROXIMAÇÃO COM O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL À DEFESA CRÍTICA PELA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO

A trajetória histórica do Serviço Social brasileiro é marcada por contradições, desafios e avanços²⁴. Da requisição originária de intervenção profissional à proposta interventiva hegemônica na profissão, é possível perceber um grande desenvolvimento da perspectiva profissional, construída sob muita luta e compromisso ético-político por aquelas que nos antecederam. Hoje, ao nos debruçarmos sobre a história dessa profissão, é possível perceber o complexo de recuos e avanços. Expressa-se num projeto profissional fortalecido, com maturidade teórica e avanços importantes na esfera da intervenção profissional. Que reforça suas bases marxistas, fundamental para a guinada rumo à construção de um Serviço Social aproximado da realidade dos sujeitos da ação profissional – a classe trabalhadora brasileira.

As aproximações da profissão intervindo nas expressões da diversidade sexual e identidade de gênero esteve posta ao Serviço Social desde o início da sua profissionalização, à época nomeada como “sodomia”, “anormalidade”, “uranistas”, dentre outros.

Característico das primeiras propostas do Serviço Social até a década de 1960, o escopo de formação se direcionava a preparar um profissional capaz de adequar a gama de trabalhadores às perspectivas morais da classe dominante brasileira. Pereira (1944, n.p apud Aguiar, 1995, p.33), aponta que a/o assistente social necessitava de “uma formação moral muito solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos” para garantir a efetividade da atuação profissional, no combate aos “desajustamentos individuais e coletivos”.

Assim, com a abordagem moral e centrada na adequação, o Serviço Social tradicional despontou em ações diretas nas famílias proletárias das cidades – que recebiam modelos e papéis bem estabelecidos nos moldes cristãos -, buscando resolver os problemas sociais, disciplinando a classe trabalhadora ao meio social e

²⁴ Destacamos que o foco da análise será o Serviço Social, mas o processo de desenvolvimento da profissão não pode ser compreendido de maneira a-histórica, entendendo a profissão de maneira endógena. No decorrer do texto apresentaremos elementos da relação histórica com o desenvolvimento da profissão. Contudo, devido aos limites impostos a uma dissertação, vale reforçar que compreendemos o Serviço Social na história.

ao trabalho (Iamamoto, 2014a). Os Assistentes Sociais viam a “necessidade de intervir na crise de “formação moral, intelectual e social” da família sendo necessária “reajustá-la através de uma ação educativa de longo alcance [...]” (Iamamoto, 2014a, p.217).

[...] a racionalidade eugênica a qual o Serviço Social adere é em muito fruto do que podemos considerar como um compósito eclético, que envolvia da produção de médicos sanitaristas e higienistas até sermões de líderes católicos, o que essas diferentes indicações acerca da racionalidade eugênica tinham em comum, porém era a adoção de uma interpretação do social por via de fenótipos, que explicavam e justificavam o lugar que certos sujeitos detinham no interior da sociedade (De Oliveira, 2019, p.254-255).

Assim, tendo a profissão se orientado na perspectiva cristã – que localizava como pecador ou desajustado aquelas pessoas que expressavam algum traço da diversidade de experiências sexuais e de gênero que fugissem da relação homem e mulher, preferencialmente para reprodução – podemos incutir que o Serviço Social esteve posto às ações de controle e normatização das expressões de sexualidades ideologicamente rejeitadas pela hegemonia dominante em sua rotina interventiva.

É certo que durante o período inicial da profissionalização do Serviço Social a produção sobre a área era limitada (Iamamoto, 2014a). Apesar disso, é possível perceber as relações postas pela literatura, observando como elas se concatenam na formação da ideia que expressamos. Ainda, devido às limitações do presente trabalho, não será possível abordar o tratamento dado pela profissão às questões da sexualidade nos seus anos iniciais de formação com a profundidade requerida. Todavia, surge aqui uma proposta para pesquisas a serem desenvolvidas futuramente.

Na esteira das transformações sociais, a conjuntura da América Latina possibilitou ampliar as reflexões sobre a profissão, observada na experiência real da relação com a classe trabalhadora do Cone Sul. As reflexões ganharam organicidade a partir de grupos de assistentes sociais que questionaram a natureza da intervenção profissional. A proposta reflexiva ganhou magnitude e assumiu um importante movimento tensionador, colocando o Serviço Social na história e na realidade dos países da América Latina. Este processo é reconhecido como Movimento de Reconceituação.

Encontramos neste importante movimento os elementos que oferecerão à categoria profissional a condição de pensar criticamente a profissão no Brasil e

oferecer os profícuos elementos que, até os dias atuais, sustentam a orientação ético-política, a novidade teórico-metodológica e a composição prático-operativa da profissão na contemporaneidade. (Abramides; Cabral, 1995; Abramides, 2006; lamamoto; Santos, 2021; Netto, 2005)

O Movimento de Reconceituação²⁵, localizado entre as décadas de 1965-1975, permitiu que o Serviço Social latino-americano avançasse em sua crítica ao tradicionalismo profissional e construísse uma nova racionalidade para a profissão, desencadeando um processo de “revisão crítica do Serviço Social no continente” (lamamoto, 2006, p.205). Entre o fim da década de 1960 e início 1970, pesa a crítica ao nomeado Serviço Social tradicional (Netto, 2005). Sua gênese está assentada na rejeição ao “trabalho cotidiano do/a assistente social enredado nas malhas da ação burocrática, rotineira, assistemática, de raiz funcionalista voltada à adaptação e/ou integração dos indivíduos, grupos e comunidades à sociedade instituída” (lamamoto; Santos, 2021, p.43).

Este movimento crítico trouxe possibilidades para um processo de revisão das bases ideológicas da profissão no Brasil, que vai pôr-se em movimento no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro. Este processo vai representar um conjunto de investidas para fundamentar e consolidar novas características à natureza do Serviço Social, sua prática e teoria.

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro carrega suas particularidades no contexto histórico voltado à “modernização conservadora” no padrão capitalista brasileiro – com aceleração da industrialização para viabilizar o desenvolvimento econômico do país, mantida a histórica dependência aos interesses dos monopólios internacionais e da subalternização da classe trabalhadora à classe dominante que se impõe mais intensamente político, econômico e culturalmente -, no ciclo autocrático burguês (Netto, 2015). Expressa na vida dos trabalhadores, que se ampliaram em número, aglutinados nos centros urbanos, as refrações da contradição entre capital e trabalho se multiplicavam a partir do projeto de desenvolvimento em curso à época.

Nesse caminho, a questão social é colocada à gestão deste Estado específico: a ditadura militar. Que, por sua vez, incidiu a várias categorias profissionais, mas com uma “ponderável reformulação do cenário do Serviço Social”,

²⁵ Ver mais em Netto (2015).

requisitado para o controle da força de trabalho e na manutenção da sua reprodução (Netto, 2015, p.157). As reformulações atingiram desde a expansão do mercado de trabalho até a sua prática e formação profissional, nos últimos casos, o mercado passa a exigir um assistente social “moderno” em que pese o deslocamento dos traços tradicionais para a substituição por traços “racionais”, numa perspectiva técnico-burocrática (Netto, 2015).

Destaca-se que, conforme Netto (2015), este processo incide diretamente na inserção da profissão no espaço universitário e no seu contato com outras disciplinas das ciências sociais, dando lugar ao processo de laicização da profissão, bem como um “padrão acadêmico” que possibilitou construir a crítica teórica à própria autocracia.

É elemento constitutivo da renovação do Serviço Social a emergência [...] de elaborações teóricas referidas à profissão e de um significativo debate teórico-metodológico. Este elemento está diretamente vinculado à inserção profissional no circuito universitário[...]. Mesmo que aquela inserção tenha se realizado no âmbito de uma universidade domesticada, suas resultantes conformaram espaços de reflexão que foram ocupados e utilizados para gerar uma massa crítica [...] que forneceu o patamar para o erguimento de estritas preocupações intelectuais para os assistentes sociais: pela primeira vez, institucionalmente, criavam-se condições para o surgimento de um padrão acadêmico (ainda que o possível na universidade da ditadura) para exercer a elaboração profissional, constituindo-se vanguardas sem o compromisso imediato com tarefas pragmáticas. Está claro que a estratégia autocrática-burguesa se desdobrava para a produção de profissionais aptos para atender às suas demandas “modernizadoras” e, para tanto, jogava com suas políticas educacional e cultural; é indiscutível que este escopo foi atingido - porém, ao mesmo tempo, engendraram-se circunstâncias que permitiram a incorporação e posterior desenvolvimento, especialmente pelos quadros docentes marcados pelas lutas sociais e estudantis da década anterior, de influxos teórico-metodológicos e crítico-analíticos que questionavam as bases mesmas da autocracia burguesa” (Netto, 2015, p.170).

Segundo Netto (2015), este processo pode ser diferenciado em três direções principais. A primeira foi a *perspectiva modernizadora*, desenvolvida em meados da década de 1960, que não buscou o rompimento das concepções e valores profissionais, mas sim modernizá-los, por meio de uma nova roupagem teórica e metodológica de cariz positivista e estruturalista. Essa perspectiva teve como referências os documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1971), concebendo o Serviço Social como instrumento de intervenção, composto por um arsenal de técnicas sociais, a ser operacionalizado nos marcos do capitalismo (Abramides, 2006). Se relaciona diretamente com as alterações do Estado frente à modernização

em curso no país à época, impulsionando uma refuncionalização profissional de rejeição à matriz caritativa histórica e se direcionando para uma perspectiva mais técnica e burocrática.

A segunda, Netto (2015) aponta a tendência denominada *reatualização do conservadorismo*, que vai recuperar os traços tradicionais da atuação profissional a partir de novas bases. Com influência da fenomenologia, esse momento retoma um perfil profissional vinculado à perspectiva da ajuda psicossocial. Essa tendência “rejeita o positivismo, presente na tradição modernizadora, e a teoria crítica-dialética marxiana” (Abramides, 2006, p.117) existentes no interior da profissão, recuperando a atuação micro, pois na busca pela “compreensão”, abandonam a análise crítica da realidade macrossocietária e, de ações profissionais que possam ser definidas por padrões e avaliadas com base em critérios teóricos e sociais objetivas (Netto, 2015).

A terceira direção apontada por Netto (2015) é a *intenção de ruptura* com o conservadorismo, com forte expressão na década de 1980, mas com significativa experiência na primeira metade da década de 1970 com a experiência de Belo Horizonte²⁶ (Netto, 2015) e, em 1979, no III CBAS, conhecido como o “Congresso da Virada”. Esta direção se diferencia das outras, pois tem como pressuposto a ruptura com as direções anteriores, propondo uma nova base para o Serviço Social brasileiro, se desvinculando da tradição positivista e do reformismo conservador. Para isso, a profissão se aproxima da tradição marxista, o que permite ampliar os referenciais para a sustentação crítica às direções anteriores, realizando uma incursão sistemática ao tradicionalismo profissional e seus fundamentos vinculados à ideologia dominante.

²⁶ A sistematização de uma proposta metodológica feita pela escola mineira, “foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo” (Netto, 2015, p.352). No entanto, a experiência é descontinuada em 1975, a partir da demissão das suas principais idealizadoras (Netto, 2015). À análise crítica, considerando todo pioneirismo e limites históricos daquele tempo, percebe-se fragilidades teórico-metodológicas na experiência, especialmente na tentativa de inserção do debate marxista na formulação teórica sem a devida apropriação das obras escritas por Marx. É sob um “marxismo sem Marx” que se estrutura a proposta belorizontina, [...] precisamente à falta de uma sustentação ontológica-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o voluntarismo idealista – numa “síntese” que, como Lukács o demonstrou há muito, é típica do marxismo vulgar, necessariamente eclético (Lukács, 1974). Assim é que o “Método Belo Horizonte”, combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade” (Netto, 2015, p.365).

[...] ela confronta-se com a autocracia burguesa: colidia com a ordem autocrática no plano teórico-cultural (os referenciais de que se socorria negavam as legitimações da autocracia), no plano profissional (os objetivos que se propunha chocavam -se com o perfil requisitado pela “modernização conservador”) e no plano político (suas concepções de participação social e cidadania, bem como suas projeções societárias, batiam contra a institucionalidade da ditadura). O fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possuiu sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu – enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória. (Netto, 2015, p.316)

É na construção e conseqüente efetivação deste momento, que se

[...] constitui por estabelecer as bases teórico-políticas do PEP – Projeto Ético – Político Profissional, explicitado como terceira tendência da Renovação do Serviço Social, apresentando – se de forma distinta nos diversos momentos de seu desenvolvimento: gênese, evolução e consolidação (Abramides, 2006, p.117).

Como cenário, os anos de 1980 receberam a intensificação do processo inflacionário, ainda na esteira do curto milagre econômico vivenciado na década de 1970, se arrastava com a intensificação da pauperização da população. Concomitantemente, diferentes sujeitos políticos se organizavam nos centros urbanos e se colocavam mais intensamente à disputa política e requisitavam os direitos negados (Netto, 2009).

A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, “minorias” etc.); a dinâmica da vida cultural, com a reativação do protagonismo de setores intelectuais; a reafirmação de uma opção democrática por segmentos da Igreja católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais. (Netto, 2009, p.149)

Este conjunto conduziu a gradual abertura política, caracterizada “como recurso contrarrevolucionário para que a burguesia brasileira não precisasse ceder completamente frente às reivindicações populares que paulatinamente ressurgiam na cena política do país” (Paula, 2021, p.116). Também, propiciou ao corpo profissional que aspirava os ares da reconceituação produzir uma crítica mais

contundente e transformadora ao tradicionalismo profissional. Netto (2009) afirma que

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional (Netto, 2009, p.150).

Registra-se uma marca fundamental que se insere no projeto que se desenvolverá: a defesa da democracia e a luta contra o conservadorismo. É a marca renovadora do Serviço Social. Conjuntamente, ecoam no corpo profissional os interesses da classe trabalhadora posta à luta antagônica entre as classes, marcando sua nova posição ideopolítica.

Netto (2015) aponta duas contribuições significativas para a oxigenação do projeto de ruptura. A primeira delas foi o método Belo Horizonte que apresentou um inovador componente nessa experiência: a provocação de um novo *ethos* profissional que se vincula às lutas sociais pela liberdade (Barroco, 2005). Esta nova moralidade apontada pela autora, está vinculada à participação política presente naquele período, configurando um “*ethos* militante, em oposição ao tradicional, em suas formas antigas e reatualizadas, o que aponta para a peculiar origem da nova ética profissional: sua subordinação imediata à opção política” (Barroco, 2005, p.143). Contudo, na fragilidade teórica que marca a experiência, a proposta profissional acaba por assumir um voluntarismo militante (Barroco, 2005). Sinaliza, também, na leitura histórica, para o compromisso teórico necessário à construção de um projeto radicalmente crítico.

A segunda contribuição encontra-se no trabalho pioneiro de Marilda Villela lamamoto (Netto, 2015). É, particularmente, nas linhas escritas por lamamoto e Carvalho, datadas de 1982, no livro “*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*”, que se fixa um marco central das reflexões críticas e da proposta efetiva da inserção da teoria de Marx na profissão. É neste importante construto reflexivo que está a demarcação da análise sobre a profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais nesta sociedade do capital. A obra se destaca pela devida apropriação do referencial marxista, comprometido teórico-metodologicamente com a incorporação da teoria de Marx indo a ela. Para Netto (2015), a contribuição do trabalho de

lamamoto, “consiste no primeiro tratamento rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana” (Netto, 2005, p.382). Assim, segue o autor, vão ser os resultados destas reflexões que inclinarão a direção da perspectiva profissional, impactando teórica e politicamente os novos rumos (Netto, 2015).

lamamoto (2014) tem como objeto de estudo a profissão de Serviço Social. A autora se dedica ao entendimento do significado social da profissão frente à realidade brasileira, situando seu objeto na realidade que organiza e legitima esta especialização do trabalho na divisão social e coletiva do trabalho. Nessa direção, o Serviço Social se apresenta inserido no contexto histórico que determina sua necessidade interventiva. Firma a compreensão da profissão a partir do reconhecimento do capital enquanto fundamento das relações sociais e sua incidência organizativa das relações, sendo ele “a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social” (lamamoto, 2014a, p. 37).

Metodologicamente, a autora analisa a profissão a partir da totalidade, na busca por superar a “aparência em que se apresenta em seu próprio discurso, e, ao mesmo tempo procurar detectar como vem contribuindo, de maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais, ou seja, do conjunto da sociedade” (lamamoto, 2014a, p.20). Partindo destas reflexões, se materializa a proposta de compreender o Serviço Social inserido no movimento da sociedade enquanto partícipe da reprodução das relações de classe (lamamoto, 2014a). A profissão então, na novidade da autora, é produto desta sociedade e vai se inserir na conservação da lógica sistêmica, interligada à lógica de reprodução da sociedade.

É, pois, calcada nos fundamentos marxianos que a autora constrói suas reflexões situando o Serviço Social e sua institucionalidade. Insere, no debate teórico-metodológico, a profissão “configurada com um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (lamamoto, 2014a, p.77). lamamoto (2014), desse modo, demonstra a relação da profissão com o desenvolvimento do capital industrial, com seus reflexos na emergência de novas classes sociais, que são gestadas em contraditoriedade - de um lado a constituição de uma classe operária despossuída e de outro a nova burguesia industrial. É, assim, nesse quadro, que vai se sustentar a primazia do

capital industrial e financeiro, que produz “sob novas formas a chamada *questão social*” que é o eixo fundante desta especialidade profissional (Iamamoto, 2014a, p.83). É aqui, em especial, que se expressa uma importante novidade teórica. A autora percebe a profissão vinculada à resposta do capital às reivindicações expressas pelo movimento de constituição e desenvolvimento da classe operária e sua inserção política. Participa, pois, na geração de condições políticas que ratifiquem a dominação, da manutenção de interesses e projetos burgueses, e no favorecimento da reprodução da força de trabalho, via a operação dos serviços sociais postos pelo Estado.

Nessa análise, percebem-se as bases histórico-ontológicas da realidade social, que implicam na exigência da profissão, conferindo legitimidade e funcionalidade histórica. São os fundamentos teóricos e metodológicos que apreendem a realidade, aprofundam o entendimento da profissão nela inserida e estimulam a crítica. Nesse movimento, a dimensão ideopolítica é mobilizada de forma substancial, acionando valores diante dos projetos societários. Nesse contexto histórico, ocorre uma mudança explícita na direção da profissão.

É fundamental destacar que, como importante marco na história da profissão, é significativo o movimento realizado na construção de uma diretiva ligada à apropriação do marxismo em sua perspectiva teórica-metodológica, com objetivos impactos na perspectiva ideopolítica. Era um cenário pouco promissor para este processo. De um lado, via-se a crise do nomeado “socialismo real” e as investidas na desqualificação da teoria marxista mundialmente. De outro, como já citado, a organização do Estado requisitava um profissional que respondesse de sobremaneira ao perfil tecnocrático no bojo do estado que se modernizava. Ainda, é fundamental perceber que, mesmo diante o processo inicial e contraditório da inserção da teoria de Marx na profissão, o conjunto da categoria se apropria do importante contributo no plano teórico crítico para consolidar a intenção de ruptura, a partir da elaboração sistemática de Marilda Iamamoto (Netto, 2015). Foi este processo significativo para o desenvolvimento da direção social do Serviço Social brasileiro e na consolidação de um projeto ético-político inovador.

No conjunto das transformações em que se inseria a profissão rumo a consolidação de um novo projeto profissional, articulavam-se estratégias e politicamente coletivos profissionais para que no CBAS, acontecido em 1979, se imprimisse um novo posicionamento e valores ético-políticos da categoria

(Abramides, 2006; Abramides; Cabral, 1995; Barroco, 2005). Este processo tem forte expressão a partir da inserção e organização de assistentes sociais no sindicalismo classista. Fato que proporcionou uma articulada intervenção nos horizontes políticos daquele encontro, também conhecido como Congresso da Virada, bem como foi decisivo para a formulação do Código de ética²⁷ de 1986, que inaugura a expressão ética profissional, no campo jurídico-político, do “compromisso político com as classes trabalhadoras” (Abramides, 2006, p.42) e, posteriormente, no Código de Ética de 1993. É nesse movimento que a profissão expressa um novo caráter político organizativo e jurídico.

No bojo das revisões de suas matrizes teóricas, com uma proposta de se aproximar das demandas emergentes na realidade brasileira, emergem também as mobilizações em torno do debate sobre a homossexualidade mais fortemente no Brasil. Nesse caminho, as pautas levantadas pelo movimento homossexual vão adentrar a categoria profissional e produzir no conjunto da categoria um acúmulo capaz de oferecer subsídios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para a emergente perspectiva profissional que se desenvolvia.

Como descrito por Abramides (2006, p.52), foi “na efervescência política, intelectual, teórica e cultural dos anos de 1980 que o Código de Ética de 1986 se constrói no debate com o neotomismo e, pela primeira vez no interior do conjunto CFAS/CRAS²⁸, a perspectiva marxista apresenta-se hegemonicamente”. Não diferente, é neste mesmo cenário que aparecem as primeiras mobilizações em torno da questão da sexualidade e, dos até então, direitos homossexuais. Destarte, é a possibilidade de uma análise das bases materiais da realidade brasileira que conduz a inserção da temática no espaço profissional.

Na década de 1980 são relatadas oficinas temáticas sobre diversidade sexual no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) (Cisne; Santos, 2018). Buscava-se construir análises que articulasse as questões emergentes do então movimento homossexual à perspectiva materialista que ganhava substância na profissão. Demarcamos aqui o protagonismo do movimento estudantil na captação do movimento da realidade e na quebra de resistências no âmbito profissional. Estas discussões vão potencialmente adentrar o interior da profissão, não de maneira

²⁷ Destaca-se que, que a categoria profissional não teve até a década de 1980 em seus códigos de ética perspectivas diferentes do tradicionalismo conservador (Barroco, 2005).

²⁸ CFAS/CRAS eram os nomes do que hoje denominados CFESS/CRESS. Receberam esse nome via decreto Decreto 994 de 15 de maio de 1962.

espontânea e automática, mas provocada pelo próprio movimento estudantil e por profissionais assistentes sociais que atuavam ou se relacionavam com nascente movimento homossexual, por vezes sendo uma pessoa LGBT.

O desafio de captá-las e apreendê-las [a realidade da população LGBT] no cotidiano profissional, de desenvolver estudos/pesquisas/militância política e realizar o debate/embate político para afirmar sua necessidade na agenda político-profissional do Serviço Social dependeu/depende, também, da iniciativa de profissionais, em determinadas condições históricas. E foi justamente nesse ambiente polêmico de debates que algumas feministas lésbicas se destacaram com ousadia intelectual e política (Cisne; Santos, 2018, p.166).

Nesse caminho, as preocupadas investidas destas profissionais em apontar a emergência das vivências LGBT na realidade brasileira, ofereceram novos elementos para avançar na perspectiva profissional que vinha se consolidando na época, refletindo nas elaborações que se desenvolveram até os dias atuais. É fundamental demarcar este ponto, pois a inserção da temática nas lutas profissionais não se assentou em um voluntarismo, mas na percepção do movimento da realidade no cotidiano das intervenções profissionais e na consolidação de um projeto ético-político para a profissão. É, pois, na construção atenta deste novo projeto ético-político profissional que se abre a possibilidade de a categoria construir os enfrentamentos internos para avançar na apropriação e inserção do debate sobre a “novidade” da temática da homossexualidade. Definitivamente foi a quebra com as outras perspectivas profissionais que pavimentou o caminho para inserção da temática nas frentes de defesa assumidas pela categoria. É, sem dúvidas, a apropriação crítica de bases marxistas que possibilitou a inserção e assimilação do conjunto da importância de construir a defesa da livre orientação sexual e de identidade de gênero – ainda que não tenha sido de forma instantânea, sendo necessário enfrentamento ideopolítico internamente na categoria, bem como no acúmulo das análises da temática que se apresentava de maneira ainda recente. Reforçamos que, sem apropriação das bases teórico-metodológicas em Marx, o Serviço Social brasileiro não assimilaria com tanta responsabilidade e compromisso ético-político a questão da diversidade sexual e identidade de gênero.

Cabe destacar que, um projeto profissional do Serviço Social não é novidade para a profissão. A discussão sobre ele, no entanto, só ganha visibilidade no processo de renovação por meio de sua crítica e recusa ao conservadorismo. Na

análise do Serviço Social inserido na mediação entre as classes é que se manifesta à profissão sua direção sociopolítica. Como apontado, romper teórico-metodologicamente com o tradicionalismo conservador mobilizou conjuntamente um necessário reposicionamento ideopolítico. Afinal, aderir a uma proposta crítica profissional significa apreender plenamente a sua dimensão ideopolítica, produzindo na categoria profissional a capacidade de elaborar estratégias vinculadas ao projeto da classe trabalhadora (Paula, 2009). Essa dimensão organiza, assim, a direção de intervenção na realidade. Essa ação tem caráter ético, pois pode ter capacidade de afastar o sujeito de sua singularidade e rearticular suas objetivações (Barroco, 2009). É, pois,

[...] quando o indivíduo, determinado por condições sociais que convergem na direção de sua intervenção na realidade, e motivado por valores emancipatórios, pode ter possibilidade de estabelecer mediações com a sua particularidade, ascendendo à condição de sujeito ético, revela-se toda a importância da reflexão ética, capaz de realizar a crítica da vida cotidiana, em sua dimensão moral, ampliando as possibilidades de realização de escolhas conscientes, voltadas ao gênero humano, às suas conquistas emancipatórias, à desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade e do compromisso com projetos coletivos (Barroco, 2009, p.11).

Sinalizando sobre o Código de Ética de 1986, importante expressão jurídico-política do avanço do PEP, ele representa, materialmente, um importante passo no processo de ruptura política com o tradicionalismo profissional.

[...] expressa um compromisso ético-político de construção de uma prática articulada àqueles que participam da sociedade por intermédio de seu trabalho, propugnando eticamente o compromisso com a classe trabalhadora e, neste sentido, rompendo com o mito da neutralidade profissional. Representou, pois, um passo importante diante da visão de homem herdada de nossa trajetória profissional” (Iamamoto, 2010, p.100).

Em suas linhas introdutórias está expressa a contextualização do momento histórico que país vivia e a novidade ética a qual se propõe:

A sociedade brasileira no atual momento histórico impõe modificações profundas em todos os processos da vida material e espiritual. Nas lutas encaminhadas por diversas organizações nesse processo de transformação, um novo projeto de sociedade se esboça, se constrói e se difunde uma nova ideologia. Inserido neste movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os

valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora (CFAS, 1986).

Em sua novidade estava impresso o fundamento da visão “histórico-ontológica do homem como ser prático-social, dotado de liberdade, que tem no trabalho sua atividade fundante” (Iamamoto, 2010, p.102). Expressou a análise do homem no processo de produção e reprodução da vida social, em suas bases materiais e subjetivas, tendo na relação antagônica das classes firmado seu novo viés analítico, superando a ética da neutralidade profissional por um novo posicionamento: “o encaminhamento da prática profissional articulada às lutas da classe trabalhadora” (CFAS, 1986). Essa expressão demarca o acúmulo que a categoria construiu nas últimas décadas. É nessa perspectiva que o código de ética sinaliza a ruptura com o conservadorismo na profissão, demarcando um importante avanço ideopolítico, possibilitando a aproximação com as diversas expressões da realidade, como a questão da sexualidade. E é na expressão da ética inserida ao cotidiano profissional, partindo das novas formulações que compreendem as expressões da relação entre as classes no cotidiano da vida, que se apresenta o debate sobre a ética enquanto mediação entre o campo teórico-metodológico e a esfera técnico-operativa (Paula, 2009).

Deste modo, o código de ética de 1986 explicitou o compromisso do Serviço Social com as lutas das classes trabalhadoras; superou a visão do profissional como mero executor de políticas sociais, estabelecendo a participação destes nos espaços decisórios de programas institucionais; possibilitou ao usuário apresentar denúncia aos conselhos profissionais referente a uma prática contrária aos seus interesses; buscou garantir a ação profissional pautada nos parâmetros de capacitação para pesquisar, elaborar, gerir e decidir sobre as políticas institucionais e seus programas, ao superar a concepção técnico imparcial (Paula, 2009, p.94).

No entanto, no caminho de reflexões teóricas construídas de maneira controversa, o Código de Ética de 1986 também apresentou limitações em sua formulação. De maneira especial, é na análise das relações sociais enquanto “dualidades e não como contradição” que evidencia um dos grandes limites propositivos do então novo código (Iamamoto, 2010, p.100). Ora, esse era o debate

que se construía na crítica profissional ao tradicionalismo: é na relação contraditória entre as classes que se permite pensar o Serviço Social na realidade. Ao contrário, o código seguiu um caminho fragilizado nessa análise, pois, requisitava um caráter militantista do trabalho da/do assistente social, como se o trabalho profissional e sua inserção na realidade do capital permitisse uma intervenção nesses moldes.

Nesse sentido, foram frágeis as reflexões teóricas que pudessem compreender, na dinâmica da realidade, as particularidades das dimensões éticas e políticas, ainda que compreendidas em sua intrínseca relação (Abramides, 2006). Como explica lamamoto (2010):

O processo de trabalho do assistente social é radicalmente polarizado por tais interesses de classes, que se recriam contraditoriamente além da intencionalidade dos sujeitos individuais, não podendo ser “eliminados” das condições de trabalho do profissional. Como trabalhador assalariado, o assistente social é contratado predominantemente pelo Estado e por empresários - tendo no patronato o seu principal empregador -, para atuar junto aos vários segmentos de trabalhadores, por intermédio da mediação de organizações atuantes no campo das políticas sociais públicas e empresariais, geralmente articuladas à órbita do poder econômico, político e cultural, por meio das quais são recriados aqueles interesses divergentes” (lamamoto, 2010, p.101).

Como parte desta análise, insere uma visão homogeneizadora de classe trabalhadora com valores unilaterais e estáticos, assumindo uma concepção divisionista entre bons e maus, cabendo à classe dominada o adjetivo positivo, como se esta não carregasse valores postos pela reprodução do capital. Assim, subestima “a possibilidade de contradição e de mobilidade e transformações de valores” (Barroco, 2005, p.120). Ele evidencia valores éticos, mas operacionaliza-os de maneira equivocada. Conforme afirma Barroco (2005), em um “Código de Ética, o compromisso deve ser com os valores e não com as classes, grupos, indivíduos, isto é, não cabe num Código de Ética prescrever quem são os sujeitos portadores desses valores” (Barroco, 2005, p.121). São, pois, os valores contidos nos códigos que devem ter a capacidade de sinalizar qual projeto de sociedade ele contém, implicando aos sujeitos a possibilidade da reflexão ética e a possibilidade de opção a um projeto.

Em 1993 um novo código é construído, superando as fragilidades do anterior, ele representa o avanço no acúmulo teórico feito pela categoria.

A revisão do código de 1986 teve como pressuposto a consolidação do projeto profissional nele evidenciado, numa perspectiva superadora, ou seja, de garantir suas conquistas e ao mesmo tempo superar suas debilidades. Entendeu-se, sobretudo, a necessidade de estabelecer uma codificação ética que desse concretude ao compromisso profissional, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionalizá-la objetivamente em termos de direitos e deveres éticos. Neste sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para sua especificidade no espaço de um *Código de Ética: o compromisso com valores éticos-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade* [grifo nosso] (Barroco, 2005, p.199).

É fundamentado no acúmulo e amadurecimento teórico da tradição marxista que o código de 1993 demarca a reflexão sobre os valores para a profissão, expressando na ação profissional o imperativo de uma dimensão ético-política alinhada aos seus fundamentos. Assim, traça um *continuum* na construção de um arcabouço de estratégias e táticas éticas e políticas que reafirmam a direção do projeto que se vincula a projeção de uma sociedade “em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 1993, p.10 apud Barroco, 2005, p.204) e superação da própria ordem burguesa.

A partir de 1993, o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores. É nesse contexto que o projeto profissional de ruptura começa a ser definido como projeto ético-político referendado nas conquistas dos dois Códigos (1986 e 1993), nas revisões curriculares de 1982 e 1996 e no conjunto de seus avanços teórico-práticos construídos no processo de renovação profissional, a partir da década de 60 (Barroco, 2005, p.206).

Destaca-se que este projeto se ocupa da reflexão sobre a ética e impulsiona a um reposicionamento que propicie um novo perfil profissional para realizar escolhas e objetivá-las na realidade. Afinal, ética, segundo Barroco (2005), representa

[...] a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social [...] Tratada como mediação entre as esferas e dimensões da vida social, e atividade emancipadora, a ética é situada em suas várias formas e expressão: a moral, a moralidade, a reflexão ética e a ação ética como exercício de liberdade ou, como quer Lukács, como ‘ação virtuosa’, apontando-se para sua conexão com a práxis política e para suas formas alienadas, no âmbito da vida cotidiana (Barroco, 2005, p.19).

Apoiada em uma nova perspectiva ética, o PEP vai compreender a construção da moral enquanto campo perpassado por interesses de classe e pela produção e reprodução das relações sociais em um determinado modo de produção material e espiritual da vida social (Barroco, 2005), sendo necessário disputá-la para construir um novo *ethos* profissional/social. A autora alerta que,

[...] no âmbito da cotidianidade, os valores morais tendem a ser interiorizados acriticamente. Por força da tradição e dos costumes e pela constante repetição tornam-se hábitos; a assimilação espontânea não significa, necessariamente, uma adesão consciente. No nível da cotidianidade, as normas podem ser aceitas interiormente, defendidas socialmente sem que, no entanto, possamos afirmar que essa aceitação tenha ocorrido de maneira livre, porque a escolha livre pressupõe a existência de alternativas e seu conhecimento crítico. Sendo assim, a consciência implica a subjetividade, mas esta pode legitimar determinadas normas e valores sem que seja um ato consciente, isto é, livremente escolhido, a partir do conhecimento das alternativas e da responsabilidade pelas escolhas (Barroco, 2005, p.45).

Nesse sentido, ao construir um projeto crítico frente à lógica do capital, o conjunto da categoria se implica em construir estratégias para promover a liberdade - seu valor central - e construir o exercício profissional enquanto espaço de escolhas conscientes e que se alinhem a um projeto sem dominação e opressão. Diferente da moral burguesa que implica num projeto que rejeita as possibilidades emancipatórias humanas (Barroco, 2005).

Importante destacar que, no contributo deste processo, tem-se a construção de um novo currículo para a formação de assistentes sociais. Com a reorganização da categoria e os novos ventos que sopram sua direção, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)²⁹ organiza um processo de revisão curricular, com importante articulação entre diferentes escolas e firmando a uma nova perspectiva teórica-metodológica assentada na ruptura com o tradicionalismo profissional.

O currículo mínimo expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964/85) quanto ao Social Work, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. No currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado —, o que representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar

²⁹ ABESS é atualmente reconhecida como ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

sustentação a estes conteúdos. É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão” (Iamamoto, 2014b, p.614).

Este novo currículo compõe o conjunto de marcadores de uma nova perspectiva, expressando o âmbito normativo do processo de formação. Demarca no currículo mínimo a necessidade de o profissional intervir a partir da realidade social contraditória, sendo fundamental uma formação profissional crítica que qualificasse os estudantes para o desenvolvimento metodológico compatível e vinculado à realidade.

Considera-se que a formação do profissional de Serviço Social tem, como referência básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social. [...] Torna-se, portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. [...] Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situa no plano da reflexão, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. Nesta perspectiva, a formação acadêmica pressupõe: 1) Um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade. 2) Um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas, assim como uma estratégia de ação que estude a prática das intervenções do Serviço Social com base nas referências teóricas mencionadas (Cardoso, 2016, p.445).

Os esforços para essa construção representam parte da estratégia para estruturação da nova direção profissional em enfrentar as bases teóricas e metodológicas conservadoras da profissão. Sintoniza a formação profissional ao *ethos* profissional que se desenvolvia e à nova compreensão teórica e metodológica da realidade social e da profissão. Reposiciona o processo formativo “com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional” (Netto, 2009, p.153).

Com o avanço no acúmulo teórico, o conjunto da categoria percebe alguns equívocos constantes no currículo de 1982, especialmente no que tange a fragmentação entre ensino e aprendizagem. Então, em 1996 são apontadas novas diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social na busca por superar os problemas teóricos-metodológicos encontrados anteriormente. Nesta nova proposta

curricular, estrutura-se uma formação que buscava aprofundar a compreensão das dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político na construção do fazer profissional, alinhadas à teoria social de Marx e na sua apreensão enquanto método (Cardoso, 2016, p.450). Nesse sentido, ao investir na construção de um novo perfil profissional, o conjunto da categoria aponta a capacidade de criticamente ampliar as incursões teóricas no enfrentamento das tradicionais referências prático-interventivas, bem como se aproximar dos emergentes campos interventivos e, por conseguinte, da produção de conhecimento que subsidie o trabalho profissional. É possível perceber uma relação como “simbiótica” entre o posicionamento em um novo lugar ético-político, o reposicionamento teórico-metodológico e a produção de um perfil profissional capaz de analisar e alterar significativamente seu “pôr” técnico-operativo. São fundamentos que se alinham, ou melhor, que se associam tão intimamente, uma relação absolutamente orgânica, a partir do pensamento marxista, que devem ser compreendidos enquanto unidade.

As diretrizes curriculares de 1996, no entanto, sofreram forte descaracterização quando homologadas pelo ministério da educação, em 2001, especificamente naquilo que se referia a direção social da profissão e sua incidência na formação e no perfil esperado do egresso.

Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Na definição das competências e habilidades, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país (MEC-Sesu/Coness, 1999). Também os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizente com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos (Iamamoto, 2014a, p. 616).

Segundo Netto (2009), o Código de 1993 é um momento vital na construção do PEP do Serviço Social brasileiro, registrando em seu estatuto jurídico um

importante compromisso com uma visão radical da emancipação humana mediada pelos princípios, deveres e direitos profissionais.

Dessa forma, as dimensões sócio-históricas e ético-políticas do projeto profissional têm consequências: supõem uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente e se liga à ação no sentido de interferir no comportamento dos homens, no enfrentamento dos conflitos sociais. Por meio da luta hegemônica, os assistentes sociais, enquanto cidadãos e trabalhadores, passam a ser parte de um “sujeito coletivo”, que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política (Iamamoto, 2015, p.230).

Como apontado por Almeida (2020), em torno da construção deste novo código, algumas e alguns estudantes e profissionais que atuavam ou se relacionavam com o movimento homossexual, se mobilizaram para que a agenda do Serviço Social brasileiro demarcasse atenção ao que começava a ser chamado de homofobia.

A reflexão crítica sobre a ética e Serviço Social propiciou a inserção da defesa dos direitos humanos no novo código. Em especial, a construção de uma perspectiva de direitos humanos no seu sentido radical, bem distante da perspectiva liberal hegemônica socialmente, guiada pelo aspecto legalista, situando-os no campo das lutas sociais nesta sociedade do capital. Nesse percurso, o Código de Ética Profissional (CEP) de 1993 destaca a necessidade de disseminação de uma cultura crítica dos direitos humanos, que, em nossa análise, aponta para uma defesa tática diante da sociedade de classes como um caminho para viabilizar um projeto de sociedade radicalmente humana. Na concepção marxista,

a ética se concretiza na relação livre entre o indivíduo e a sociedade, através da qual ele pode adquirir consciência de si mesmo enquanto ser genérico. Trata-se, pois, de uma mediação viva e dinâmica, capaz de desocultar valores desumanizados do contexto capitalista (Silva, 2004, p.199).

Tomam, no sentido profissional, valor estratégico que desenreda as diversas formas de exploração e opressão produzidas socialmente. Nesse sentido,

As lutas pela realização dos DH têm valor estratégico se contribuem para explicitar a desigualdade social, as formas de exploração e de opressão vivenciadas. O enfrentamento e a superação desses problemas exigem mais do que realização dos DH, exige uma nova forma de organizar as relações sociais, fundada no trabalho associado e na socialização da riqueza material e espiritual produzida. Queremos mais que resistir à barbárie. O horizonte que orienta a luta de resistência é o da conquista da

igualdade substantiva na vida real de mulheres e homens e é neste sentido que os DH se constituem como necessidade e limite (SANTOS, 2009, p.35)

A atuação neste campo mostrou-se fundamental para o enfrentamento dos preconceitos no interior da profissão e para a aproximação dos diversos sujeitos políticos que se expandiram nas lutas sociais brasileiras naquela década. Segundo Barroco (2005), o preconceito é

[...] uma forma de reprodução do conformismo que impede os indivíduos de sociais de assumirem uma atitude crítica diante dos conflitos, assim como uma forma de discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se adequa aos padrões de comportamento estereotipados como “corretos” (Barroco, 2005, p.47).

E foi o reconhecimento do preconceito “relacionado à orientação sexual como uma realidade no Brasil, que, ao se desdobrar na vida cotidiana, assumia particularidades no universo profissional” o fio dos debates no interior da profissão (Santos, 2017b, p. 101). Por sinal, é este campo que estará expresso enquanto princípio no código de ética de 1993: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de [...], *opção sexual*”, que à época era o termo utilizado para o que hoje nomeamos de *Orientação Sexual*.

Efetivamente, o CEP 1993 inaugura um importante campo jurídico-político para inserção do debate sobre a diversidade sexual e de gênero alinhada ao projeto ético-político que se consolidava. Defendemos que este vai ser o marco da inserção na agenda profissional do enfrentamento ao preconceito contra a orientação sexual e identidade de gênero e na luta pela liberdade na autodeterminação sobre estas mesmas experiências. A inserção no CEP registra a afirmação de um valor específico sobre a temática. Valor este construído coletivamente. Ele insere o conteúdo de recusa à discriminação e a defesa da liberdade, implicando a categoria a opção por estes valores. Na esteira da construção de um novo perfil profissional, ele sinaliza para a negação da coexistência do trabalho profissional com práticas discriminatórias em relação à diversidade sexual e identidade de gênero. Demarca uma ação política no campo crítico enquanto estratégia de enfrentamento ao conservadorismo na profissão e para além dela.

Nesse sentido, concordamos com Cisne; Santos (2018) ao discordarem das análises que consideram tardia a interlocução do Serviço Social com a temática da diversidade sexual e identidade de gênero em sua agenda política, como em Duarte

(2014). As autoras apontam que, mesmo no campo dos partidos políticos das esquerdas até meados dos anos 2000, grande parte deles “ainda não incluía em suas agendas de luta a defesa da diversidade sexual” (Santos, 2005, apud Cisne, Santos, 2018, p.168). Ora, o Serviço Social, enquanto uma profissão, conseguiu demarcar importantes valores para si e nas suas relações no cotidiano profissional, sendo manifestação fundamental do seu compromisso ético-político.

Vale destacar que, ao sintetizar a direção social que a profissão assume, o novo código de ética de 1993 apresenta, nos seus artigos, princípios que vão diretamente compreender o conjunto da classe trabalhadora e as opressões ideológicas produzidas pela lógica dominante e que são produzidas e reproduzidas no interior da classe trabalhadora, possibilitando um significativo avanço na discussão sobre a questão da diversidade sexual e de gênero. A exemplo disso temos:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais – reconhecendo a liberdade em seu sentido radical, contemplando a liberdade histórica dos seres humanos decidirem sobre suas vivências afetivas e sexuais, sendo fundamento para construir a importante perspectiva da livre orientação sexual e de identidade de gênero que se firma como defesa da categoria; Defesa intransigente dos Direitos Humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo – que aponta para a disputa por direitos para a população LGBT; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças – com forte sinalização para discutir e perceber, no âmbito social, uma visão da conformação da classe trabalhadora e das diversas experiências de opressão estruturais sofridas por pessoas LGBT, pela população negra, indígena, dentre outras; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero – que vislumbra uma sociedade que supere todas as formas de exploração, ainda que não citada a “orientação sexual e a identidade de gênero”, sinaliza a ampliação da perspectiva sobre aqueles recortes populacionais que experienciam o aprofundamento das opressões estruturais do capital.

Na relação orgânica entre as dimensões da profissão que refletem os avanços na consolidação da ruptura, põe-se em discussão a estrutura de técnicas e

práticas do Serviço Social. E, como apontado por Netto (2009), compõe a afirmação de um projeto profissional os saberes interventivos e as práticas. É essa dimensão técnico-operativa que permite à profissão apresentar-se, ser conhecida e reconhecida, ainda que as dimensões existam na relação entre elas (Guerra, 2017). Nesse sentido, é parte fundamental para reafirmar a projeção da categoria, bem como fazê-la ter “sentido” interventivo socialmente.

Dessa forma, afastamos qualquer possibilidade de autonomia do instrumental, pois ele também compõe o projeto profissional, como elemento fundamentalmente necessário à objetivação das ações profissionais; assim, o instrumental é parte da direção teórico-política da prática profissional (Trindade, 2001, p.8).

É no momento técnico-operativo que o profissional dá forma à direção que anseia seguir, acionando a opção ética-política e o arsenal teórico-metodológico. É onde se objetiva um projeto, um conhecimento em movimento, que tem capacidade de organizar técnicas e instrumentos para determinada finalidade, não existindo neutralidade nesse processo (Sarmiento, 2016). Tende, em um processo acrítico, reproduzir a lógica instituída. Por exemplo, entre as décadas de 1940 e 1970 a forte expressão psicologizante da intervenção profissional. Segundo Netto (2011), esta é uma das características presentes na era do monopólio, fundamental para sua reprodução.

[...] quando o Estado converte as refrações da questão social em problemas individuais, desfocados das relações sociais mais abrangentes. Trata-se da transferência das possibilidades de resolução dos problemas sociais para o âmbito pessoal, individual (Trindade, 2001, p.11).

O tratamento das refrações da questão social nessa perspectiva acaba por responsabilizar os indivíduos, agindo sobre seu comportamento. É, nesse momento, a característica preponderante do projeto profissional, que assume uma perspectiva de neutralidade, com forte orientação moralizante recuperada na recente influência católica, mas recebendo os traços do Serviço Social norte-americano.

Assim, para a perspectiva que assumimos no PEP, o campo técnico-operativo é lugar de enfrentamento à lógica dominante, sendo espaço para medirmos as relações conflitantes entre as demandas postas e o projeto profissional.

No *projeto de ruptura* é tensionada a perspectiva tecnicista da profissão, sem, contudo, oferecer opções robustas, como nas outras dimensões, para estratégias no

campo técnico-operativo profissional. Conforme explicitado por Santos (2006), não se viu avançar na produção de conhecimento da área a discussão sobre esta dimensão. Nota-se fragilidade no campo das objetivações, o que sedimentou terreno oportuno de continuidade no uso técnicas e instrumentos ou, ainda, na busca por outras áreas que oferecessem objetivamente respostas a esta ausência.

Santos (2006), ao analisar as tendências surgidas a partir da mudança curricular de 1982, publicadas na revista ABESS³⁰, número 3, aponta para os equívocos encontrados neste novo momento para a profissão. “Há uma nítida confusão entre metodologia e procedimentos operacionais, entre teoria e método e entre teoria e prática que culmina nas afirmativas de que na prática a teoria é outra” (Santos, 2006, p.55). Essa confusão acaba por produzir um campo complexo de problemáticas na dimensão técnico-operativa. Oportuniza o risco de incorrer em diferentes teorias, por vezes incompatíveis entre si – ecletismo -, para criar respostas profissionais, especialmente por ser o campo de intervenção do Serviço Social o cotidiano (Netto, 2011), espaço heterogêneo, contraditório, emergente e espontaneísta. A situação corrobora também para a retomada de ações profissionais

³⁰ São apontadas quatro tendências no ensino da metodologia em Serviço Social. “*A primeira delas* “se exprime pela tendência de justaposição e de articulação”. Refere-se à permanência do dualismo entre teoria e metodologia, impregnada pela concepção positivista, ou seja, mantêm-se disciplinas de metodologia, de teoria e de história como se não formassem uma unidade, uma totalidade. Além desse divórcio, em vez de Caso, Grupo e Comunidade, mantêm-se também uma visão tripartite com a divisão do conteúdo das disciplinas de metodologia no estudo do positivismo, da fenomenologia e do marxismo e suas respectivas derivações, vistos de forma isolada e tendendo à especialização profissional a partir de cada uma. *A segunda tendência* refere-se à “transição dos conteúdos do antigo para o novo currículo, como um remanejamento ou construção de um patamar crítico” [...] Essa transposição é feita, predominantemente, de forma mecanicista e fragmentada, não possibilitando perceber os elementos de mudança entre eles. As disciplinas de metodologia são divididas de acordo com as vertentes que influenciam o Serviço Social– funcionalismo, fenomenologia e marxismo – sem, entretanto, aprofundar o significado dessa herança para o momento atual. Percebeu-se, ainda, que a rejeição pelo “método” de Caso, Grupo e Comunidade acarretou uma desvalorização da ação profissional nos atendimentos individuais e grupais. Há uma associação entre esses “métodos” com funcionalismo, fenomenologia e dialética, respectivamente, ou seja, parte-se do pressuposto, equivocado, que esses referenciais teóricos criam procedimentos de intervenção próprios e específicos a eles. *A terceira tendência* [...] encontrou três manifestações: a ênfase no discurso teórico em detrimento da unidade teoria/prática; a separação entre metodologia da ação e metodologia do conhecimento; a compreensão da metodologia da ação e da metodologia do conhecimento como uma só expressão.[...] outra questão polêmica presente na terceira tendência é a existência ou não de uma teoria própria do Serviço Social, questão discutida, também, dentro da matriz marxista. Essa tendência enfatiza a apropriação complexa da relação teoria/prática, denunciando “a identificação da sistematização de prática com a formulação de teorias” no interior da academia. *A quarta tendência*, segundo a pesquisa (1989:87), refere-se ao papel do aparato “técnico-instrumental” no interior da discussão metodológica. De um lado, as tendências caminham para uma ênfase no tecnicismo, em conformidade com nossa tradição, e, de outro, para a politização das técnicas, acompanhando o movimento de ruptura (Santos, 2006, p.52-54).

mecanicistas, focalizadas, imediatas, burocratizadas, pragmática e instrumental, seguindo o padrão requerido pelas políticas sociais (Guerra, 2017).

Por se tratar de uma profissão eminentemente interventiva (Netto, 2011; Guerra, 2017), percebe-se uma certa centralidade neste campo quando se trata do cotidiano profissional. No entanto, ainda é pouco explorado do ponto de vista teórico-reflexivo, contrariando um elemento importante na teoria de Marx, que busca a produção do conhecimento a partir do movimento do real por ele refletido e reproduzido. É fundamental ampliar o debate sobre a dimensão técnico-operativa, vinculada às dimensões ético-política e teórico-metodológica na tradição marxista, contribuindo com o rompimento com ecletismo e o imediatismo do cotidiano profissional. Contudo, esse movimento não significa um reforço ao tecnicismo, pelo contrário, é capaz de implicar nos instrumentos e técnicas a dimensão crítica-dialética enquanto possibilidade transformadora da realidade humana nos limites da intervenção profissional.

É necessário reafirmar que o PEP ganha hegemonia, no desenvolvimento histórico sinalizado até aqui, conjugando os esforços coletivos de profissionais organizados, em especial das entidades da categoria, bem como no processamento da realidade, demandas e aspirações da classe trabalhadora brasileira (Netto, 1999). Ele se coloca vivo e em processamento, alinhando sua constante necessidade de análise firmado na realidade brasileira. Contudo, como posto à sociabilidade do capital, este projeto sempre esteve e permanece em disputa! Não diferente, põe-se em disputa a assimilação e o comprometimento com o avanço na perspectiva da livre orientação sexual e de identidade de gênero.

Desde seu tenro desenvolvimento, ao receber as investidas do neoliberalismo, até os dias atuais, com a intensificação das investidas neoliberais, ao anti-humanismo radical, o crescente conservadorismo, dentre outros, o PEP vem buscando nadar contracorrente e consolidar um perfil profissional alinhado com superação da sociabilidade do capital.

De um lado, percebe-se a hegemonia do PEP, por outro, vemos a crescente força e reação conservadora na realidade social, também diretamente à profissão. Fato é que nunca houve um expurgo do conservadorismo em nosso meio, afinal esta tendência é marca da realidade social no capitalismo. Esta perspectiva, por consequência, busca rejeitar toda e qualquer possibilidade da diversidade humana. Contudo, o tempo histórico que se desenvolveu ofereceu e oferece substância para

seu constante desenvolvimento. Destacam-se forças conservadoras de todos os lados: seja pelo lastro das investidas pós-moderna, seja pelo lastro das investidas conservadoras no fenômeno do reacionarismo; é o anti-humanismo que desloca o humano para o discurso e o anti-humanismo e o seu irracionalismo anti-humanista.

As transformações que se seguiram especialmente a partir da década de 1990 apontaram fortes investidas contrárias ao PEP. Importante símbolo das possibilidades mais radicais da razão moderna, a teoria de Marx passa a ser duramente rejeitada sob o discurso de se basear em uma modelo “determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais” (Simionatto, 2009, p. 91). Buscam-se nos “novos paradigmas”, caminhos irracionistas e relativistas para compreensão da realidade social e para “fazer ciência”. Conjunturalmente, vê-se a implementação das contrarreformas neoliberais, os ajustes econômicos, as intensivas privatizações e a redução do Estado, a desqualificação da política e da democracia. Busca-se suprimir o antagonismo entre projetos de classe distintos, na busca por consolidar um “consenso ativo” (Simionatto, 2009).

Uma importante questão a ser analisada é que a solicitação da intervenção profissional propõe a atuação no campo da imediaticidade, onde a realidade se apresenta no nível da aparência. De certo, esta configuração empurra o profissional para uma intervenção bastante fragmentada, se ligando às características da intervenção.

Esse campo da imediaticidade cotidiana em que se movem as ações do Serviço Social, quando reduzido à mera aparência, constitui um foco aberto para o fortalecimento do empirismo, do pragmatismo, do voluntarismo e do conservadorismo, da fragmentação teoria e prática, conformes às tendências da pós-modernidade e a um distanciamento dos paradigmas críticas totalizantes (Simionatto, 2009, p.101)

Por um lado, esta invasão da “razão miserável” (Coutinho, 2010), implica no questionamento ao pensamento marxista e sua validade à profissão, retomando uma razão instrumental nos termos pós-modernos, por consequência alimentando o conservadorismo - não completamente rompido na categoria (Netto, 1996).

Se o profissional não se apropriar devidamente do compromisso teórico-metodológico que consolida a análise contemporânea da profissão, facilmente - e essa é a intenção - as diversas outras opções teóricas e “metodológicas” dão

possibilidades mais corriqueiras e superficiais, fator propiciado pela estrutura sincrética marcada na profissão e pelos reforços conjunturais. Nesse caminho, vemos profissionais que vocalizam a defesa do PEP, mas articulam outras perspectivas teórico-metodológicas para construir respostas técnico-operativas. Alimenta uma concepção de ineficiência das possibilidades construídas a partir do PEP hegemônico. Concepção prontamente enfrentada ao olhar crítico.

Conseqüentemente, essa lógica, registra também na produção da categoria análises com as marcas expostas nos parágrafos anteriores, captando diferentes quadros intelectuais que expressam uma disputa ao projeto, conscientemente ou não.

Como vimos, a década de 1990, ainda que com enfrentamentos, pode ser considerada de muitos avanços para o Serviço Social no Brasil e da consolidação da hegemonia do projeto profissional. Avanços no aprimoramento do estatuto jurídico, com o Código de Ética da/do assistente social (1993) e com a Lei da Regulamentação da Profissão (1993); o aprofundamento das Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica; na produção de conhecimento no interior do Serviço Social; no fortalecimento das instâncias político-organizativas da profissão; e no conjunto de fortalecimento das pesquisas e programas universitários e nas consequentes produções teóricas que reafirmaram as bases marxistas para orientar a profissão (Iamamoto, 2009; Teixeira; Braz, 2009).

Contudo na transição para o século XXI conjuntura a intensificação da crise estrutural do capital e a crescente do conservadorismo-reacionário, impactando a profissão nas suas diversas dimensões.

O impacto do conservadorismo-reacionário no Serviço Social brasileiro tem sido amplo e diverso. Isso tem afetado as bases materiais da profissão e refratado negativamente no trabalho e na formação profissional. Ora, isso inevitavelmente impacta a direção social estratégica do final dos anos 1990, altera e debilita as condições materiais para sua objetivação. Graves problemas anteriormente existentes têm adquirido maior complexidade atualmente. (Sant'ana; Silva, 2020, p.363-364)

As investidas afetam diretamente o trabalho de assistentes sociais, via precarização e flexibilização do trabalho. Tornando regra e não exceção, neste século tem-se visto a alteração significativa dos vínculos trabalhistas para a profissão. As modalidades, com novas roupagens, mas que expressam os velhos sentidos, atualmente convivem harmoniosamente na lógica de precarizar as

condições de trabalho (Sant’ana; Silva, 2020). Este é um cenário que anuncia uma maior instabilidade na já frágil autonomia relativa profissional frente à disputa nos espaços de lutas e disputas hegemônicas. Como já alertado por lamamoto (2001), frente às possibilidades de implicar uma direção social ao seu exercício, o profissional ainda está assujeitado aos organismos empregadores por meio de metas, cartilhas, atribuições, condições e relações de trabalho. Impactando, ainda, os baixos salários, o desemprego e as condições de vida. Reforçando, por vezes, o assujeitamento do trabalho profissional à ordem em curso, limitando inclusive as possibilidades criativas de construir a reflexão crítica sobre sua atuação.

Conjuntamente, dentre as ações de precarização que impactaram diretamente nas bases do PEP, acompanhamos os sucessivos ataques à educação, em especial com a ampliação de monopólios educacionais privados e do ensino à distância (acelerado com a pandemia de Covid-19), o sucateamento e o desfinanciamento das universidades públicas, no alinhamento da educação para responder às demandas do mercado, o descrédito e desvalorização da pesquisa nacional, o adensamento da desvalorização, nos mais diferentes aspectos, das áreas das ciências humanas, a criminalização do pensamento crítico (Sant’ana; Silva, 2020). Nesse sentido, esvazia-se o processo formativo de conteúdo crítico, alinhando-o às demandas do mercado de trabalho. Esse processo, compromete, de fato, a possibilidade de formar quadros profissionais críticos e comprometidos com a realidade em que se insere a classe trabalhadora brasileira (lamamoto, 2015).

Esta conjunção avança no sentido de tensionar uma ideia limitação do PEP hegemônico, produzindo no interior da profissão a demanda por adequação do trabalho profissional. Avançam as investidas em requisitar uma formação mais flexível e moderna sob o discurso de atender às reais demandas do trabalho profissional frente aos usuários. Aparecem na cena para disputar o sentido da profissão o “Serviço Social clínico”, “Serviço Social conservador”, “Teses para uma reforma profissional”, adesão à prática de terapia comunitária, constelação familiar, dentre outros, regredindo às decadentes lógicas fragmentadas, sistêmicas, fundamentalistas, essencialistas, instrumentais, religiosas e conservadoras responsabilmente superadas a partir da construção da direção social do Serviço Social brasileiro assentada na teoria social de Marx. É imprescindível lembrar que a demanda pela profissão está, geneticamente, vinculada aos interesses conservadores vinculados ao controle da ordem social. Isso não se alterou. Nesse

sentido, as constantes investidas produzem significativo retrocesso em nosso meio. Importante destacar que, no cenário mais recente, com o projeto bolsonarista vitorioso nas urnas e fora delas, acompanhamos a escalada do reacionarismo e suas expressões cotidianas no interior da profissão.

As dimensões constitutivas da profissão, postas ao PEP, se assentam em valores emancipatórios e, como destacado, requerem uma adesão ética-política, que consiga implicar numa consciência crítica e na opção por estes valores, na adesão e compromisso teórico-metodológico e na construção operativa-interventiva destes valores. É uma adesão objetiva, mas também subjetiva, pois mobiliza a moral e valores na contracorrente das investidas dominantes. Nesse caminho, reforçamos o apontado por Santos (2016) ao reafirmar a atualidade do Código de Ética Profissional, pois

ele contém uma explícita indicação quanto à necessidade histórica da construção de um projeto societário que possibilite a plena realização de novos valores, “o que evidentemente supõe a erradicação, a superação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CEP). Desse modo, a concepção de ética gestada desde o código de 1986 e aprofundada em 1993 expressa uma grande conquista, que foi a superação da base filosófica tradicional e nitidamente conservadora, que norteava os códigos anteriores a 1986, com forte apelo à concepção de ética fundada na neutralidade, como se esta pudesse objetivamente existir. No lugar disso, em 1993 prevalece o entendimento de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social, entendendo que os valores brotam da vida concreta, posto que têm determinação objetiva. Isto significou o reconhecimento quanto à necessidade de historicizar os indivíduos com os quais trabalhamos e, desse processo denso, conhecer suas condições de vida e de trabalho, suas necessidades reais. Significou, também, apreender as demandas e respostas profissionais na história e, por um processo rico de mediações e contradições, construir as possibilidades de intervenção profissional. A ética nesta perspectiva é, portanto, a mediação vital entre projeto profissional e projeto societário (Santos, 2016, p.50).

No campo profissional, vai ter o CFESS o importante papel no reconhecimento, avanço, articulação e difusão do debate na agenda profissional (Cisne; Santos, 2018), bem como enfrentamento à resistência da categoria profissional à temática, lastro do conservadorismo presente nesta sociedade, e as investidas em produzir uma ética profissional capaz de enfrentar, ainda que no âmbito profissional, com a lógica dominante. Nesse sentido, percebe-se o valioso papel do CFESS no constante avanço do PEP, partindo das construções coletivas realizadas nos espaços deliberativos da profissão, fazendo as necessárias mediações e enfrentamentos junto à categoria e à realidade brasileira.

No processo de articulação, uma das mais importantes expressões do avanço na temática foi, em 2005, no 34º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, a aprovação da realização de uma campanha em defesa da liberdade de orientação sexual nacional pela categoria. Em 2006 é oficialmente lançada a *campanha pela Livre Orientação Sexual: “O Amor Fala Todas as Línguas”*. Os objetivos principais eram

sensibilizar a categoria das /os Assistentes Sociais e a sociedade para o debate em torno da **livre orientação e expressão sexual como direito humano**; contribuir para o **aprimoramento profissional por meio do debate sobre a sexualidade humana como uma dimensão da individualidade** e que, portanto, necessita ser reconhecida em sua diversidade de expressões: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade e contribuir para garantia do respeito à diversidade humana nos espaços institucionais de atuação e na formação profissional em Serviço Social [grifo nosso] (CFESS, 2007)

A campanha figurou como importante estratégia de suscitar no interior da categoria “o enfrentamento das formas de opressão e de exploração gestadas e/ou consolidadas na sociabilidade do capital” (Santos, 2005, p.95), sustentado na defesa do projeto ético-político profissional e nos princípios do código de ética que ele reflete. Marca, determinantemente, a defesa dos direitos da população LGBT pelo Serviço Social brasileiro. Contudo, apresenta a perspectiva da “livre orientação” e não como “diversidade”, significativo para a defesa da liberdade humana para garantia da sua diversidade plena.

Pensar, portanto, essa campanha no âmbito do projeto ético-político-profissional nos remete ao entendimento de que as profissões não atualizam suas agendas de forma linear, como mera evolução no tempo. Ao contrário disso, as mudanças no âmbito do Serviço Social são produto das determinações sócio-históricas e de um processo coletivo, revelado no esforço teórico-ético-político para sintonizar nossa profissão com demandas e questões que possibilitem apreender o exercício profissional antenado com um projeto de sociedade radicalmente crítico à sociabilidade do capital em seu movimento permanente de reprodução da desigualdade e de naturalização de múltiplas formas de opressão e de exploração (CFESS, 2007).

Nesse contexto, percebe-se a investida do conjunto, de forma estratégica e articulada, em envolver a categoria no alinhamento aos valores expressos no CEP, reposicionando-os e lidando com o preconceito. A campanha fundamenta a análise da temática em bases marxistas, compreendendo a diversidade sexual e de identidade de gênero inserida no campo da produção e reprodução material da vida social. Inaugura uma defesa pela livre orientação sexual e das identidades de

gênero, como tática para estimular a reflexão e reposicionar a prática no cotidiano profissional. Sinaliza, também, sobre esta defesa no sentido macro, que implica em um projeto de sociabilidade fundado “na igualdade e na liberdade, o que implica reconhecimento e valorização da diversidade humana” (CFESS, 2007). Incide diretamente na produção de uma ética profissional que vislumbre a autodeterminação dos seres humanos para além das amarras alienantes do capital, enfrentando a ideologia heterossexista patriarcal dominante. Aponta para o reconhecimento da necessidade de produção teórica crítica sobre a temática, “diferenciando das abordagens pós-modernas, caracterizadas pela fragmentação e pela defesa do direito à diferença em detrimento da luta pela igualdade e liberdade substantivas” (CFESS, 2007).

A campanha foi um marco para a agenda profissional de lutas sociais da profissão. Ela permitiu emergir as tensões nos diversos campos profissionais. Possibilitou, de um lado, confrontar o presente e reconhecido conservadorismo na lógica social e sua presença na profissão. De outro, moveu esforços em avançar também no campo crítico da categoria, especialmente daqueles com tendência economicista. Há relatos de grande resistência da categoria, nos níveis federal e regionais dos conselhos, nos espaços de deliberação relativa à proposta. Matos; Mesquita (2011), em análise posterior, sinalizaram a recusa de dirigentes nas gestões de conselhos regionais em lidar com a temática, e apontaram a negação de alguns assistentes sociais à campanha, ao questionarem sobre a relevância do debate. Os autores citam a recusa de fixação de material gráfico da campanha em diferentes espaços e órgãos representativos da categoria, bem como a temática não ser ponto de envolvimento do conjunto, justificando que a sexualidade estaria no campo das questões individuais. Toda a situação implicou no enfrentamento responsável e teoricamente comprometido. Vale cumprimentar e demarcar o comprometimento ético-político e teórico-metodológico daquelas companheiras do conjunto que não sucumbiram às críticas conservadoras e economicistas e avançaram em direção à consolidação de diversas ações estratégicas para o enfrentamento dessa frente tão fundamental para o Serviço Social brasileiro.

Seguramente, a campanha produziu reflexões críticas sobre o PEP e sua incidência no reposicionamento profissional e no compromisso da categoria frente aos reflexos da livre orientação sexual e de identidade de gênero na dinâmica de produção e reprodução da vida material nesta sociedade do capital.

Sincronicamente, potencializou o enfrentamento das perspectivas que se alicerçam na fragmentação do indivíduo, na desistorização, no reformismo, no anticietifismo e no ecletismo, alicerçadas no pensamento pós-moderno que, como vimos, foi fundamental para a construção de uma alternativa no debate sobre a diversidade sexual e identidade de gênero.

Em 2009, no decorrer do 35ª Encontro Nacional CFESS/CRESS, ocorreu a conferência “Assistente Social na luta contra o preconceito: Campanha pela Livre Expressão e Orientação Sexual”, com objetivo de refletir os passados quatro anos da campanha. A apresentação contou com a participação³¹ de duas importantes intelectuais do Serviço Social que oferecem significativa contribuição para pensar as dimensões da sexualidade na profissão e fora dela, são elas Silvana Mara³² e Marylucia Mesquita³³. De maneira geral, a campanha representou significativas mudanças internas à categoria, se vinculando ao movimento mais geral de luta pelos direitos LGBT. Contudo, evidenciou as profundas raízes preconceituosas ainda vividas na categoria.

Em relação à campanha e seus desdobramentos, percebe-se um conjunto táticas, orientadas pelo arcabouço teórico-metodológico e ético-político, com expressões na dimensão técnico-operativa, com a intenção de produzir uma rearticulação das ações profissionais na relação direta com a população atendida. O presente trabalho não busca analisar diretamente o impacto da campanha no cotidiano profissional, contudo podemos indicar que ela proporcionou importante visibilidade da temática à categoria, em momento oportuno e de grande relevância para o debate público. Ainda, foi fundamental para apresentar à profissão uma análise crítica e em bases marxistas sobre a temática. Esse movimento ofereceu a possibilidade de apresentar a produção de conhecimento a partir de outro viés, na

³¹ A transcrição das palestras está no relatório final das conferências e deliberações do 35ª Encontro Nacional CFESS/CRESS.

³² Graduada, mestra e doutora em Serviço Social. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desenvolve estudos e pesquisas na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, Ética, Direitos Humanos; Diversidade Humana e Movimentos Sociais com ênfase na questão da diversidade sexual e na organização política da categoria dos assistentes sociais.

³³ Graduada e mestra em Serviço Social. Foi militante comunista e feminista, co-fundadora do DIVAS - Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual. Atuou no Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades da ABEPSS. Foi conselheira no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nas gestões 2008-2011 e 2011-2014. Faleceu em 2017. Marylucia presente!

contra hegemonia das perspectivas teóricas de dominância no campo da sexualidade.

Em seguida, abordaremos a aproximação da temática exatamente no campo da produção de conhecimento.

3.1 SERVIÇO SOCIAL NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO.

No campo da produção de conhecimento, houve um significativo avanço nas teses, dissertações, artigos, dentre outros. Importante retomar que a profissão de Serviço Social não figura enquanto ciência, sem, portanto, possuir teoria própria. Contudo, isso não impede a profissão de produzir uma diversidade de estudos que vem se constituindo enquanto área de produção de conhecimento de natureza teórica nos últimos anos (Netto, 2009). Essa produção em sua totalidade carrega um conteúdo significativo e fundamental para o progresso do PEP. Além disso, busca apresentar uma variedade de experiências e qualificar de maneira crítica as possibilidades de intervenção profissional. Isso ocorre de formas diversas e criativas, no cotidiano do trabalho de vários profissionais assistentes sociais.

Ainda que de maneira discreta, a temática começa a se fazer presente na produção de conhecimento no Serviço Social em meados de 1995. No 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), registrou-se alguns trabalhos no campo da diversidade sexual, apontando um avanço na reflexão crítica no bojo das alterações de perspectivas da profissão (Marinho; Oliveira, 2016). Nos X e XI CBAS (2001 e 2004 respectivamente) a produção a respeito da temática ganha maior notoriedade, tendo registrado um número de inscrições de trabalhos sobre o tema (Marinho; Oliveira, 2016; Almeida, 2010). Retratado por Almeida (2008, p.160), o número exato de trabalhos relativos à orientação sexual no X CBAS foi cinco, sendo todos “produção estritamente acadêmicas sobre homossexualidade e não reflexões sobre a intervenção profissional”. No CBAS de 2004, com o total de sete trabalhos com abordagem relativa à orientação sexual, estando cinco deles circunscritos no eixo “etnia, gênero e raça”, mas os outros dois “foram apresentados nos eixos “seguridade social” e “Serviço Social no campo sociojurídico” (Almeida, 2008, p.163).

Em complementaridade, segundo levantamento de Duarte, Fernandes e Silva (2022), tendo como fonte de pesquisa os 21 periódicos da área de Serviço Social,

entre 2010 e 2020, foram identificados 42 artigos especificamente sobre diversidade sexual e de gênero.

Em uma breve pesquisa no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES), é possível localizar, entre 2013 e 2023, aproximadamente 153 trabalhos, na área de conhecimento “Serviço Social”, entre teses e dissertações, a partir da busca com os temas mais gerais “Diversidade Sexual”, “Orientação Sexual” e “Identidade de gênero”. Calcula-se a média 15 pesquisas por ano pesquisado. Ressaltamos que a finalidade do presente trabalho não está em analisar as teses, mas representamos aqui, de maneira breve, uma ideia da produção de trabalhos acadêmicos que estão sendo desenvolvidos nas universidades brasileiras.

Assim, sinalizamos que no interior da profissão foi possível perceber o avanço no interesse sobre a temática, mas ainda com tímida apropriação. Nesse passo, é importante sinalizar que o avanço da temática na agenda do conjunto veio acompanhado de significativos ataques à educação e ao processo de produção científica no país, bem como na precarização e desregulamentação do trabalho, inseridos no pacote da barbárie neoliberal. A pesquisa e a produção de conhecimento nesse contexto passam a ser fortemente absorvidas no formato mercantil e passam a responder às demandas produtivistas.

Procede-se ao empresariamento de docentes e pesquisadores, agora transformados em captadores de recursos, submetidos às exigências das agências financiadoras e às demandas dos clientes que encomendam os serviços a serem prestados, em uma relação típica de mercado. As entidades contratantes passam a beneficiar-se não apenas dos resultados das pesquisas, mas a interferir na definição de temas e no seu processamento, imprimindo um caráter imediatista e instrumental à investigação e à produção de conhecimentos. O cientista-pesquisador torna-se prisioneiro de sua própria atividade criadora e do resultado encomendado, a ele estranho, mas a cujo processo afirma seu consentimento. Tem-se a inversão da relação sujeito/objeto no ato mesmo da atividade científica – a submissão do homem às coisas e o estranhamento em relação a sua própria atividade –, o que introduz, no interior da produção acadêmica na esfera pública, a alienação da atividade e do seu produto para o próprio produtor (Iamamoto, 2015, p. 449).

Esse processo tem potencial reflexo na ampliação da pesquisa sobre a temática, em especial, por se tratar de análises de menor importância à lógica produtivista do capital, reflexo de uma sociedade preconceituosa. Adicionalmente, a mercantilização da educação, sua massificação e virtualização, pressionam a uma formação aligeirada e que responda às normas do mercado. As instituições que

conseguem melhor especializar seus acadêmicos ao perfil demandado ganham visibilidade e são consideradas de alta qualidade.

Essa lógica impacta significativamente a busca por adesão à pesquisas que versem criticamente sobre determinadas áreas de menor interesse de mercado. Concomitante, a precarização do trabalho profissional reduz as possibilidades objetivas de construir análises a partir do cotidiano profissional, determinando uma parcela significativa da produção de conhecimento à academia. De outro lado, a formatação da precarização da formação tem reduzido significativamente a possibilidade de construção de um profissional crítico que consiga captar as vivências profissionais sob um olhar crítico e comprometido teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativamente. Estes elementos afastam de sobremaneira a aproximação para produção de conhecimento relativa a algumas temáticas que demandam comprometimento ideopolítico e teórico-metodológico para percepção crítica da realidade social. Dentre estas, pela sistemática recusa da lógica dominante, entendemos também estar a produção de conhecimento sobre a livre orientação sexual e identidade de gênero. Destaca-se que é possível haver uma recusa de alguns docentes, apoiada na histórica menorização da temática frente a outras questões. Em nossa perspectiva, cabe reforçar que diversos elementos dificultam o avanço significativo da pesquisa em geral no Brasil, especialmente na área das ciências sociais e humanas, agravando as dificuldades em relação a temáticas específicas, como é o caso apresentado aqui.

Esse cenário influi de maneira particular nas possibilidades de difundir experiências criativas frente à realidade profissional. Ao mesmo tempo, pode imprimir análises fundamentadas em perspectivas que se afastam daquelas defendidas de maneira hegemônica pela categoria, abrindo espaço para "[...] outras formas de conceituar e tratar a 'questão social', através de uma nova reforma social e moral conduzida pela burguesia contemporânea[...]" (Mota, 2008, p. 50). Nesse sentido, ampliam-se as tensões na agenda profissional contemporânea, refletindo também no horizonte ético-político. Este contexto desafia o Serviço Social e demanda a construção de estratégias e táticas para o enfrentamento das barreiras que dificultam o avanço da produção de conhecimento sobre a livre orientação sexual e de identidade de gênero em nosso campo.

No capítulo que segue, apresentaremos o processo de pesquisa, as análises e os apontamentos que construímos.

4. A PESQUISA EM QUESTÃO: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ATUALIDADE

Apresentamos até aqui o desenvolvimento da questão da diversidade sexual e orientação de gênero, bem como do Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento.

Na busca por analisar mais profundamente a relação entre o Serviço Social e a temática da diversidade sexual e de gênero, tomamos como processo mediador as dimensões constitutivas desta profissão, à saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Importante ressaltar que estas dimensões representam níveis diferentes de apreensão da profissão, mas são indivisíveis entre si (Guerra, 2007). Compreendem particularidades, mas se relacionam enquanto unidade na conformação do trabalho profissional.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho (ABEPSS, 2021, p. 32)

São estruturadas a partir destas dimensões, profundamente imbricadas, as ações profissionais, possibilitando a construção de estratégias e táticas no trabalho profissional, indicando o “por que fazer” - teórico-metodológico; “para que fazer” - ético-político; e “o que e como fazer” - técnico-operativo.

O “por que fazer”, se vincula à apreensão do método e do arcabouço de teorias como subsídio para entender a demanda posta na realidade prático-profissional e retornar a ela. Constitui, pois, o acúmulo teórico e o procedimento metodológico usados para interpretação das demandas apresentadas pelos usuários e instituições onde a/o assistente social está vinculado, retornando enquanto possibilidades interventivas pensadas.

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas (Guerra, 2007, p.63).

Esse movimento teleológico acontece, por muitas vezes, de forma “orgânica” no cotidiano profissional, sem necessariamente o profissional interromper o

atendimento para buscar em livros e artigos os elementos para construção de sua intervenção. Não significa, no entanto, que o profissional não acione seu acúmulo teórico, partindo das mediações necessárias para compreender e responder tecnicamente às demandas apresentadas. De outro lado, a parte “material” deste campo é produzida a partir deste mesmo movimento intelectual quando escrito e publicizado, compondo o arcabouço da produção de conhecimento do Serviço Social. Neste sentido, podemos afirmar que compõem o campo teórico-metodológico do Serviço Social os diferentes meios e espaços de produção de conhecimento do Serviço Social, como as revistas de área, os anais de eventos, artigos e obras publicadas, dentre outros.

A segunda questão, “para que fazer”, aponta para os objetivos e finalidades das ações profissionais, mobilizando os princípios e valores humano-genéricos assumidos pela/pelo. Assim, expressa o processo de revisão das perspectivas éticas e morais do profissional e sua posição frente aos valores que regem hegemonicamente o Serviço Social brasileiro. Esta, por sua vez, se exprime materialmente a partir de diferentes instrumentos conhecidos pela categoria profissional, como o código de ética, as diretrizes curriculares e a lei de regulamentação da profissão. Contudo, não finda nestas, pois perpassa o movimento de disputa e construção de uma perspectiva ética contra hegemônica e que se põe em movimento na realidade para a manutenção de um *ethos* profissional que se posiciona ao lado da classe trabalhadora. Nesse sentido, este “movimento ético-político” tem importante expressividade a partir das construções e posicionamentos do conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, com especial destaque ao CFESS, enquanto ponto articulador nacionalmente e condutor das estratégias de avanço do PEP e de enfrentamento às expressões da relação antagônica entre as classes.

Por fim, chegamos ao “o que e como fazer”, que “é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida” (Guerra, 2017, p.50). Ela expressa a habilidade do e da assistente social realizar as conexões entre as outras dimensões, expressando-as por meio de ações profissionais. A dimensão técnico-operativa

[...] mobiliza as dimensões teórico-metodológicas - para analisar o real e investigar novas demandas - e ético-políticas - permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências da ação -, além das condições objetivas do trabalho e as

condições subjetivas dos agentes profissionais (Santos; Souza Filho, Backx, 2017, p.29-30).

É neste “o que e como fazer” que a profissão apresenta suas possibilidades de resolução da situação, demarcando sua criatividade, seus enfrentamentos, ou a assimilação e reprodução do instituído (Guerra, 2017).

Estas dimensões constitutivas possibilitam analisar os avanços e recuos no movimento do PEP, pois expressam as diferentes estratégias e táticas da categoria em imprimir este projeto ou outros. Assim, qualificar estas dimensões é processo importante para firmar prosperidade à hegemonia construída pelo Serviço Social brasileiro que se direciona à emancipação humana.

Dessa forma, elencamos alguns campos de pesquisa que nos possibilitaram analisar as dimensões constitutivas do Serviço Social, tendo como guia da pesquisa a questão da livre orientação sexual e de gênero e suas expressões na profissão.

Subdividimos este tópico em três subtópicos que analisam cada uma dessas dimensões, permitindo a apreensão das suas expressões particulares, em meio à totalidade que conforma esta profissão.

O primeiro aprofundará a dimensão teórico-metodológica a partir da análise dos artigos publicados nos anais dos principais eventos da categoria, o CBAS e o ENPESS. Partimos do acúmulo realizado por Cruz (2015), que teve por objeto analisar a “produção intelectual e política do serviço social brasileiro sobre a questão da diversidade sexual”, entre 1993 e 2013, identificando e caracterizando duas tendências teóricas de maior expressividade, sendo elas (1) tendência reformista e (2) tendência crítico-dialética. Aqui, ressaltamos esta definição metodológica, reconhecendo a importância do acúmulo realizado por Cruz (2015), bem como a concordância teórica e metodológica com a autora. Nesse caminho, analisaremos os trabalhos publicados nos anais das 15^a, 16^a e 17^a edições do CBAS, ocorrido em 2016, 2019 e 2022, respectivamente, e nas edições do ENPESS ocorridas em 2018 e 2022, buscando identificar as tendências expressas nas produções dos profissionais nestes trabalhos. Formamos, assim, um banco de artigos que versam especificamente sobre a temática da diversidade sexual e de gênero. Entendemos ser um material que permite apresentar, de maneira bem aproximada, a realidade dos aportes teóricos-metodológicos que profissionais, acadêmicos e estudantes têm utilizado para analisar a realidade, apresentando também os referenciais de apoio

aos profissionais que acessam estes trabalhos na busca por qualificar o trabalho profissional.

O segundo abordará o campo ético-político a partir da análise dos conteúdos teóricos presentes nos documentos, orientações, normativas, campanhas, realizadas pelo CFESS, sobre a livre orientação sexual e de gênero, através dos meios digitais e outros, entre os anos de 2006 e 2022. Sustentamos que as entidades possuem função basilar na articulação dos elementos que compõem o PEP, incidindo significativamente na construção de um perfil profissional que assuma ética e politicamente o projeto profissional - seja via aparato jurídico-normativo, seja via processos informativos e educativos. Selecionamos o CFESS por apresentar-se como ponto articulador nacionalmente, conseguindo captar as diferentes demandas e problemáticas da diversidade de assistentes sociais e campos de atuação e construir coletivamente as estratégias de enfrentamento. Sem dúvida, o CFESS figura como importante ponto de articulação e construção de ações políticas na defesa do trabalho profissional e da materialização do PEP.

No terceiro, desenvolvemos a análise dos rebatimentos da temática no campo técnico-operativo. Para isso, partimos do banco de artigos construído e recortamos aqueles que versam especificamente sobre relatos de experiência desenvolvidos por assistentes sociais. Nesse caminho, buscaremos localizar as expressões das outras dimensões no registro destes profissionais e como elas estão se apresentando na realidade do trabalho.

Ao analisar as dimensões da profissão pelo prisma do campo da diversidade sexual e identidade de gênero, podemos compreender de que maneira as construções nesse campo têm influenciado o Serviço Social brasileiro, implicado tendências e rebatimentos na profissão.

4.1 NO CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para analisar a incidência da temática no campo teórico-metodológico, tomando por base os artigos, iniciamos mapeando os anais dos eventos pelos respectivos sites. Selecionamos a amostra com os artigos que continham em seus títulos as seguintes expressões: “Orientação Sexual”, “Diversidade Sexual”, “LGBT”, “Lésbicas”, “Gay”, “Bissexual”, “Travesti”, “Transexual”, “Transgênero” e “Homossexual”, “Identidade de gênero”. Entendendo que na contemporaneidade

outras expressões vêm sendo utilizadas para expressar este campo, também analisamos todos os títulos na busca por localizar os trabalhos. Nesse sentido, também encontramos trabalho com as expressões “transfeminina” e “dissidências sexuais e de gênero” para tratar da temática.

Após selecionar os artigos, foi constituído um banco com 102 artigos. Foi realizada a leitura atenciosa e foram identificadas as características e tendência expressas nos textos. Os textos foram organizados em forma de tabela para melhor visualização e compreensão.

Vale ressaltar que, partindo da pesquisa de Cruz (2015), aparecem duas tendências mais expressivas.

A primeira tendência identificada possui como característica principal o entendimento de que os direitos e as políticas públicas conquistadas nos embates entre os movimentos sociais LGBTs e o Estado são necessários enquanto mediações para a construção de uma sociabilidade em que a diversidade sexual será discutida de forma desalienante, como o reconhecimento quanto à possibilidade de expressar sentimentos livremente e que a emancipação humana não será considerada um sonho impossível e, por isso, tende a aprofundar estudos que respaldem a crítica à sociabilidade do capital (Cruz, 2015, p.83).

A segunda tendência destacada pela autora é a ideia de que a sociabilidade do capital pode se tornar "humanizada". Essa perspectiva é bastante “diversa, mas o que a unifica, ou, ainda, o que vai torná-la identificável, é o seu horizonte de lutas: o vislumbre do MPC (Modo de Produção Capitalista) como o único possível” (Cruz, 2015, p.86).

Do ponto de vista teórico e ideológico, suas principais características são: intervenção profissional tecnicista, conservadora, eclética, análise superficial da realidade, a negação da perspectiva de totalidade, confundindo ou deturpando o próprio entendimento de totalidade no pensamento marxiano, pois a totalidade como conjunto, como ideia de total e que, nesse sentido, não contemplaria nem o espaço micro das relações sociais nem a subjetividade. Destaca-se a perda de credibilidade nas chamadas metanarrativas ou grandes teorias sociais, um modo de análise da realidade mais flexível, fragmentada, subjetivo, aparente, imediatista e efêmero (Cruz, 2015, p.86).

Concordamos com os aspectos apontados pela autora para caracterizar as tendências. Partimos para análise buscando verificar se houve alteração nesse cenário e em qual direção essas produções têm seguido.

Inicialmente apontamos para os números dos artigos submetidos aos eventos, a partir do recorte supracitado. Foram publicados 18 artigos no 15º CBAS,

35 artigos no 16º CBAS e 11 artigos no 17º CBAS, representando um crescente aumento no número de trabalhos publicados no evento. Nos ENPESS, foram encontrados 25 artigos publicados no evento de 2018 e 13 artigos no encontro de 2022. Vale perceber a notável queda nos trabalhos apresentados em 2022. Acreditamos que se deve a situação da pandemia de COVID-19 que impactou, dentre as diversas situações, a produção acadêmica da categoria. Abaixo, apresentamos as tabelas dos trabalhos apresentados nos eventos, com as tendências identificadas.

É importante apontar que compreendemos as limitações postas nos trabalhos submetidos aos eventos da categoria. Por vezes, estes trabalhos são parte de pesquisas e análises preliminares. Contudo, eles expressam importante local de expressão da produção de conhecimento da categoria, bem como local para consulta de diversos trabalhos. Alguns artigos analisados chegaram a ter, em média, 21 acessos mensais.

É relevante destacar que o propósito não é fixar rigidamente a produção de conhecimento, mas sim compreender quais tendências teóricas mais se expressam. Com a presente caracterização, não buscamos a sectarização. O objetivo é identificar qual a orientação que tem se expressado na produção da categoria; quais as direções que a categoria tem assumido para analisar a temática a livre orientação sexual e de identidade de gênero. Por isso, buscamos identificar quais os elementos de análise da realidade, os campos conceituais, o tratamento teórico dado, a construção da crítica e o método de análise. Vale reforçar que a produção de conhecimento na área é um dos pilares do PEP, portanto é fundamental analisar qual tem sido esta base, especialmente frente à realidade que já apontamos nos títulos anteriores.

4.1.1 O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS

Quadro 1 – Artigos selecionados do 15º CBAS - Ano 2016 - Tema: “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”

	Título / autor	Tendências	Referências
1	A negação do Estado Laico no Brasil: limite para a garantia de direitos humanos à população LGBT Iago Henrique Fernandes de	Realiza crítica à sociedade do capital, à perspectiva de DH liberal. Reconhece o fundamentalismo religioso como instrumentalizador do conservadorismo burguês.	Carnoy (1994); Cisne; Santos (2014); Engels (S/D); Lessa; Tonet (2015); Mandel (1986);

	Sousa Moura	Perspectiva crítico-dialética	Marx; Engels (2009); Santos (2015) (2002)
2	Breves considerações sobre o estágio em serviço social no centro municipal de referência em cidadania LGBT de Recife Josiglês Araújo de Oliveira Júnior, Liêdo Gomes Nepomuceno	Relato de experiência com objetivo de apresentar a estruturação do trabalho profissional em um Centro de referência LGBT. Faz uma análise descritiva sobre as ações do serviço social no equipamento. Entende a qualificação da política enquanto processo finalístico. Perspectiva reformista.	Butler (2000); Froemming (2009); Froemming; Irineu; Navas (2010); Simões; Facchini (2009);
3	Diversidade sexual e lutas sociais: reconstruindo histórias de militância LGBT a partir da produção de um documentário Bruna Andrade Irineu, Mariana Meriqui Rodrigues.	Tem objetivo de relatar e compartilhar o processo de produção de documentário sobre a população LGBT do Tocantins como estratégia de construção de memória. Fazem registros históricos a partir de relatos. Nas análises, as autoras partem de elementos no campo da pós-modernidade. Perspectiva pós-moderna.	Braz, Mello (2012); Butler (2003); Facchini (2009); Oliveira (2013); Sedwick (2007); Silva (2012).
4	Mecanismos de controle da diversidade Sexual e Reprodutiva na Governamentalidade da epidemia HIV/Aids em Moçambique: estratégias afirmativas dos Direitos Sexuais e Reprodutivos da população LGBT no contexto das Políticas de Saúde na Cidade de Maputo. Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	O autor se propõe a fazer uma análise crítico-dialética, mas parte de conceitos de outras vertentes, como "governamentalidade" e "biopoder" de Foucault. Faz uma análise sobre os contextos das políticas de saúde sexual para população LGBT em dois países diferentes. Tem características reformistas e visualiza a redução de aspectos estruturais a partir da incidência política. Perspectiva reformista	Carrara (2010); Foucault (2008); Hall (2006); Prado (2008)
5	Políticas públicas LGBT'S de enfrentamento à homofobia em Belém do Pará. Elton Santa Brígida Do Rozario	Entende a sexualidade humana enquanto manifestação do ego e desejos, além de incluir uma perspectiva construtivista social. Compreensão de cultura e ideologia a partir de vertentes pós-modernas. Compreende o preconceito como fenômeno social. Reconhece na política de segurança pública campo de assegurar direitos humanos. Característica reformista.	Bourdieu (1999); Borrillo (2010); Foucault (1984) (1988); Laraia (1997);
6	População LGBT em situação de rua: uma realidade emergente em discussão Ricardo William Guimarães Machado	O autor busca apresentar a realidade de pessoas LGBT em situação de rua. Se propõe relacionar a temática à estrutura do capital, mas não aponta as mediações existentes. Direciona para a ideia de "risco social" como resultante da "ausência do papel da família" e "condição de saúde". Aponta o papel do serviço social como facilitador de políticas sociais mais justas, entendendo nelas a possibilidade de superação da situação de rua. Características reformistas.	Garcia (2007); Miotto (1997); Mota (2009); Prado, Machado (2008); Salgado (2011)
7	Relações familiares, população LGBT e políticas públicas: aspectos dos usuários atendidos pelo CECH em Pernambuco Emanuelle Chaves Pinto	Analisa aspectos das relações familiares da população LGBT a partir de dados colhidos de fichas de atendimento em um serviço público estadual. Problematisa a ideia de família no campo da reprodução social, mas reforça a necessidade de	Goldani (1994) (1997); Miotto (2011); Vasconcelos (2013)

		intervenção do Estado na família. Tem como finalidade as políticas públicas na resolução da problemática. Característica reformista.	
8	Serviço Social e Cidadania LGBT: reflexões sobre um campo emergente de atuação Silvana Marinho, Bruno Oliveira da Silva	O artigo busca refletir sobre a atuação profissional em Centro de Cidadania LGBT no estado do Rio de Janeiro. Tem traços de ecletismo. Faz a crítica a estrutura capitalista e sua função na lógica das opressões, mas utiliza de conceitos de outro campo teórico para compreender conceitos sobre sexualidade sem criticá-las. Perspectiva pós-moderna.	Forti, Marconsin, Forti (2011); Heilborn (2010); Louro (1996)
9	Trajetória, agenda e estratégias de luta do movimento LGBT em Mato Grosso Suzi Mayara Da Costa Freire, Imar Domingos Queiróz	O artigo foca a trajetória sócio-histórica do Movimento LGBT em Mato Grosso. Faz apontamentos sobre a formação, a articulação e o desenvolvimento de organizações LGBT no estado. É mais descritivo do que analítico, carecendo de críticas do material pesquisado. Apresenta perspectiva reformista.	Facchini (2005); Gohn (2007); Irineu (2007); Prado, Machado (2008); Simões, Facchini (2009)
10	“Brilham as cores da bandeira do arco-íris”: Análise da atuação do Movimento LGBT no enfrentamento à homofobia em Belém-Pa Danielly Cristina De Souza Rocha, Elton Santa Brigida	O artigo se propõe a analisar o movimento LGBT em Belém-Pa. Faz uma discussão sobre os movimentos sociais e a inserção do movimento LGBT no Brasil. Aponta para as lutas sociais, mas não elabora a crítica, captando a luta para fins de emancipação política. Se apoia em autores com perspectivas diversas. Perspectiva reformistas e ecletismo.	Bordenave (1994); Foucault, (1988) (1984); Gohn, (2004); Montano, Duriguetto, (2010)
11	“Para inglês ver”? Um balanço das políticas públicas para população LGBT no Brasil e seus impactos na conjuntura internacional Bruna Andrade Irineu, Mariana Meriqui Rodrigues	O artigo faz uma análise de documentos e estruturas de controle nacionais relativas a direitos LGBT. As autoras apresentam uma crítica ao sistema capitalista, mas se apoiam em autores e conceitos de campos antagônicos sem promover a crítica. Sobressai a perspectiva de emancipação política. Traços de ecletismo e perspectiva Reformista.	Butler (2005); Borillo (2001); Pelúcio (2009); Montañó (1999); Pochay (2010); Coutinho (1997)
12	O palco do discurso da homofobia e luta pelos direitos, vira lugar de homofobia: a discriminação pela orientação sexual e identidade de gênero e o rebatimento nos meios de comunicação: um novo olhar para cotidiano do serviço social Luiza Carla Casemiro	Perspectiva reformistas. A autora reivindica o campo da política social como resolução de problemas estruturais.	Arendt (?); Gohn (1991)

13	<p>Comissão de gênero, etnia e diversidade sexual e exercício profissional: espaço de luta contra o conservadorismo no horizonte da garantia de direitos</p> <p>Aline Batista De Paula, Ana Paula Procopio Da Silva, Carmen Dos Santos Camerino, Denise Nicacio Pereira, Glícia Nick De Oliveira, Rosane Pereira Marques, Silvana Marinho</p>	<p>Relato de experiência que apresenta a trajetória da Comissão de Gênero Etnia e Diversidade Sexual (GEDS) do CRESS-RJ e sua relevância para o trabalho profissional, no sentido de provocar debates e reflexões acerca da articulação entre temas contemporâneos e interseccionais da sociedade brasileira e o exercício profissional pautado no combate ao conservadorismo. Faz importante debate teórico crítico sobre as diferentes relações de exploração produzidas no capitalismo, aprofundando os preconceitos. Perspectiva crítico-dialética.</p>	<p>Crenshaw (2002); Vinagre (2001); Almeida (2013); Iasi (2015)</p>
14	<p>Uma abordagem sobre os desafios Institucionais vivenciados por Trans no Curso de Serviço Social do Centro Universitário Estácio da Amazônia, ano de 2015 em Boa Vista (RR): diversidade sexual no Ensino Superior do Extremo Norte Brasileiro.</p> <p>Amanda Daniele da Silva Sousa, Carlos Henrique Piranha de Amorim, Gisele Felipe Pinto</p>	<p>Análise centrada na subjetividade, fragmentada. Não problematiza os campos abordados. Não faz análise de totalidade. Entende a possibilidade de superação das opressões por meio de políticas sociais. Perspectiva reformista.</p>	<p>Carrara (2008); Costa (2009); Lima (2007)</p>
15	<p>A transexualidade e a travestilidade e o acesso à política de assistência social do Distrito Federal</p> <p>Helena Godoy Brito</p>	<p>Não localiza a insurgência da política social. Não faz a crítica da política de assistência no contexto da contrarreforma. Tem uma ideia de que as instituições pactuam com a moralidade dominante. Faz uma crítica breve sobre os limites da política, mas entende ser necessário sua ampliação para assegurar acesso pleno. Perspectiva reformista.</p>	<p>Scott (1989); Bento (2012); Barroco (2008); Borrillo (2010); Behring (2009); Motta (2008); Lukacs (1978);</p>
16	<p>Processo Transexualizador no SUS: um campo político e de práticas em construção e o protagonismo do Serviço Social.</p> <p>Marcia Cristina Brasil Santos, Guilherme Silva de Almeida, Elisa Teruszkin Prestes, Zelia Lima Febrat</p>	<p>Debate a política do processo transexualizador no SUS reconhecendo suas limitações. Faz um relato mais descritivo do cotidiano do ambulatório em um hospital universitário. Apesar de apresentar uma crítica importante a lógica médico-centrada, não localiza ela para além do aparente. Perspectiva reformistas.</p>	<p>Bento, Pelúcio (2012); Irineu, Mello, Froemming (2013); Leite Júnior (2011); Lionço (2009)</p>
17	<p>Transexualidades e serviço social: relato de experiência de atividades de formação com profissionais e estudantes de serviço social</p> <p>Henrique Da Costa Silva, Heider Victor Cabral De Moura</p>	<p>Relato de experiência. Faz uma análise prévia ao conteúdo dos debates feitos na experiência, mas não aprofunda criticamente. Limita a percepção do que foi trabalhado. Do conteúdo extraído, não vislumbra algo para além do modo de produção capitalista. Traço reformista</p>	<p>Albuquerque Junior (?); Bento (2008); Vasconcelos (2009)</p>
18	<p>Linguagem e gênero: "fala-em-interação" da comunidade linguística homossexual</p> <p>Jose Robson Silva Leite,</p>	<p>Trabalho com análise da linguagem. Perspectiva de análise pós-moderno.</p>	<p>Butler (1999); Labov (2008); Epstein (1985); Livia, Hall (1997); Austin (1975)</p>

Jackson Cícero França Barbosa.		
-----------------------------------	--	--

FONTE: Elaboração própria

QUADRO 2 - Artigos selecionados do 16ºCBAS - Ano 2019 - Tema: Os 40 anos da “virada” do Serviço Social!

	Título / autor	Tendências	Referências
1	O movimento LGBTQ no escopo da estrutura da política social no Brasil Livia Almeida Dutra, Marcella Miranda da Silva	As autoras fazem uma crítica à política social e dos limites do acesso a direitos na lógica do capital, mas concluem a análise no campo da luta pela efetivação dos direitos enquanto fim em si mesmo. Fica bastante contraditório. Busca-se a emancipação política exclusivamente. Perspectiva reformista.	Behring (2008); Berhring, Boschetti (2006); Coutinho (1999); Gohn (2000) (2015); Marx, Engels (2010); Montañó, Duriguetto (2011)
2	Movimento social LGBTI: luta e resistência frente as expressões da questão social Valéria Barbosa Soares, Sandra Helena da Silva	As autoras constroem o artigo apontando alguns elementos sobre o movimento LGBTI, mas não realizam análise de elementos da totalidade e vislumbram a legitimação da cidadania enquanto finalidade. Caráter reformista.	Boschetti (2017); Cisne (2018); Foucault (2015); Gohn (2003);
3	Projeto-ético-político do serviço social: desafios do assistente social frente às demandas LGBT na área da saúde Marcella da Silva Mello, Barbara Marias Dias Figueiredo	As autoras apresentam diversos problemas conceituais no desenvolvimento do artigo. Não é de fácil percepção a tendência. Fazem análise fragmentada da realidade. Perspectiva pós-moderna.	Iamamoto (2014); Netto (2001)
4	Educação, Serviço Social e população LGBTI – os desafios da inclusão social em ambientes educacionais dessa população. Renata Santos da Costa, Marcelo Ricardo Prata	Perspectiva reformista. Autores apontam para a necessidade qualificar a política de educação para promoção de cidadania.	Madri, Filho (2016); Seffner (2009); Trindade (2002); Almeida (2008)
5	Avanços e desafios da política de igualdade de gênero para a população LGBTQI na sociedade brasileira após os anos 2000 Tharles da Silva	Traços pós-modernos e tendência reformista. Autor se orienta por diversos conceitos no campo da pós-modernidade. Ao abordar o estado, não realiza a crítica sobre a estrutura do Estado no capital. Sintoniza a perspectiva na qualificação da política enquanto campo de superação da sociabilidade atual.	Andrade (2013); Bento (2008) (2006); Butler (2003); Jesus (2012); Melucci (1989)
6	Um estudo sobre as políticas de trabalho, emprego e renda para população LGBT no Brasil e na Argentina. Bruna Andrade Irineu, Brendhon Andrade Oliveira	As autoras fazem uma análise das políticas em ambos os países se apoiando em perspectivas teóricas de campos divergentes. Traços ecléticos. Reforça a necessidade da construção de um plano jurídico formal para efetivação de direitos, com fins de emancipação política. Perspectiva reformista.	Almeida Et Al. (2014); Irineu Et Al. (2010); Louro (2004);

7	<p>Serviço Social e o atendimento à população LGBTI+: um relato de experiência da Defensoria Pública do estado do Maranhão.</p> <p>Brenda Vanessa Pereira Soares, Maelle Medeiros Garreto, Lila Barbosa Coqueiro, Silene Ferreira Gomes de Brito</p>	<p>Relato de experiência. Poucas reflexões críticas sobre a atuação. Não apresentam análise de totalidade e uma análise crítica da realidade. Centralidade na política e no direito. Traços reformistas.</p>	<p>Lopes (2015); Dias (2012); Bento (2008); Coelho Et Al. (2013)</p>
8	<p>Suicídio de jovens LGBT: quando o arco-íris se apaga</p> <p>Larissa da Conceição Barradas, Andréa da Cruz Ribeiro Campos, Victória Braga Pessoa de Oliveira</p>	<p>As autoras fazem apontamentos críticos, no entanto envolvem conceitos de campos diversos sem demonstrar como eles se conectam para crítica ou aproximação. Não apresentam análise de totalidade. Perspectiva pós-moderna.</p>	<p>Borrillo (2010); Nafaguchi, Adorno (2016); Teixeira (2007); Neves (2007);</p>
9	<p>O serviço social no centro de referência LGBT – CRLGBT de Belo Horizonte (MG): reflexões sobre a prática profissional</p> <p>Walkiria Glanert Mazetto, Wagner Lopes de Almeida, Nayara Lima Bretas</p>	<p>Apontam algumas questões para o campo técnico-operativo. Alguns traços ecléticos para debater gênero e sexualidade. Perspectiva reformista.</p>	<p>Scott (1986); Rubin, (1978); Butler (2003); Junqueira (2007).</p>
10	<p>A população LGBT nas residências universitárias da universidade federal do Rio Grande do Norte</p> <p>Rita de Lourdes de Lima</p>	<p>Perspectiva Crítico-dialética. A autora faz uma análise crítica das contrarreformas na política de assistência estudantil.</p>	<p>Lima (2011).</p>
11	<p>Itinerários emancipatórios na política educacional dos IFCES no triângulo CRAJUBAR (CE) voltados aos/às LGBTQIA</p> <p>Poliana Machado Gomes da Silva, Clara Tavares Machado, Nicolas Santiago Machado Gomes da Silva, Tatiana da Silva</p>	<p>Perspectiva Crítico-dialética. Realizam análise na perspectiva da totalidade. Fazem a crítica a construção da educação numa perspectiva de emancipação política burguesa. Indicam a construção de uma lógica educacional que seja humanamente emancipatória.</p>	<p>Tonet (2016); Guerra (2000); Marx (1991)</p>
12	<p>“Um balde de água numa chama de vela”: as reações contrárias ao movimento LGBT no estado do Tocantins.</p> <p>Milena Carlos de Lacerda</p>	<p>A autora apresenta dados relativos a notícias sobre direitos da população LGBT no Tocantins. No entanto, não analisa criticamente as informações apresentadas. Tem função de "dar visibilidade" as questões locais. Tem problemas conceituais na leitura sobre a realidade no capital. Aponta os movimentos sociais como espaço na disputa por direitos, sem escapar a sociabilidade vigente. Perspectiva reformistas.</p>	<p>Bento (2014); Irineu (2016); Rios (2006)</p>

13	O recrudescimento da LGBTFOBIA no Brasil e violação de direitos: algumas notas sobre as implicações na saúde dos indivíduos. Andréa Lima da Silva, Tathiane Conceição Silva de Souza	As autoras analisam os avanços e recuos no campo da política de saúde LGBT. Fazem a crítica e reconhecem a insuficiência dela dentro do sistema capitalista. Perspectiva crítico-dialética	Cisne, Santos (2018); Silva, Santos (2018); Silva, Santos (2015)
14	Diversidade sexual e política nacional de saúde integral LGBT: pelo direito à cidadania das pessoas LGBT e desafios aos assistentes sociais Romulo Cardoso da Silva	O autor tem a compreensão de que a política social tem capacidade de alterar problemas estruturais. Tem como horizonte a cidadania. Perspectiva reformista.	Nunes (1987); Pereira (2009); Scott (1995)
15	Sexualidades dissidentes e violência: questões para a saúde LGBT Marco José de Oliveira Duarte	O autor aponta para o desenvolvimento da política de saúde LGBT no Brasil e defende a necessidade de sua efetivação para superação do quadro de opressões vividos pela população LGBT na busca pela cidadania. Perspectiva reformista.	Foucault (1999); Bento (2017) (2015); Borrillo (2010)
16	LGBTfobia na educação como fator de reprodução da desigualdade social. Iago Henrique Fernandes de Sousa Moura	O autor realiza uma importante crítica, reconhecendo a base material do processo de opressão à população LGBT. No entanto, aponta para um reformismo da educação como fonte de construção de relação de igualdade. Perspectiva reformista.	Borrillo (2010); Cisne (2014); Delphy (2009); Lionço, Diniz (2009); Mészáros (2008); Saffioti (2004); Santos (2009)
17	O Estado brasileiro e a produção da violência contra LGBTs: desafios contemporâneos Valdenízia Bento Peixoto	A autora problematiza o sistema capitalista, mas recorre a conceitos teóricos de campos conflitantes sem realizar a crítica. Apontando ecletismo. Aponta a superação das opressões via superação de sistemas e dispositivos, sem aparente relação estrutural. Perspectiva pós-moderna.	Agamben (2010); Butler (2017) (2009); Cisne, Santos (2018); Foucault (2001); Fraser (2001)
18	Círculo de discussões com as/os adolescentes usuárias/os do ambulatório transdisciplinar de identidade de gênero e orientação sexual do instituto de psiquiatria do Hospital das Clínicas da faculdade de medicina da Universidade de São Paulo – AMTIGOS-IPQ. Liliane de Oliveira Caetano, Alexandre Saadeh, Sheila Souza dos Santos, Mariana Aguiar Bezerra, Caroline Conceição Borges da Silva, Thalyta Santos Alves	Relato de experiência. Não traz elementos da execução da intervenção. Tratam categorias de análise de forma eclética. Analisam de forma fragmentada Perspectiva pós-moderna.	Marx (2007); Freire; Nogueira (1993); Heidemann (2017).

19	Projeto ético político e diversidade sexual: fundamentos teórico-metodológicos importam. Silvana Mara de Moraes dos Santos, Patrícia Carla da Costa Tavares, Fernanda Nascimento Costa	As autoras partem da perspectiva de totalidade na compreensão da realidade social. Aponta para a diversidade sexual no campo da produção e reprodução da vida social. Vinculam a opressão e exploração vivenciada pela população LGBT no campo de agudização da exploração da força de trabalho. Perspectiva crítico-dialética.	Cisne, Santos (2018); Lessa (2012) (2015);
20	Diversidade sexual e Serviço Social na contemporaneidade: entre o armário e a inclusão. Lidiany de Lima Cavalcante, Isadora Lima de Souza	Apresenta uma interessante análise crítica sobre o campo dos direitos da população LGBT, assinalando para os limites da política e recrudescimento do conservadorismo que também se apresenta na profissão. Perspectiva crítico-dialética	Arruzza, Bhattacharya, Fraser (2019); Cisne, Santos (2018); Engels (1964);
21	A produção de conhecimento no curso de Serviço Social: o olhar dxs discentes diante a diversidade sexual e de gênero Jaqueline de Melo Barros	Faz importantes apontamentos sobre a apropriação dos estudantes sobre a temática da diversidade sexual e de gênero e relaciona à formação. Contudo não realizar uma análise de totalidade, com maior tendência à fragmentação do real. Perspectiva pós-moderna.	Gohn (2005); Sader (1988);
22	40 anos do congresso da virada: o avanço na pauta da diversidade sexual no conjunto CFESS/CRESS. Guilherme Moraes da Costa, Terezinha de Fátima Rodrigues.	Os autores apresentam os avanços a partir das resoluções do conjunto CFESS/CRESS. O artigo tem caráter mais expositivo, ainda assim aponta criticamente o avanço. Perspectiva crítico-dialética.	Barroco (2010); Santos (2010); Duarte (2014)
23	Atuação do conselho municipal de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do município de Fortaleza. Camila da Costa Brasil, Claudiana Silva da Rocha, Cristina Souza Ribeiro, Daniela Veras Camurça, Idelsirlene Costa Barros.	As autoras apresentam informações a partir de uma pesquisa feita com conselheiros. No entanto, não fazem a crítica aos limites do espaço institucional, mesmo estando expressa na fala dos conselheiros. Tem como foco a promoção do conselho enquanto espaço de luta pela cidadania. Fica perceptível o fim neste campo. Perspectiva reformista.	Gohn (2007); Raichelis (2006); Teixeira (20010)
24	Identidades lésbicas em movimento e os desafios do reconhecimento no Serviço Social. Isadora Lima da Silva	A autora aponta a estrutura material de opressão da mulher e as especificidades da questão lésbica. Perspectiva crítico-dialética.	Santos (2009); Engels (1984); Cisne, Santos (2018); Arruzza, Arruzza, Fraser (2019)
25	Violência doméstica entre lésbicas e a aplicabilidade da lei Maria da Penha Tayane Mariza Nascimento Ramos	A autora debate questões da violência doméstica entre mulheres lésbicas. Não realiza a crítica na perspectiva de totalidade e sinaliza para a qualificação da política de atendimento às vítimas de violência o campo necessário para lidar com a questão. Perspectiva reformista.	Pinto (2017); Farley (1992); Guedes (1995)

26	A empregabilidade formal de transexuais e travestis beneficiadas do Programa transcidadania na cidade de São Paulo. Ítalo Santos Magalhães	Apresenta síntese de pesquisa realizada com pessoas trans que participaram de um programa de São Paulo para empregabilidade. Não realiza a análise na perspectiva de totalidade. Entende a cidadania como objetivo. Perspectiva reformista.	Bento (2006) (2008); Bernadineli, Dias (2016).
27	“Da noite para o dia”: o tráfico de pessoas, a exploração sexual e a prostituição para as travestis e transexuais Jessyca Barbosa Duarte, Renata Maria Paiva da Costa	A autora faz uma análise das vivências de pessoas trans em relação à exploração sexual. Apresenta as entrevistas. Utiliza de vários conceitos no campo da pós-modernidade. Faz análise fragmentada. Perspectiva pós-moderna.	Pelúcio (2009); Siqueira (2013);
28	Notas sobre a violência contra a população trans e travesti nos serviços públicos de saúde no Brasil Lucas Matheus da Silveira Santos	O autor aponta o processo de desassistência à saúde da população trans comparando a previsão legal e dados reais. Aponta para a necessidade de fortalecer os serviços na busca pela efetivação de direitos, contudo ele mesmo aponta fragilidades na previsão legal. Perspectiva reformistas.	Duarte (2014); Bento (2014); Almeida, Murta (2013); Rocon et al. (2016) (2018)
29	Trabalho profissional de uma equipe de assistentes sociais no âmbito do processo transexualizador Márcia Cristina Brasil Santos, Elisa Teruzskin Prestes, Zélia Lima Gebrath, Marcela Virgílio Vendramini de Souza, Beatriz Jacyra Gomes Baptista, Camilla Garcino da Silva, Fayllane Araújo Almeida, Camilla Moura Santos, Luana El-Amme Jayme, Lorena da Conceição Pereira	As autoras fazem uma análise da sistematização do trabalho profissional. Análise crítica sobre os processos e estratégias de atuação frente a realidade. Partem da análise da realidade a partir da totalidade. Perspectiva crítico-dialética.	Almeida, Santos (2014); Almeida (2013); Souza (2008)
30	Estudo exploratório sobre a temática da transexualidade no ambiente universitário: reflexões e a intervenção do serviço social Camila Nogueira Chaves Mesquita, Samantha Guedes Clemente Rodrigues	Perspectiva pós-modernos e reformistas. As autoras apresentam dados preliminares de um levantamento, mas usam conceituações de autores que explicam gênero e sexualidade, por exemplo, no campo da cultura.	Heilborn, Barbosa (2005); Heilborn (2008); Bento (2008).
31	O direito ao nome e a retificação do registro civil da pessoa transexual após a decisão do supremo tribunal federal Daniel Luiz Pitz, Samantha Guedes Clemente Rodrigues	Perspectiva reformista. Perspectiva de cidadania como fim. Centralidade na emancipação política.	França (2013); Vieira (2012).
32	Reflexões sobre a importância do assistente social no processo transexualizador Marco José de Oliveira Duarte, Pablo Cardozo Rocon	Autores fazem análise da realidade a partir da perspectiva de totalidade. Apontam os limites da emancipação política. Analisam as finalidade e limites da política social no capitalismo. Perspectiva crítico-dialético.	Almeida, Murta (2013); Bento (2006); lamamoto, Carvalho (2012); Netto (2006).

33	A dificuldade de acesso de usuários(as) do processo transexualizador aos serviços de hormonioterapia Fayllane Araujo Almeida, Camilla Moura Santos, Aline Maia Diniz, Jaqueline dos Santos Aguiar, Yanka Martins Pereira	As autoras apontam a não efetividade da política de transexualização, mas concluem sobre a necessidade de permanência dela. Não analisam a saúde no contexto das contrarreformas ou em perspectiva de totalidade. Perspectiva reformista.	Jesus (2012); Lima, Cruz (2016).
34	Transgeneralidade infantil: a intervenção do assistente social frente às demandas escolares vivenciadas em uma realidade excludente Michelle Meirelles	A autora constrói o artigo a partir de uma visão endógena da profissão, não analisando em totalidade a problemática que se propõe analisar. Apresenta um conceito bastante conservador e responsabilizador da família. Perspectiva reformista.	Amaro (2017); Sawaia (2002); Santos (2013)
35	A vulnerabilidade do jovem homossexual masculino ao hiv e o papel da gestão no sistema público de saúde Jorge Augusto Borges Bezerra	O autor sinaliza sobre a construção da resposta brasileira à aids e apontam limites, mas não realiza a crítica aos problemas estruturais e sintetiza na busca pela cidadania. Perspectiva reformista.	Fernandes Et Al. (2017); Seffner, Parker (2016); Garcia, Souza (2010);

FONTE: Elaboração própria

QUADRO 3 - Artigos selecionados do 17ºCBAS - Ano 2022 - Tema: Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina

	Título / autor	Tendências	Referências
1	Diversidade sexual e equidade em saúde: A saúde LGBT na cena pública Marco José De Oliveira Duarte, Carolina Pereira Fernandes, Matheus Souza Silva	O artigo traz dados de uma pesquisa de revisão bibliográfica sobre o tema "política de saúde e de saúde LGBT". Analisa o preconceito como descaso e ignorância. Aponta a necessidade de qualificar a política e sua efetivação para superação das iniquidades. Perspectiva reformista.	Duarte (2021) (2020) (2014) (2017); Irineu (2014).
2	Diversidade de gênero, sexualidade e direitos humanos: algumas reflexões sobre dissidências de gênero e políticas públicas na formação social brasileira. Marcia Cristina Brasil Santos, Clara Azevedo De Araújo, Eloisa Da Silva Xavier, Lucas Da Costa Brandão, Mariana Camargo Tumonis Oliveira.	Se propõe a fazer uma análise da totalidade da questão LGBT no Brasil. Faz um traçado histórico importante. Faz apontamentos críticos à lógica da política, mas conclui entendendo ser a política a possibilidade de emancipação humana. Alinha conceitos de campos incompatíveis, relacionando aspectos do materialismo histórico com a centralidade no discurso. Traços ecléticos e perspectiva reformistas.	Laqueur (2001); Butler (2003); Eurico Et Al (2021); Saffioti (1987); Lukacs (2013).
3	"Esse ano eu não morro?" Crimes de ódio: a LGBTfobia	Mesmo discorrendo sobre a não eficácia das políticas sociais em responder às	Benevides (2021); Santos (2005)

	no Brasil. Thiago Aparecido Aranha Dos Santos, Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana, Priscila Sales Picoli, Christiane Shoihi Sato.	causas estruturais, as autoras afirmam posicionamento em defesa das políticas como resolução para as questões. Perspectiva reformista.	
4	Pessoas LGBTQIA+ em situação de rua: reflexões a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial Ricardo William Guimarães Machado, Nilza Rogéria De Andrade Nunes.	Busca debater as opressões vinculadas às pessoas LGBT que estão em situação de rua. Não faz uma análise crítica sobre o movimento histórico do objeto de estudo. Reconhece os limites da política social, mas busca resolução na construção de dignidade e respeito, sem as mediações para tal. Há relativa mistura de teorias. Perspectiva reformista e pós-moderna.	Butler (2019); Akotirene (2019); Duarte, Oliveira (2021); Medeiros, Amorim, Nobre, (2020); Campos, Cardoso, Moretti-Pires (2019); Campos, Moretti-Pires (2016)
5	Breves aproximações entre fundamentos do serviço social, conservadorismo e questão LGBTQIA+ Euler Antônio Campos	Realiza breve aprofundamento em relação à dominação capitalista e ao conservadorismo. Faz a crítica à lógica capitalista que produz e reproduz a LGBTfobia. Sinaliza a necessidade de uma prática profissional crítica na projeção de outra sociabilidade. Perspectiva crítico-dialética.	Barroco (2009); Boschetti (2015); D'emilio (1983); Almeida (2009); lamamoto (2018) (2013); Mota, Rodrigues (2020); Netto (2018); Souza, (2020)
6	Familismo anti-LGBTI+ na disputa do ordenamento jurídico no Brasil e na Colômbia Bruna Andrade Irineu, Brendhon Andrade Oliveira	Realiza uma importante análise crítica da sociabilidade capitalista na produção de uma agenda anti-diversidade, em especial na discussão sobre a centralidade da família na ideologia conservadora do Estado. Apontam para os limites da conquista por direitos e da necessidade de articulação mais radical na luta de classes. Perspectiva crítico-dialética.	Irineu (2020) (2019); Correa (2020); Bento (2014); Behring (2008)
7	Proteção social e populações vulneráveis: as demandas LGBTQIA+ para a política nacional de assistência social Cecilia Nunes Froemming, Irina Karla Bacci	Apresenta a construção da política de assistência social, as demandas dos fóruns participativos. Aponta limites da proposta da política de assistência social, mas não aprofunda criticamente. Deposita a superação na qualificação e na afirmação de programas e projetos que reconheçam a diversidade humana. Perspectiva reformista.	Correa (2012); Couto (2004); Scott (1995); Butler (2004); Brites (2012)
8	Mulheres lésbicas e bissexuais: Luta por direito e acesso na atenção básica em Manaus Isadora Lima De Souza, Caroline Do Socorro Silvestre Oliveira, Nicole Maria Fernandes De Sousa, Célia Maria Nascimento De Oliveira, Thaís Mirian Helena Pantoja Tarabossi, Roselayne Castro De Souza.	Análise apoiada na perspectiva pós-moderna, com fragmentação da realidade e análise subjetiva. Perspectiva reformistas.	Butler (2013); Louro (2007) (2000); Carvalho (2013); Cavalcante (2015).

9	Lésbicas e o mundo do trabalho: reflexões sobre as condições sociais que forjam experiências de lesbofobia e bofefobia no contexto brasileiro Nayane Nepomuceno Da Cruz, Sarah Ryanne Sukerman Sanches	Perspectiva pós-moderna. As autoras selecionam conceitos antagônicos para construir reflexões. Muito reforço no discurso e no micro.	Durkheim (1999); Quijano (2005); Rich (2012); Marx (2002)
10	O corpo moldurado no imaginário marginal: a reintegração social de travestis e transexuais inseridas no sistema penitenciário do Espírito Santo Joao Guilherme Simoura Pimenta Vieira	O autor aborda o sistema penitenciário sem realizar críticas ou analisar em perspectiva de totalidade. Indica a necessidade de qualificar a reintegração social. Caráter reformista.	Bento (2012); Butler (2010); Foucault (1998); Goffman (1987); Louro (2016)
11	Planejamento estratégico: conhecendo para propor e intervir – uma oficina de diversidade. Cláudia Burgos Da Silva, Mikaela Lobo De Matos, Sabrina Leite De Oliveira, Sabrina Juttel Mendes	O artigo trata a temática da diversidade sob uma perspectiva distinta, não relacionada à diversidade sexual e identidade de gênero. Excluído da análise.	Baptista (2015); Filho; Gurgel (2016); Bisneto (2011); Yazbek (2001); Gusmão (2000); Heller (1989).

FONTE: Elaboração própria

Ao analisar os artigos dos três CBAS identificamos a expressão das duas tendências já sinalizadas por Cruz (2015), com prevalência da tendência 2. No 15º CBAS analisamos dois (2) trabalhos exprimindo a tendência 1 e dezesseis (16) artigos que se vinculam à tendência 2. Ao nos aproximarmos dos trabalhos publicados no 16º CBAS, foi possível constatar que quatro (9) trabalhos representam a tendência 1 e o restante, trinta e um (26), se vinculam à tendência 2. No 17º CBAS, encontramos um total de 11 artigos. Dentre eles percebemos que dois (2) são contemplados na tendência 1 e oito (8) na tendência 2, um foi excluído da análise por não se vincular à temática estudada na presente pesquisa.

Destaque especial para o 16º CBAS que comemorou os 40 anos do Congresso da Virada, evento que marca o movimento de mudança de perspectiva do Serviço Social brasileiro. No período analisado, este foi o evento com maior número de trabalhos sobre a temática e, ao analisar as tendências, desponta em números significativos de trabalhos que expressam tendência em campo diferente daquele defendido na virada histórica da profissão. Nos chama atenção o aumento significativo de traços de ecletismo na produção.

Houve, sem dúvidas, um aumento significativo de trabalhos submetidos nos eventos em relação aos analisados por Cruz (2015), à saber: CBAS de 1995, foi um (01) trabalho; CBAS de 2004, foram quatro (04) trabalhos; e CBAS de 2013, um total de dez (10) trabalhos. Demonstra um certo interesse da categoria em produzir conhecimento sobre a temática. Observamos que, cerca de dez anos após o desenvolvimento da campanha sobre livre orientação sexual é que aparecem, em quantidade mais expressiva, as produções no CBAS.

Ainda, como também percebido em Cruz (2015), há uma certa hegemonia em a temática da livre orientação sexual e de gênero ser analisada a partir de outros referenciais que não os da tradição marxista. Aparecem muitos autores implicados em campos da pós-modernidade e do culturalismo, como Butler usada em onze (11) trabalhos e Foucault em quatorze (14), em todos os casos não foi realizada crítica às perspectivas. Pelo contrário, alguns apresentam fortes traços de ecletismo. De outro lado, aparecem muitas referências da área de Serviço Social, como as autoras Mirla Cisne (citada em nove referenciais), Bruna Andrade Irineu e Silvana Mara de Moraes dos Santos (ambas citada em oito referenciais), e o autor Guilherme Almeida (citado em oito referenciais).

4.1.2 O Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS

QUADRO 4 - Artigos selecionados do 16º ENPESS - Ano 2018 - Tema: Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social

	Título / autor	Tendências	Referências
1	Formação profissional e diversidade sexual: a "metodologia do silêncio" no projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFAM Márcia Irene Pereira Andrade Alana Menezes De Lima Hellen Bastos Gomes	As autoras fazem uma análise crítica importante sobre o processo formativo e a relação com o PPC do curso. No entanto, fazer uma relação bastante limitada de um contexto mais amplo sobre a educação, a estrutura. Compreendem as causas como consequências. Perspectiva reformista.	Freira (2001) (2002) (2006); lamamoto, Carvalho (2008); Azevedo, Sarmente (2007).

2	<p>Mulher e diversidade sexual no sistema de transição socialista cubano Marina Pereira Orosco Lopes Júlia Moscardini Batarra</p>	<p>As autoras apresentam análise relativa às transformações históricas em Cuba no aspecto de gênero e diversidade sexual. Apresentam criticamente o processo de avanço das questões no país. Realizam análise na perspectiva de totalidade. Apontam para a compreensão da liberdade para a diversidade sexual e de gênero no campo da emancipação humana. Perspectiva crítica-dialética</p>	<p>Lukács (2003) (1979); Marx (2005); Netto (1999); Heller (1970); Saffioti (2013); Butler (2008); Cervantes (2010).</p>
3	<p>Diversidade humana, diversidade sexual e consubstancialidade-coextensividade das relações sociais de classe, raça e sexo Michael Hudson Dantas Larissa Souza Pinheiro</p>	<p>Partem da análise em perspectiva de totalidade. Compreendem a realidade a partir da centralidade ontológica do trabalho, sendo elemento fundamental para compreender a diversidade humana em sua formação sócio histórica. Criticam o limite da emancipação política nesta sociedade do capital. Apontam para a construção da emancipação humana e de outra sociabilidade. Perspectiva Crítica-dialética.</p>	<p>Cisne (2014); Cisne, Santos (2018); Engels (2002); Heller (1989); Santos (2005); Kergoat (2010); Saffioti (2015)</p>
4	<p>Saúde e direitos LGBT e o debate da diversidade sexual no Serviço Social: notas de um estudo. Esther Guedes Da Silva Oliveira</p>	<p>Perspectiva reformista. Não existe crítica aos limites da política e encontra nela as possibilidades de superação da lógica das opressões e exploração capitalista.</p>	<p>Carrara (2008); Bravo (1999); Behring, Boschetti (2006); Duarte (2014); Cisne, Santos (2016); Almeida (2008)</p>
5	<p>O acesso da população LGBT à assistência estudantil: o caso das residências universitárias. Rita de Lourdes De Lima</p>	<p>Perspectiva Crítico-dialética. Ainda que a pesquisa esteja incompleta, a autora faz uma análise crítica das contrarreformas na política de assistência estudantil.</p>	<p>Imperatori (2017); Lima (2007); Saldanha (2016); Tonet (2012)</p>
6	<p>Violência, saúde e direitos LGBT: análise crítica sobre itinerários e percursos. Marco José De Oliveira Duarte</p>	<p>Perspectiva reformista. Mesmo o autor apontando a ineficiências das políticas sociais desenvolvidas para o enfrentamento da violência LGBTfóbica, apresenta a necessidade de retomá-las e financiá-las para resolução da questão. Assim, aponta para as políticas sociais como solução da violência.</p>	<p>Bento (2017); Duarte (2017) (2014a) (2014b); Foucault (2001); Butler (2003)</p>
7	<p>O Serviço Social fora do armário: LGBTQI+ na agenda do conjunto CFESS-CRESS. Guilherme Moraes Da Costa Terezinha De Fátima Rodrigues</p>	<p>Projeto de pesquisa. Aponta uma construção da aproximação do conjunto com a questão LGBT a partir das deliberações dos encontros do conjunto CFESS-CRESS. Faz uma análise crítica sobre a temática. Perspectiva crítico-dialética.</p>	<p>Cisne (2012); Santos (2017); Borillo (2010); Irineu 2016);</p>
8	<p>Avante à aquarela: itinerários emancipatórios para a população LGBTQIA na política educacional dos IFCES no triângulo CRAJUBAR (CE). Poliana Machado Gomes Da</p>	<p>Os autores fazem uma análise crítica da política de educação, apontando seus limites na produção e reprodução da vida social, além de sua instrumentalização nesta sociedade do capital. Ainda, contribuem para pensar a educação na construção de outra sociabilidade.</p>	<p>Tonet (2012); Cisne [s. d.]</p>

	Silva, Alice Farias Silva, Séfora Lis Batista Sena, Kalliany Henrique De Lacerda, Maria Clara De Oliveira Figueiredo	Perspectiva Crítico-dialética	
9	Para além das plumas e paetês: movimento LGBT no enfrentamento à LGBTFOBIA. Elton Santa Brígida Do Rozario	O autor faz um apanhado histórico do movimento LGBT brasileiro e dá ênfase na formação do movimento LGBT no estado do Pará. No entanto, não constrói uma análise de totalidade. Ainda, parte de conceitos de autores do campo da pós-modernidade. Perspectiva reformista e pós-moderna.	Foucault (1984) (1988) (2014); Bourdieu (1989) (1999); Prado, Machado (2008).
10	"Para além do arcoíris": a política de assistência social voltada aos/às LGBTs face à heteronormatividade burguesa. Alice Farias Silva, Poliana, Machado Gomes Da Silva, Séfora Lis Batista Sena, Kalliany Henrique De Lacerda Maria Clara De Oliveira Figueiredo	As autoras fazem uma análise da política de assistência social sem abordar em perspectiva de totalidade. Permite apreender que a política de assistência está no campo de superação das violações. Mesmo apontando para outra sociabilidade, as autoras não constroem uma crítica que desenvolva esta ideia. Traços ecléticos e perspectiva reformista.	Beauvoir (1980); Butler (2003); Frye (2014); Iamamoto (2013)
11	Pessoas LGBTI em cuidados paliativos: contribuições do Serviço Social para o debate. Mariana Aguiar Bezerra	A autora apresenta conceitos alicerçados na perspectiva pós-moderna. Faz uma análise sustentada na identidade, no discurso e no sujeito, mesmo requisitando a análise na tradição marxista. Traços de ecletismo e Perspectiva pós-moderna.	Andrade (2017) (2015); Ferreira (2018); Fébole, Moscheta (2017);
12	O público LGBT em situação de rua e seus direitos na cidade de Belo Horizonte. Jessie Ferreira Santos	A autora não faz a crítica à política social e compreende ser ela o campo de disputa para superação das "vulnerabilidades" que o público pesquisado sofre. Perspectiva reformista	Carmona (2009); Lima (2014); Machado (2015) (2016);
13	Violência contra LGBTs no Brasil: a construção sócio-história da abjeção dos corpos Valdenízia Bento Peixoto	A autora faz uma crítica interessante à construção sócio-histórica da diversidade sexual e de gênero no Brasil. Faz uma certa crítica ao sistema capitalista, mas se limita a compreendê-lo como sistema fim. Perspectiva reformista	Foucault (2001); Rago (1998); Butler (2015)
14	Histórias que ninguém conta a dupla opressão presente no cotidiano de mulheres lésbicas: a luta por voz e reconhecimento. Gracielly Paulino De Souza, Anderson Nayan Soares De Freitas	As autoras se propõem a realizar uma análise da "dupla" opressão sofrida por mulheres lésbicas. Realizam a crítica à sociedade do capital, mas apresentam certa limitação em construir os argumentos teóricos, bem como analisam a realidade de maneira fragmentada. Perspectiva pós-moderna.	Cisne (2014); Saffioti (2004); Heller (1989) (1992); Rich (2010); Swain (2010)

15	A saúde de mulheres lésbicas: breve discussão acerca dos avanços e limites que perpassam os cuidados em saúde de lésbicas no Brasil. Natalia De Palma Rosa Garcia	Mesmo a autora fazendo o questionamento sobre a alteração nos marcos legais não produzir melhoria no acesso, ela não realiza uma crítica aos limites da política de saúde e nem debate como se produz e reprodução as opressões. Aponta para qualificação da política de saúde como espaço para superação das iniquidades. Perspectiva reformista.	Almeida (2010); Bacci (2016); Cisne (2018); Duarte (2014)
16	Violência intrafamiliar e sexualidade: um estudo com as travestis profissionais do sexo no centro de Manaus Valéria Barbosa Soares, Sandra Helena Da Silva, Eliene De Freitas Passos	Por mais que as autoras afirmem que o trabalho parte da perspectiva crítica-dialética, realizam a análise numa perspectiva conservadora sobre família, sendo um lugar de "amor e proteção". Firmam as análises no discurso das entrevistadas e na subjetividade em si. Ainda, fazem uma confusão entre orientação sexual e identidade de gênero. Concluem apontam que a resolução dos "problemas" partiria da sensibilização e do amor entre as pessoas, responsabilizando o sujeito. Perspectiva conservadora.	Perucchi (2014); Bourdieu (2002).
17	A (re) construção da identidade: do uso do nome social à alteração do registro civil de nascimento das pessoas trans e travestis Daniele Ribeiro Do Val De Oliveira Lima Santa Bárbara, Amanda Moreira Do Nascimento, Jordana Prata Silva, Laura Souza Da Silva Cardoso, Mariana César De Souza	Limita-se a apresentar projeto que está em desenvolvimento. No entanto não apresenta dados preliminares e nem realiza quaisquer críticas às informações colocados no artigo. Não realizam análise na perspectiva da totalidade. Aparente reforço na lógica da ênfase na política. Perspectiva reformista.	Jesus (2012); Vianna (2015).
18	Corpos transgressores: a inserção das travestis no mercado de trabalho em tempos crise do capital Tibério Lima Oliveira	Realiza análise na perspectiva de totalidade. Aponta os impactos da crise do capital na intensificação das opressões para a população LGBT. Aponta para a necessidade de construir uma sociedade livre de opressões capitalistas. Perspectiva crítico-dialética.	Cisne (2014) (2018); Barroco (2010); lamamoto (2000); Kulick (2008);
19	"Aonde" está a população trans na divisão sexual do trabalho? Analisando as condições da inserção para os/as trabalhadores/as travestis e transexuais no mercado de trabalho formal Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro	Perspectiva crítico-dialética. A autora faz uma análise importante sobre a divisão social do trabalho e os reflexos para a inserção da população trans. Indica os limites das políticas de inserção e nos processos de precarização da vida.	Santos (2009); Santos, Oliveira (2010); Cisne (2014); Saffioti (2013); Hirata; Kergoat (2007); Harvey (2011);

20	Travestis e transexuais no mercado de trabalho: trabalho e diversidades no interior da sociedade de classes Samuel Vinhas Quadros	Perspectiva crítico-dialética. O autor faz a crítica ao modo de produção capitalista e os impactos para a inserção de pessoas trans no mundo do trabalho. Análise em perspectiva de totalidade.	Saffioti (1997) (2004); Engels (2012); Cerqueira Filho (1982); lamamoto (2010); Oliveira (2016)
21	Ensaio sobre a sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social Thais Felipe Silva Dos Santos	Perspectiva crítico-dialético. A autora faz uma análise importante sobre a relação da intervenção profissional na busca pela construção de um horizonte de dignidade humana para pessoas trans.	Martinelli (2005) (2006) (2013); Iasi (2011); Moreira (2005)
22	O processo transexualizador no rio de janeiro: dilemas de uma política personificada Elisa Teruszkin Prestes, Beatriz Jacyra Gomes Baptista, Zélia Lima Gebrath, Marcela Virgilio Vendramini De Souza, Camila Garcino Da Silva	Perspectiva crítico-dialético. As autoras analisam a construção do atendimento no serviço inserido numa conjuntura de contrarreforma do Estado e precarização dos serviços sociais. Analisam em perspectiva de totalidade.	Almeida et al. (2015); Almeida, Santos (2014); Lionço (2009);
23	Produção de conhecimento na estruturação do processo transexualizador em hospitais públicos Rodrigo Faria Pereira, Luciana Patricia Zucco	Os autores limitam-se em apresentar dados relativos à pesquisa sobre a estruturação de serviços que ofertam o processo transexualizador. Não buscam identificar as mediações na realidade que indicam os resultados. Apontam para a necessidade de estruturação dos serviços para garantia de acesso. Perspectiva reformista.	Lionço (2009); Popadiuk Et Al., (2016); Rocon Et Al, (2017).
24	Serviço Social e transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no estado do Rio de Janeiro Mably Jane Trindade Tenenblat	A autora desenvolve o texto apontando elementos importantes da crítica, mas desenvolve seu trabalho numa perspectiva de fim na cidadania e mobilizações por direitos, sem apontar os limites deste nesta sociedade. Perspectiva reformistas.	Bento (2006); Trindade (2015); Teixeira (2013).
25	Questão de gênero: a homossexualidade na terceira idade. Bruno Lemos De Oliveira, Bruna Brum De Toledo, Ellen Dos Santos Soares	Perspectiva pós-modernos. As autoras constroem uma análise a partir do discurso, na linguagem, nas experiências no campo micro.	Foucault (2006); Mota (2009); Pocahy (2008)

FONTE: Elaboração própria

QUADRO 5 - Artigos selecionados do 17º ENPESS - Ano 2022 - Tema: Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora

	Título / autor	Tendências	Referências
1	Interseccionando gênero, raça e diversidade sexual: considerações sobre a produção intelectual no serviço social brasileiro Mably Trindade, Pedro Vicente De Assis Neto, Claudia Cristina De Souza Santos	As autoras não abordam a questão LGBT em suas especificidades, direcionando o debate para o campo do gênero/mulher. Excluído da análise.	Louro (2008); Butler (2015); Beavouir (1967); Scott (1990) (1999); Oyěwùmí (2004); Almeida (2018); Losurdo (2020)
2	A relação estado, sociedade civil e cidadania na formulação das políticas públicas para atendimento à população LGBTI+ em situação de rua. Evelyn Serra Parente	Perspectiva reformista. A autora não analisa os limites da intervenção das políticas. Aponta para um viés de empoderamento via política social. Ênfase na política como lugar de emancipação.	Gramsci (1991); Coutinho (1992);
3	Experiências de auto-organização de mulheres e LGBTI+ nos movimentos populares no Brasil Leonardo Nogueira, Renata Gomes Da Costa, Larissa Costa	As autoras fazem uma importante análise sócio-histórica do Brasil e, de maneira crítica, apontam para o processo de resistência coletiva no país. Perspectiva Crítico-dialética	Marx, Engels (2007); Delphy (2009); Moura (2014) (2014); Prado Jr (2011); Fernandes (2010)
4	O movimento LGBTQI+: aspectos históricos e as lutas no Brasil Keylla Myllena Lima Dos Anjos, Wemerson Jamison Santos Da Silva	Os autores fazem apontamentos críticos ao capital, mas direcionam a perspectiva de reforma para fins de cidadania. Perspectiva reformista.	Green (2000); Prado, Machado (2008); Facchini (2003); Borrillo (2010).
5	Saúde mental e população LGBTI+: sujeitos, políticas e lutas sociais em tempos históricos diferentes Marco José De Oliveira Duarte	O autor utiliza de autores e conceitos de diferentes campos teóricos sem realizar a crítica. Ênfase na política como campo de emancipação. Traços de ecletismo e perspectiva reformista.	Foucault (1978); Duarte (2021) (2020) (2015) (2014); Butler (2019) (2015).
6	Sexualidade, políticas públicas e serviço social: saúde LGBTQIA+ em questão. Márcia Cristina Brasil Santos, Clara Azevedo De Araujo, Eloisa Da Silva Xavier, Lucas Da Costa Brandão	As autoras realizam uma análise, em perspectiva de totalidade, da construção da política de saúde no Brasil. Compreendem a sexualidade no campo histórico das relações de produção e reprodução da vida social. Perspectiva Crítico-dialético	Santos (2017); Vergili Et Al (2015); Irineu (2014); lamamoto (2009); Eurico Et Al (2021).
7	Sistema penal brasileiro e dissidências sexuais de gênero: a morte como categoria de análise da política LGBTI+ nas instituições prisionais de minas gerais Sidnelly Aparecida De Almeida	A autora apresenta informações sobre a situação de pessoa LGBT em prisões no Brasil. Não realiza a crítica à lógica capitalista na produção das prisões. Parte, ainda, de perspectiva conceitual de outro campo, como "Biopoder" de Foucault. Acena para algo nomeado como "criminologia queer", que caracteriza forte traço de reformismo na lógica da criminologia. Perspectiva pós-modernos e perspectiva reformista.	Foucault (2008); Santos (2010); Ferreira (2019); Bourdieu (1997).
8	"O homonacionalismo à brasileira": uma análise das	O autor faz a crítica a partir do conceito de "homonacionalismo" enquanto traço	Puar (2015) (2017); Irineu (2016) (2019);

	políticas públicas LGBTI+ no Brasil nos governos petistas de (2003 – 2016) Tibério Lima Oliveira	ideológico para consolidação de estratégias de aprofundamento neoliberal. Análise em perspectiva de totalidade. Perspectiva crítico-dialético.	D'emilio (2021);
9	Serviço social e diversidade: breves considerações sobre atuação da categoria junto à população de travestis e mulheres transexuais Isabele Barboza Moura	A autora não faz a crítica ao sistema do capital. Ao abordar a política de saúde, não realiza a crítica às contrarreformas e no processo de precarização da saúde. Entende que para superação das diversas violências identificadas, é necessário um esforço concreto do Estado na efetivação da política de saúde LGBT. Perspectiva reformista.	Heller (2016); Iamamoto (2003) (2004) (2007); Santos, Almeida (2014)
10	A pandemia de covid-19 no Brasil à luz dos dados sobre transfeminicídio e lesbocídio Bruna Andrade Irineu, Leana Oliveira Freitas, Júlia Spigolon	As autoras fazem a crítica a lógica de produção e reprodução da vida social no capital e na desvalorização do humano. Apontam sobre o impacto na produção de violências no cotidiano da vida, analisam em perspectiva de totalidade os impactos da pandemia. Tendência crítico-dialética.	Irineu (2019); Gouvea (2020); Bretas (2020);
11	Disputas teórico-políticas entre a teoria queer e a teoria marxista: confrontos e encontros possíveis no debate sobre diversidade de gênero e transgeneridades Pedro Vicente De Assis Neto	O autor apresenta algumas perspectivas teóricas sobre o debate de identidade de gênero e orientação sexual, contudo não faz a crítica. Parece tendenciar para correntes teóricas do campo pós-moderno, conclui ser importante localizar encontros possíveis entre a teoria queer e o marxismo, sem indicar quais traços pós-modernos	Butler (2019); Bourcier (2020); Aruzza (2011); Cisne, Santos (2018); Wood (1996)
12	Vivências interseccionadas à luz dos feminismos: a luta das transfemininas para acessar e se manter no mercado de trabalho formal. Márcia Guimarães Viana	A autora utiliza de categorias de análise de autoras de diversos campos sem realizar a crítica. Reforço no micro e na fragmentação. Traços ecléticos e perspectiva reformista.	Lukács (2012); Gonzalez (2020); Jesus (2012); Césaire (1978); Lugones (2020); Marx (2004)
13	Serviço social, dissidências sexuais e de gênero: uma análise a partir dos anais do CBAS 2019 e ENPESS 2018. Guilherme Moraes Da Costa	O autor faz análise de anais de eventos. Apresente as informações relativas às produções. Apesar de apontar que analisará as tendências, não aprofunda sobre. Perspectiva reformista.	Eurico et al (2022); Almeida (2013)

Ao examinar os trabalhos submetidos nos ENPESS foi possível também identificar as duas tendências. No decorrer da análise do 16º ENPESS, deparamo-nos com oito (10) trabalhos alinhados à tendência 1 e dezessete (14) artigos que aderem à tendência 2. Um artigo foi excluído da análise, pois tinha abordagem do tema em outra perspectiva do uso da expressão “diversidade”. Ao nos debruçarmos sobre os trabalhos apresentados no 17º ENPESS, observamos que quatro (4)

trabalhos refletem a tendência 1, enquanto os nove (9) restantes podem ser identificados na tendência 2.

Novamente, identificamos a notável prevalência da tendência 2. Observamos também o aumento significativo de trabalhos em relação aos anos anteriores, analisado por Cruz (2015).

É relevante ressaltar que, em 2010, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), encarregada da organização do evento, incorporou o Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) intitulado "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades". Esse desenvolvimento reflete a sólida articulação entre o Conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS, evidenciando-se como parte de uma estratégia coletiva para fortalecer e ampliar a visibilidade das temáticas abordadas pelo GTP. Essa iniciativa busca fomentar "debates profundos sobre os temas de vanguarda do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade" (ABEPSS, 2013).

No que concerne à perspectiva adotada pelo grupo, há uma fundamentação na concepção de "interseccionalidade", uma abordagem ainda recente no contexto do Serviço Social. Esta concepção busca compreender as inter-relações entre "gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades"³⁴ (ABEPSS, 2013). Destaca-se que, no âmbito específico da abordagem da sexualidade, foi estabelecida a seguinte emenda:

Diferentes expressões de homofobia e sexismo. Diversos arranjos familiares e opressões associadas às sexualidades não hegemônicas e às múltiplas expressões de feminilidade e masculinidade. Violações dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Políticas públicas, gênero, sexualidade e Serviço Social. Movimentos sociais de enfrentamento à homofobia e ao sexismo (ABEPSS, 2013).

O GTP tem sido estratégia importante, contribuindo para as reflexões teóricas e estímulo para a elaboração, produção e circulação sobre a temática. Contudo, como destacam os relatórios do GTP em 2016 e 2018, a produção relativa à temática ainda requer ampliação.

³⁴Importante ressaltar que o termo é também campo de crítica, pois, partindo de uma perspectiva marxista, as opressões não são constituídas isoladamente e podem ser "sobrepostas", como defendido pela interseccionalidade. Como apontado por Kergoat (2008, 2010, 2012 apud Cisne, 2018), defendemos as relações sociais de sexo, raça e classe como "consustanciais" e "coextensivas". "As relações sociais são consustanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de "raça", se reproduzem e se coproduzem mutuamente" (Kergoat, 2012, p. 126-127 apud Cisne, 2018, p.222)

No Relatório do GTP no XV ENPESS, em Ribeirão Preto-SP, em 2016, ressalta-se, a partir do estado da arte acerca da produção do GTP, a pouca produção da temática de sexualidade. Isso permanece, portanto, como questão no relatório do XVI ENPESS, em Vitória-ES, em 2018, ao recomendar a construção de um documento que subsidie o exercício profissional na temática de sexualidades e identidades de gênero, a exemplo do documento Subsídios para o Debate Étnico-Racial (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2018), anteriormente construído por integrantes do GTP (Eurico et al., 2021, p.303).

Observa-se uma notável prevalência da tendência 2 na produção do ENPESS, em consonância com o que também foi identificado no CBAS. Importante ressaltar que essa inclinação aponta para um terreno substancialmente diverso em relação à perspectiva marxista. No entanto, é interessante notar que, ao compararmos ambos os eventos, emerge uma maior produção alinhada à tendência 1 no âmbito do ENPESS. A exemplo, aproximadamente 40% dos trabalhos encontrados no 16º ENPESS foram identificados na citada tendência.

Esse cenário sugere uma dinâmica complexa de abordagens teóricas e metodológicas nos dois eventos, indicando a coexistência de diferentes perspectivas no campo do Serviço Social. Coexistência esta defendida pela categoria na perspectiva do pluralismo. Contudo, é fundamental destacar que o pluralismo não deve ser entendido como a possibilidade de construções analíticas sem parâmetros ou critérios, legitimando a combinação de diferentes vertentes que não convergem.

Esse contraste entre os eventos sugere a necessidade de uma análise mais aprofundada para compreender a dinâmica de produção de conhecimento no Serviço Social, bem como os referenciais e fontes de consulta teórica, que expressam as preferências teóricas e metodológicas dos pesquisadores no campo do Serviço Social. Destaca-se que, de modo geral, os eventos possuem perfis significativamente definidos, sendo o ENPESS um espaço para valorizar as pesquisas realizadas pela categoria, tende ser ocupado por pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos; já o CBAS busca as análises realizadas no cotidiano do trabalho por profissionais assistentes sociais, tendo espaço inclusive para submissão de relatos de experiência, na busca de valorizar profissionais assistentes sociais.

De todo modo, percebemos que, a partir dos elementos analisados, há uma prevalência de perspectivas 2. O que possibilita-nos afirmar que, no campo teórico-metodológico, a categoria tem produzido conhecimento sobre as questões da

diversidade sexual e identidade de gênero a partir de outras perspectivas que não no campo marxista/crítico-dialético.

4.2 NO ÂMBITO ÉTICO-POLÍTICO

Na busca por analisar a incidência da temática no âmbito ético-político, partimos das publicações realizadas pelo CFESS. Realizamos a pesquisa documental como forma de aprofundar as estratégias éticas e políticas que foram desenvolvidas pelo conselho federal. Objetivamos analisar as resoluções - como táticas jurídico-normativas e as campanhas, materiais de comunicação, publicações e outras agendas - como táticas formativas e organizativas, que versavam especificamente sobre a questão da livre orientação sexual e de gênero a partir de termos correlatos. Assim, analisamos as publicações que foram feitas a partir de 2006, como parte das estratégias desenvolvidas junto à campanha nacional, do triênio, pela livre orientação e expressão sexual: “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito”.

4.2.1 Resoluções: ações táticas no campo jurídico-normativo

As diversas resoluções implicam na qualificação e comprometimento do trabalho profissional, dando visibilidade para questões que se apresentam no cotidiano profissional. Buscam a reafirmação das atribuições e competências profissionais, bem como destacar a posição ética e técnica para o exercício profissional (Santos, 2010).

São questões que demandam reflexão e posicionamento profissional. As resoluções formam um importante arsenal jurídico-normativo que longe de engessar o trabalho profissional, alicerçam a qualidade e competência teórico-metodológica-ético-política e técnico-operativa nos limites da intervenção profissional, considerando suas competências, habilidades e atribuições privativas. São instrumentos de defesa e valorização do Serviço Social, dos serviços prestados à população usuária e à sociedade brasileira. (Santos, 2010, p. 711)

Nesse percurso, à medida que avançam as resoluções relacionadas à temática da livre orientação sexual e identidade de gênero, a categoria se encaminha para aprimorar o trabalho profissional e melhorar a qualidade do

atendimento à população usuária dos serviços. Neste caso específico, quando tratamos de resoluções voltadas para qualificação do atendimento à população LGBT, que é historicamente alijada de acesso à serviços e atendimento de qualidade, percebemos ser uma importante tática de avanço na consolidação do PEP conhecer a necessidade de construir processos de atendimento que busquem superar as diversas violações sofridas por estes usuários dos serviços.

Como um dos desdobramentos diretos da campanha, o CFESS publica a resolução Nº 489/2006, de 03 de junho, que estabelece a vedação de condutas “discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do Assistente Social, regulamentando o princípio inscrito no Código de Ética Profissional” (CFESS, 2006). Em seu conjunto de considerações, a resolução sustenta, dentre outros, na vinculação direta com “a dimensão do projeto ético político do Serviço Social que sinaliza para a importância de disseminar uma cultura crítica dos direitos humanos, diferenciando-a da abordagem liberal – burguesa” (CFESS, 2006). Aqui, a resolução faz uma importante demarcação para o desenvolvimento da perspectiva de direitos humanos no campo crítico, sendo fundamental para o enfrentamento das perspectivas que se desenvolviam em meio à categoria. A resolução reforça a incompatibilidade entre a atuação profissional ética e a ação discriminatória, devendo o profissional contribuir com a reflexão sobre a liberdade dos indivíduos em viverem sua sexualidade, afetividade e expressões de gênero. Inquestionavelmente, ao sinalizar para uma perspectiva crítica de liberdade e entendendo a diversidade humana na história, a resolução apresenta-se como elemento tático para avanço na campanha que se desenvolvera à época, publicando um instrumento jurídico que impulsiona a construção de um perfil profissional alinhado ao PEP - inclusive apontando penalidades para aquele profissional que infringir a resolução.

Em 2011 é lançada a resolução CFESS nº 594/2011, visando os “aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais” no texto do código de ética, “garantindo a linguagem de gênero” (CFESS, 2011), com a substituição da expressão “opção sexual” por “orientação sexual” e a expressão “gênero” por “identidade de gênero”. Foi resultado direto das deliberações do 39º Encontro Nacional do Conjunto, especificamente na proposta 23, do eixo Ética e Direitos Humanos, com o texto “Adequar o Código de Ética quanto à mudança de nomenclaturas nos termos de opção sexual para orientação sexual e identidade de

gênero e correções gramaticais em sua estrutura formal regulamentando essas alterações por resolução do CFESS” (CFESS, 2016, p.138). Este encontro celebrava a “maioridade” do código de ética profissional e, no tocante ao debate da diversidade sexual e de gênero, também demonstrava seu movimento de crescimento e amadurecimento da categoria que faziam permear os enfrentamentos para o avanço em relação à temática. Fato é que o movimento social LGBT vinha acumulando a necessidade de se alterar a nomenclatura “opção” por “orientação”, demarcando um campo não de escolha, mas sim de exprimir mais um elemento da diversidade humana no campo da orientação afetivo-sexual. Nesse sentido, a alteração sinaliza, igualmente, a atualidade do CEP frente às condições objetivas e na construção de valores que se atentem ao movimento da história, especialmente na construção vinculada às demandas da classe trabalhadora.

Naquele mesmo ano, o Serviço Social vai ser a primeira categoria profissional brasileira a garantir o uso do nome social no exercício profissional (CFESS, 2019), a partir da resolução 615 de 2011 (alterada pela Resolução CFESS nº 785/2016), demonstrando o compromisso em assegurar o direito ao reconhecimento do uso do nome social conforme identidade de gênero de assistentes sociais. Este pioneirismo assinala para nós o compromisso ético-político que a categoria construiu com a temática, considerando todos os enfrentamentos para conquistar estes avanços. A resolução representa uma importante estratégia para garantir dignidade e respeito aos/às diversos(a) assistentes sociais trans e travestis, reafirmando ética e politicamente a posição da categoria. Definitivamente, assegurar que estes profissionais tenham o direito de obter em seus registros profissionais o nome com o qual se reconhecem e são reconhecidos assinala para uma ética que se implica na alteração prática do cotidiano.

A partir de diversas construções da categoria, em 2018 foi publicada a resolução 845, que dispõe sobre a atuação de assistentes sociais no processo transexualizador. A resolução recebe destaque especialmente por apresentar subsídios que direcionam a ação profissional na área, ressaltando ser competência de assistentes sociais a prestação de “acompanhamento a sujeitos que buscam as transformações corporais em consonância com suas expressões e identidade de gênero” (CFESS, 2018). No texto, o CFESS demarca a construção que o Serviço Social historicamente vinha fazendo sobre a livre orientação sexual e identidade de gênero nos termos do PEP. Reforça ético-politicamente os princípios inscritos no

CEP e faz um enfrentamento à absorção da categoria de práticas que são incompatíveis com os acúmulos do Serviço Social brasileiro.

Art. 3º As(Os) assistentes sociais, ao realizarem o atendimento, deverão utilizar de seus referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, com base no Código de Ética da/o Assistente Social, rejeitando qualquer avaliação ou modelo patologizado ou corretivo da diversidade de expressão e identidade de gênero (CFESS, 2018)

Ainda que a resolução especifique sobre a atuação profissional no processo transexualizador, as indicações da resolução 845/2018 são importantes para a implicação ética no trabalho realizado com a população trans e travesti nas mais diversas áreas, apresenta uma série de orientações que se aplicam em outras realidades, como por exemplo os artigos 1º e 7º:

Art. 1º As(Os) assistentes sociais deverão contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.

[...]

Art. 7º É dever da(o) assistente social defender a utilização do nome social das(os) usuárias(os), na perspectiva do aprofundamento dos direitos humanos. (CFESS, 2018)

Estas resoluções específicas sobre a temática acrescentam-se às diversas outras que devem ser compreendidas como táticas ético-políticas para a reafirmação de um perfil profissional comprometido com o PEP e seus valores centrais, bem como da reafirmação do PEP na contemporaneidade.

4.2.2 Campanhas, informativos e outras ações na agenda política da categoria: ações táticas político-pedagógicas

O CFESS vem desenvolvendo ao longo dos últimos anos uma série de estratégias que permitem expressar o posicionamento político da e para a categoria, contribuindo significativamente para um movimento contínuo de consolidação do PEP. Nesse bojo de táticas podemos elencar a adesão a mobilizações nacionais; participação em fóruns, comissões; campanhas, comunicações e publicações em datas específicas, como as veiculadas pelo CFESS Manifesta; Livros, brochuras e cartilhas; construção de seminários e eventos coletivos; dentre outras.

Destacamos que, entendemos estas ações no campo político-pedagógico, por compreendê-las enquanto tática que aprofunda e politiza os elementos que fundamentam o PEP, com potencialidade de enraizá-los e expressá-los no exercício profissional.

Vale ressaltar que, desde 2007 - ano seguinte ao da campanha “O amor fala todas as línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual” - o conjunto CFESS-CRESS vem estruturando uma Política Nacional de Comunicação, como estratégia para qualificar as informações para a categoria e com a população usuária, entendendo a comunicação “como meio estratégico, espaço de articulação permanente, para a luta por um projeto societário fundamentado na emancipação humana” (CFESS, 2023, p.23).

Indicamos aqui o resultado do processo de exame das ações feitas pelo CFESS, a partir da consulta, em meio eletrônico, no site do CFESS.

Em 2008, no ano final da campanha a Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual, o CFESS articulou sua participação na primeira conferência GLBTT (sigla usada na época) brasileira, com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. A ação governamental foi pioneira entre os países do mundo e resultou da luta dos movimentos sociais. O evento foi precedido por conferências municipais e estaduais, enquanto metodologia de participação social. O CFESS marcou presença nas três edições das conferências que ocorreram no país. A presença do conselho é um marco importante para a categoria, inserindo o conselho enquanto agente articulador para as construções feitas naquele espaço. Demarca, também, o compromisso político do Serviço Social com a luta pela construção de políticas públicas que atendam às demandas da população LGBT brasileira.

Naquele mesmo ano, o CFESS Manifesta apresentou um texto marcando a importância das conferências e do Serviço Social na luta pela livre orientação sexual. Bem como demarca alguns compromissos avocados pelo CFESS em articulação com outros sujeitos coletivos na defesa da livre orientação e expressão sexual. Apontando para a construção junto aos movimentos sociais formas de enfrentamento a esta sociedade do capital, incidindo politicamente para fora e para dentro da categoria ao asseverar a importância destes compromissos coletivos e que se alinham ao PEP.

Crítica à sociabilidade do capital e sua apropriação mercantil de todas as dimensões da vida social e em particular das demandas no campo da diversidade sexual.

Intervenção nos espaços institucionais e na mídia contra a exploração do trabalho e todas as formas de opressão, com uma política firme e crítica contra a reprodução da desigualdade social; da regressão dos direitos e de políticas sociais focalistas e fragmentadas.

Defesa intransigente da igualdade, da liberdade e dos direitos; recusa do arbítrio e do autoritarismo; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e violência expressas na reprodução da homofobia/lesbofobia/transfobia, racismo, do machismo e do sexismo.

Luta permanente para que as políticas sociais contemplem a perspectiva de gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero em sintonia com a agenda política feminista e com as lutas históricas do Serviço Social no campo da Seguridade Social.

Valorização da diversidade humana com reconhecimento da livre orientação e expressão sexual e defesa dos direitos GLBTT no âmbito da Política de Saúde; da Política de Assistência Social, da Previdência Social; da Política de Educação; da Política de Trabalho, Geração de Emprego e Renda; da Política de Segurança Pública e no acesso à cidade (moradia, espaços de lazer como restaurantes e bares, etc).

Articulação com entidades e movimentos sociais que defendem a livre orientação e expressão sexual para aprovação do PLC 122/2006, que trata da criminalização da homofobia; do PL 81/2007 que institui o “17 de maio” como Dia Nacional de Combate à Homofobia e do PL 2000/2007 que institui o “29 de agosto” como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (CFESS, 2008).

Estes últimos compromissos também tomaram importante espaço na agenda política do CFESS, tendo articulado diferentes ações para avançar em relação aos Projetos de Lei supracitados, como o convite aos/às profissionais aderirem à campanha de sensibilização de senadores para aprovação do PL 122/2006 através do “Alô Senado” (CFESS, 2009).

Dentre as ações, vale destacar a adesão pública à I Marcha Nacional contra a homofobia, que aconteceu em 19 de maio de 2010, em Brasília/DF. A mobilização visava reunir diferentes movimentos sociais, centrais sindicais e instituições para protestarem contra as opressões vivenciadas pelo conjunto da comunidade LGBT no Brasil. O apoio e participação do CFESS estava no bojo das ações advindas da recente campanha pela livre orientação e expressão sexual (CFESS, 2010a). Desde a primeira marcha o conjunto permanece apoiando e participando das mobilizações, demarcando a continuidade na construção das táticas políticas que lutam pelos direitos da população LGBT.

Naquele mesmo ano foi instituído o Conselho Nacional de Combate à discriminação de LGBT (CNCD – LGBT) e o CFESS pleiteou vaga para participar do

espaço, tendo sido eleito para compor como conselheiros na gestão 2011/2014.

Teve como prerrogativa

uma atuação crítica e combativa, uma de nossas defesas tem sido que esse conselho mantenha sua autonomia em relação aos partidos políticos e aos governos, como o Conselho de Estado que é. Temos uma participação assídua voltada à construção coletiva e à qualificação política desse espaço. Para tanto, entendemos estar em consonância com o nosso projeto ético-político, a articulação e apoio aos movimentos sociais e suas lutas. (CFESS, 2017)

Até a extinção do CNCD - LGBT, pelo governo Bolsonaro, em um dos seus ataques aos espaços de controle social na gestão pública, o CFESS foi reeleito para contribuição no espaço, demarcando a importante presença e articulação política para opinião crítica neste espaço de formulação e proposição de ações voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos da população LGBT. Com a retomada do CNCD-LGBT, pelo decreto Nº 11.471/ 2023, o CFESS retorna ao espaço.

Em 2013, no bojo das deliberações estratégicas do 42º Encontro Nacional CFESS-CRESS, foi proposta a ampla divulgação da resolução nº 615/2011. No mesmo ano, o CFESS avança na deliberação e lança a campanha “Nem rótulo, nem preconceito: Quero respeito”, na busca por reafirmar junto a categoria a posição em defesa dos direitos de pessoas trans e travestis e a consolidação do uso do nome social. Em 2014, durante o 44ª Encontro Nacional CFESS-CRESS, o conjunto reafirma seu compromisso com as questões LGBT no documento “As Bandeiras de Luta” do conjunto CFESS-CRESS, que condensa a trajetória de lutas políticas construída coletivamente ao longo dos últimos anos. No documento, dentre outras temáticas, o conjunto se propõe a “Defender a ampliação da rede de atendimento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) como direito da população LGBT” (CFESS, 2015, p.18); “Posicionamento contrário a todas as formas de exploração e discriminação de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2015, p.18); “Defender os Princípios de Yogyakarta³⁵, o Plano Nacional Cidadania e Direitos Humanos LGBT e o Plano Nacional de Saúde da População LGBT” (CFESS, 2015, p.19); além de promover e manter o “debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privados [...] e no acesso às políticas públicas para a

³⁵ Documento publicado em 2006 e complementado em 2017, produto de uma reunião internacional de grupo de direitos humanos, na cidade de Yogyakarta, na Indonésia.

população LGBT, considerando a livre identidade de gênero” (CFESS, 2015, p.39-40). Em nossa análise, o processo de disputa nas deliberações dos Encontros Nacionais demonstra a incidência na assimilação da pertinência da temática para a categoria, assinalando para as contribuições anteriores que contribuíram para a modificação do ethos profissional, no processo de consolidação do PEP. Importante destacar que, no período de nossa análise, a partir de 2006, em todos os anos houve deliberações relativas à questão da livre orientação sexual e identidade de gênero em todos os encontros nacionais do conjunto CFESS-CRESS.

Em relação ao documento “Bandeiras de Luta”, a defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero, neste documento se firma como um dos compromissos do Serviço Social no âmbito dos direitos humanos. Fica evidente e marcada a intrínseca relação que a profissão tem na defesa de uma sociedade que se vincule à liberdade das expressões humanas. Ainda que pese a crítica aos direitos humanos na lógica liberal, é fundamental reforçar que a categoria assume este campo de luta enquanto defesa táctica frente à sociedade de classes como caminho para viabilizar um projeto de sociedade radicalmente humana. É fundamental defender este aspecto, no sentido de construí-lo enquanto estratégia de sobrevivência e de luta da classe trabalhadora frente à lógica do capital, como meio e não fim, reconhecendo todas as expressões da diversidade humana.

Em 2015 foi realizado o histórico e importante Seminário *Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero*, organizado pelo CFESS. A sua realização partiu da deliberação aprovada no 43º Encontro Nacional CFESS/CRESS e realizado em parceria com o CRESS-SP. O evento também buscava contemplar as seguintes deliberações:

Apoiar as lutas em torno do respeito à identidade trans: à despatologização da transexualidade; à retirada da transexualidade dos catálogos internacionais de doenças e à garantia da permanência do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS); Dar continuidade ao debate contemporâneo acerca do nome social nos espaços públicos e privados (conforme Carta de Direitos dos Usuários do SUS) e no acesso às políticas públicas para a população LGBT, considerando a livre identidade de gênero; Realizar o processo de discussão e publicização do Plano Nacional Cidadania e Direitos Humanos – LGBT, os princípios de Yogyakarta e o Plano nacional de Saúde da População LGBT nos espaços de debate do Conjunto CFESS-CRESS e apoio à discussão em outros espaços públicos; Ampliar o debate junto à categoria, reafirmando os direitos da população LGBT, do processo transexualizador articulado à luta pelo aumento na rede pública de atendimento de maior qualidade; Realizar estudos jurídicos sobre a possibilidade de uma normatização do exercício

profissional do/a assistente social, nas equipes multiprofissionais do processo transexualizador do SUS (CFESS, 2020a).

Destaca-se a importância do evento pois, após quase dez anos da primeira campanha do conjunto sobre diversidade, recoloca a necessidade de promover um espaço ampliado de discussões, com as proporções de um seminário, para promover a continuidade do debate junto à categoria. O evento permitiu reunir importantes autores da temática no Serviço Social, bem como analisar criticamente o trabalho profissional em relação às questões afetas à população transexual e travesti. Em 2020, o CFESS publicou um livro com o conteúdo das palestras realizadas neste seminário, possibilitando a perenidade das ricas contribuições do seminário.

Em 2016, visando produzir acúmulo teórico e educação permanente junto à categoria, o CFESS lança a série de cadernos *Assistente Social no combate ao preconceito* contendo, dentre outras temáticas, o caderno 4 constrói o enfrentamento e o combate à *transfobia*. Os cadernos buscam

[...] dialogar com os/as profissionais, problematizando o preconceito, suas origens e fundamentos históricos. A ideia é provocar a reflexão e contribuir para as estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução do preconceito, chamando a categoria à responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político (CFESS, 2016).

Outro movimento importante para o avanço ético-político profissional, foi a publicação, em 2019, do documento “Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS”, que aponta estratégias para superação das ações discriminatórias às pessoas trans e travestis no atendimento dos serviços prestados pelos CRESS. O conteúdo demarca conceitos e normativas que regulam as ações profissionais em relação a este recorte populacional. Tem como foco, a busca por informar sobre a inserção de nome social no Documento de Identidade Profissional (DIP), estabelecido na resolução CFESS nº 785/2016. É, efetivamente, parte das táticas para reforçar aquilo já inserido no universo jurídico-normativo da profissão, mas que, por vezes, não é imediatamente assimilado pela categoria. Atesta a necessária ação concomitante de táticas jurídico-normativas e político-pedagógicas na disputa por novos valores frente aos já construídos na lógica do capital. Sinaliza a atenção do conjunto em enfrentar o preconceito que se expressa em suas bases organizativas. Reconhecendo que, mesmo com todo

avanço, ele se expressa no cotidiano do atendimento do conjunto. Ainda, reforça a perspectiva dos Direitos Humanos para a defesa da liberdade da diversidade humana, campo entendido para avanço na temática.

Nas idas dos últimos anos, a categoria se manifesta publicamente, a partir de diferentes frentes estratégicas, a favor da livre expressão da sexualidade e identidade de gênero. Vai, assim por dizer, construindo ações que expressam os fundamentos do projeto ético-político, oferecendo diversas possibilidades para consolidação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo do Serviço Social. Destacamos aqui as publicações do CFESS Manifesta, ferramenta que figura como espaço que oferece visibilidade “aos posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional” (CFESS, 2020b, p. 10).

Entre os anos de 2008 e 2023 houve cerca de 12 publicações do CFESS Manifesta que abordaram aspectos da livre orientação sexual e expressão de gênero.

QUADRO 6 – Publicações do CFESS Manifesta.

Ano de publicação	Título do CFESS Manifesta
2008	CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual
2009	Visibilidade Lésbica: Respeito à Liberdade de Expressão Sexual
2010	Internacional do Orgulho LGBT: liberdade de orientação sexual. Não à homofobia
2010	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: o amor exige expressão e reverência coletiva
2011	Mundial de Luta contra a Homofobia: A nossa luta é todo dia contra a homofobia
2011	2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT: assistentes sociais em defesa da diversidade humana.
2012	Dia Mundial do Orgulho LGBT
2013	Dia Nacional da Visibilidade Trans
2015	Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans
2017	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: Família é diversidade! Assistentes sociais pelo direito de amar e conviver

2019	Dia da Consciência Negra: novembro negro arco-íris
2023	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: Vivas, visíveis e livres

FONTE: Elaboração própria

É possível perceber a presença permanente da temática no espaço, com importantes contribuições para reflexão ética e política para a categoria. Reforçando a perspectiva de que a “liberdade de orientação e expressão sexual e a identidade de gênero são dimensões da diversidade humana e por isso integram a agenda de luta do Serviço Social brasileiro”, como indicado no CFESS Manifesta em posição ao Dia Internacional do Orgulho LGBT de 2010; bem como uma perspectiva crítica relativa ao tema, como indicado na publicação no Dia da Visibilidade Lésbica daquele mesmo ano: “A emancipação humana requer, com a mesma força, a igualdade no acesso à riqueza socialmente produzida, igualdade na vivência da afetividade e reconhecimento pleno das potencialidades humanas” (CFESS, 2010b). Nesse caminho, as publicações do CFESS Manifesta aparecem enquanto estratégia fundamental para imprimir as construções políticas que refletem a construção do PEP. De outro lado, ao reforçar o compromisso teórico-metodológico no campo do pensamento marxista também nas publicações, enfrenta também as diversas perspectivas que disputam o projeto profissional.

Um destaque especial damos ao projeto Ética em Movimento, iniciado nos anos 2000, pela Gestão do CFESS “Brasil, mostra tua cara” (CFESS-1999-2002). Foi e continua sendo uma estratégia fundamental para o avanço na qualificação ética do trabalho profissional junto à categoria, especialmente diante das mudanças vivenciadas na contemporaneidade. O processo formativo conta com quatro cadernos: 1. Ética e História; 2. Ética e Trabalho Profissional; 3. Ética e Direitos Humanos; e 4. Ética e Instrumentos Processuais. Possibilita avançar nas construções e acúmulos historicamente realizados pela categoria no campo da ética, em especial na sua relação com os Direitos Humanos, o que vem permitindo avançarmos nas questões que envolvem a construção de uma análise crítica sobre o tema, bem como na construção de uma perspectiva de sociedade que vislumbre a livre orientação sexual e expressão de gênero.

Por outro lado, com todo o avanço e esforço que o conjunto tem realizado nos últimos anos ainda é possível perceber algumas resistências da categoria no que

tange a temática. Diferentes setores no interior da profissão divergem da importância do Serviço Social se apropriar das questões sobre a livre orientação sexual e expressões de gênero, desconsiderando a relação histórica e a realidade vivenciada por este recorte populacional. De outro lado, há setores que ocupam a perspectiva política profissional de um viés que assente a resposta às expressões da questão social que impactam mais especificamente a população LGBT no campo das políticas públicas. Este movimento demonstra a permanente disputa do PEP que vêm se desenvolvendo historicamente no Serviço Social brasileiro. Reclama, também, a necessidade constante de construir estratégias e táticas de forma contínua e exaustiva para a incorporação dos princípios e compromissos ético-políticos do Serviço Social pela categoria, entendendo que disputamos aqui, em contra hegemonia, os valores burgueses produzidos e reproduzidos na classe trabalhadora, na qual está inserido a/o assistente social.

4.3 NA ESFERA TÉCNICO-OPERATIVA

Para analisar a incidência da temática na esfera técnico-operativa, também partimos do banco de dados formado pelo mapeamento dos artigos presentes nos anais dos CBAS e dos ENPESS selecionados. Para delimitar essa perspectiva, focalizamos a identificação de artigos que tratavam de relatos de experiências ou sistematizações correlatas, o que foi percebido durante a leitura para análise das tendências identificadas anteriormente. Em total, identificamos sete (6) artigos que se enquadram nessa perspectiva específica.

Esse dado ganha relevância ao considerarmos o universo abrangente de cento e um (101) artigos abordando a temática em questão. Aproximadamente 6% destes artigos apresentaram uma sistematização do trabalho profissional na forma de relato de experiência.

A seguir, apresenta-se um quadro que sistematiza os artigos, textos e eventos em que foram submetidos trabalhos com o recorte específico selecionado.

QUADRO 6 - Artigos selecionados nos Anais dos CBAS e ENPESS pesquisados.

Título	Autores	Evento
Breves considerações sobre o estágio em serviço social no centro municipal	Josiglês Araújo de Oliveira Júnior, Liêdo Gomes Nepomuceno	15º CBAS

de referência em cidadania LGBT de Recife.		
Comissão de gênero, etnia e diversidade sexual e exercício profissional: espaço de luta contra o conservadorismo no horizonte da garantia de direitos.	Aline Batista De Paula, Ana Paula Procopio Da Silva, Carmen Dos Santos Camerino, Denise Nicacio Pereira, Glícia Nick De Oliveira, Rosane Pereira Marques, Silvana Marinho.	
Transexualidades e serviço social: relato de experiência de atividades de formação com profissionais e estudantes de serviço social.	Henrique Da Costa Silva, Heider Victor Cabral De Moura.	
Serviço Social e o atendimento à população LGBTI+: um relato de experiência da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.	Brenda Vanessa Pereira Soares, Maelle Medeiros Garreto, Lila Barbosa Coqueiro, Silene Ferreira Gomes de Brito	
Círculo de discussões com as/os adolescentes usuárias/os do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto De Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – AMTIGOS-IPQ D.	Liliane de Oliveira Caetano, Alexandre Saadeh, Sheila Souza dos Santos, Mariana Aguiar Bezerra, Caroline Conceição Borges da Silva, Thalyta Santos Alves	16º CBAS
O Serviço Social no Centro de Referência LGBT – CRLGBT de Belo Horizonte (MG): Reflexões sobre a prática profissional.	Walkiria Glanert Mazetto, Wagner Lopes de Almeida, Nayara Lima Bretas	

FONTE: Elaboração própria

Em análise inicial, é interessante apontar que, no universo dos cinco (5) eventos, foi possível localizar relatos de experiência sobre a temática somente em dois deles: o 15º e 16º CBAS.

Como critério de inclusão, buscamos especificamente aqueles que tratam de ações de profissionais assistentes sociais em campos e áreas de atuação. Excluímos aqueles que partiam de experiência de campo de estágio, atividades acadêmicas realizadas por docentes e/ou discentes, dentre outros relatos que não se encaixassem nos critérios de inclusão.

Dentre os artigos analisados, identificamos um que aponta para o relato de experiência da construção de um espaço de fortalecimento ético-político em um CRESS regional. O artigo em questão é “Comissão de gênero, etnia e diversidade sexual e exercício profissional: espaço de luta contra o conservadorismo no horizonte da garantia de direitos”. Optamos por descartar este artigo para análise do

trabalho profissional, por não atender aos requisitos. Contudo, vale ressaltar que, à análise das tendências, somente este compreende a tendência 1.

Outro artigo que descartamos é o relativo à experiência de estágio, pois compreendemos não se vincular às reflexões profissionais que analisamos. Vale ressaltar que o artigo aponta para nós a importância do contato destes discentes com o trabalho com a população LGBT já no processo de formação.

Um terceiro relata sobre um processo de formação, através de oficinas, com profissionais e estudantes de um hospital universitário, executado a partir da disciplina de estágio, por docente de uma universidade federal. Também descartamos este artigo. Vale sinalizar para a importância de espaços como este que permitam promover espaços de formação continuada e que aprofundam a relação profissional com a temática, a partir dos espaços de trabalho.

Das experiências analisadas, temos, inicialmente, o relato de um grupo de profissionais que atuam em um ambulatório do processo transexualizador para crianças e adolescentes.

Ao relato, elas apontam para a necessidade de construção de rodas de conversa para abordar assuntos relativos à direitos, bem como outros apontados pelos adolescentes atendidos, a partir de entrevistas realizadas previamente com eles (parte do percurso metodológico da intervenção), como “empregabilidade; aproximação dos Centros de Representatividade Trans; respeito ao ateísmo, ou a não religiosidade; sarau/ encontro de talentos” (Caetano et. al., 2019, p.5). Trata-se, portanto, da intervenção com grupos, componente reconhecido dentre os instrumentos e técnicas utilizadas pelas(os) profissionais de Serviço Social.

As autoras apontam que, o referencial teórico para a intervenção é composto do “referencial de atuação do Serviço Social no ambulatório AMTIGOS e está em consonância com o Projeto Ético-político dessa profissão” (Caetano et. al., 2019, p.2). As autoras fazem reiteradas citações à Resolução do CFESS Nº 845, apontada como referencial teórico das ações. À análise, percebe-se uma certa dificuldade das profissionais em reconhecer e diferenciar o que é referencial teórico e o que são as diversas diretrizes, resoluções e regramentos que subsidiam o trabalho profissional. Esta análise é reforçada quando as autoras apontam, como base metodológica, o “Materialismo Histórico-dialético de Karl Marx” vinculado à “perspectiva de educação popular de Paulo Freire” (Caetano et. al., 2019, p.5).

As autoras afirmam que o “trabalho se faz necessário para que possamos contribuir com a construção de consciência crítica das/ dos participantes, no sentido de serem sujeitos de sua história”, no entanto, o texto não contempla a execução da intervenção, limitando assim algumas possibilidades de análise mais aprofundadas nesse momento.

O segundo artigo intitulado “Serviço Social e o atendimento à população LGBTI+: um relato de experiência da Defensoria Pública do estado do Maranhão”. Aponta como objetivo “refletir de forma crítica sobre o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, através do Núcleo Especializado de Defesa da Mulher e População LGBT” (Soares et. al., 2019, p.1). As autoras apontam o Serviço Social como a profissão que atua “mediando, articulando e desenvolvendo o trabalho em rede com movimentos sociais e demais políticas públicas, partindo, em seus processos de trabalho, do princípio da garantia de direitos e ao acesso à justiça” (Soares et. al., 2019, p.7). Ressalta-se que, à análise, as autoras nomeiam enquanto “acesso à justiça” o previsto legalmente à defensoria pública, que é oferecer assistência jurídica gratuita à população que recebe até três salários-mínimos.

No artigo, Soares et. al. (2019), apontam que as principais demandas relacionadas à população LGBT na defensoria dizem respeito à população trans, com maior número de solicitações relativas à “mudança de prenome no Registro Civil e a busca pela garantia do TFD (Tratamento Fora do Domicílio) para a cirurgia de redesignação sexual” (Soares et. al., 2019, p.7). No passo de especificar as ações profissionais, as autoras apontam que

No Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN), o Serviço Social tem trabalhado na orientação social aos assistidos trans quanto aos documentos necessários para o procedimento e realizando as devidas articulações com os cartórios para que possam realizar o procedimento de forma gratuita. Quanto à segunda demanda, que se refere à cirurgia de redesignação sexual, o desafio profissional na garantia desse direito, está em viabilizar o Tratamento Fora do Domicílio (TFD) (Soares et. al., 2019, p.8).

Esta segunda, conforme expressado no artigo, teve resposta provisória a partir de articulações da defensoria pública com um hospital universitário da região, que passou a promover atendimentos do processo transexualizador, evitando a necessidade de deslocamento para outras regiões e a necessidade do TFD. Em nossa análise, fica evidente que, a partir das visitas e articulações interinstitucionais, o Serviço Social se propôs construir a estratégias para além da demanda

apresentada pelas usuárias(os) ao serviço. Demarca uma análise ampliada da situação posta, buscando construir possibilidades de acesso para a população.

No texto, as autoras não descrevem qual perspectiva teórico-metodológica assumem, mas demarcam se apoiar no PEP. No entanto, no percurso das análises e reflexões apresentadas, Soares et. al. (2019) não desenvolvem uma análise crítica da realidade que se aproxime do campo crítico-dialético, se apoiam de sobremaneira nos documentos e instrutivos institucionais, bem como em autoras de campo diverso. Ainda que, em um trecho do texto as autoras reproduzam a ideia de que a/o assistente social atue na perspectiva da emancipação humana, as conclusões das autoras estão voltadas para a perspectiva da cidadania.

No terceiro artigo analisado, as autoras vão apresentar a atuação do Serviço Social em um centro de referência LGBT municipal. Tem como título “O Serviço Social no Centro de Referência LGBT – CRLGBT de Belo Horizonte (MG): Reflexões sobre a prática profissional”.

Marcadamente, Mazetto, Almeida e Bretas (2019) afirmam que a/o assistente social, naquele equipamento, desenvolve “a sua intervenção profissional, fundamentado no Projeto Ético-Político e em seus elementos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo” (Mazetto, Almeida, Bretas, 2019, p. 8). Contudo, ao analisar o texto, percebe-se que as autoras partem de um referencial teórico-metodológico em campo diverso do defendido pela profissão, utilizando diversos conceitos e autores do campo da pós-modernidade, como “hierarquias sociais”, com sendo um resultado da desigualdade de gênero, e “performance” com sendo o gênero “performativamente produzido pelas práticas reguladoras do gênero” (Mazetto, Almeida, Bretas, 2019, p. 4). Parece-nos não haver a apreensão de quais elementos ocupam as dimensões citadas pelas autoras.

Ao sinalizar sobre o cotidiano do equipamento, as autoras descrevem que as principais demandas são relativas a

orientações gerais sobre acesso a direitos, como profissionalização, retorno escolar, documentação, trabalho e emprego, atendimento especializado em saúde (especialmente o tratamento hormonal) e assistência social; bem como, denúncias de situações de discriminação e violências (Mazetto, Almeida, Bretas, 2019, p. 8).

Ao especificar o trabalho da(o) assistente social, as autoras afirmam que o organizador da rotina são as demandas apresentadas pelos usuários, com forte

marca pelas solicitações de apoio à “inserção e manutenção adequada dessa população nas políticas sociais” (Mazetto, Almeida, Bretas, 2019, p. 9). A ação profissional parece ser de mediação para acesso a outros serviços e equipamentos públicos, com forte marca de negativas e situações de preconceito em tentativas anteriores.

Mazetto, Almeida e Bretas (2019) escrevem que

[...] acompanhamento social tem sido a ferramenta de trabalho que melhor identifica atuação no CRLGBT com as demais políticas sociais quando as pessoas atendidas são estimuladas a serem autônomas e socialmente capazes, tendo como retaguarda um equipamento público que lhe oferece alternativas de acesso e emancipação adequadas, sem fazer nenhum tipo de distinção de identidade e orientação sexual, como deveria ser em qualquer outra política pública (Mazetto, Almeida, Bretas, 2019, p. 10).

Aqui, as autoras informam uma “ferramenta” de trabalho para a atuação profissional, com um viés de estímulo à autonomia e ao que chamam de “estimular que as pessoas sejam socialmente capazes”. Essa construção se inscreve no equívoco de que é possível estimular o sujeito para ser, no campo individual, capaz de superar as diversas opressões produzidas e reproduzidas socialmente. Esvazia o conteúdo crítico de se construir com os usuários dos serviços a percepção de que as vivências das expressões são coletivas e são possíveis de superação a partir de estratégias e táticas políticas coletivas. Destaca-se que, ao dizer isso não quero retomar a superada afirmação de que “o Serviço Social faz revolução”; ao contrário, busco afirmar que há no trabalho profissional uma finalidade, um horizonte, um caminho que é determinado ético-politicamente e que convoca à formulação de respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, não assimilando a sua lógica. Destaco que, não estamos rejeitando a necessidade de respostas imediatas, como acontece no cotidiano do trabalho profissional. Contudo, no passo que as autoras expressam esta ideia, compreendemos que o conteúdo que se objetiva em sua intervenção é o campo individualizante, fragmentado e apassivador. Destaca-se também que, pela estrutura apresentada no artigo, é perceptível o quão fragmentado e focalizado o equipamento é inserido no campo da política social – marca expressiva da política em tempos de neoliberalismo. Salta aos olhos a existência de um equipamento que tem, em seu cotidiano, a característica de atender LGBTs que tiveram seus direitos negados em diferentes políticas e serviços exatamente por serem LGBTs, para articular o retorno e

atendimento correto destas pessoas naqueles serviços em que sofreram violências. No artigo, no entanto, não aparece a crítica desta perspectiva.

Ao analisarmos os três artigos, percebe-se que em todos os trabalhos há, pelo menos, uma referência aos documentos elaborados pelo CFESS e que tratam da questão da livre orientação sexual e identidade de gênero. São utilizados como “referencial teórico” para subsídio das reflexões e não como subsídios que orientam o trabalho profissional. Concomitantemente, aparecem referências de campo diverso, por vezes incompatíveis com os subsídios dos documentos do CFESS. Destacadamente, as referências que aparecem de maneira mais significativa para a orientação da/do assistente social, conforme os artigos, estão em documentos outros, como em regramentos legais e institucionais.

Nos artigos, percebemos análises que tendem a preocupações no campo mais imediato, em especial no terceiro artigo, com uma apresentação a-crítica das microintervenções realizadas no equipamento, particularizando e fragmentando os encaminhamentos profissionais. Vale apontar que, ao passo que organizam o texto, as autoras até apontam para elementos da totalidade, seja pela violência a pessoas LGBT no Brasil, seja pelos dados de atendimentos que estão no texto, contudo, estes elementos não aparecem na conformação de uma intervenção que compreenda a totalidade para construção das respostas profissionais. Parece-nos haver uma compreensão que aparta o desenvolvimento teórico da construção de respostas profissionais.

Há de se destacar que, dentre as indicações de instrumentos, técnicas, procedimentos e metodologias usadas, percebemos poucas referências. No primeiro artigo, as autoras apontam para uma metodologia sustentada na pedagogia freiriana. No outro, há referência a um instrumento de acolhimento, sem muitas especificações sobre o mesmo. Contudo, neste último, as autoras afirmam que ele se conforma como procedimento institucional para acolhida dos usuários. Demarca a escassez de apontamentos destes processos que se sustentem em um referencial crítico-marxista.

Ao buscar analisarmos as expressões teórico-metodológicas e ético-políticas a partir das experiências elencadas, notamos a reprodução das percepções apontadas no subtítulo 3.1 do presente capítulo. Todas as experiências sustentam análises que compartilham de tendência 2, com referenciais teóricos de campos diversos. Chama a atenção que, em todos os artigos, em algum momento, as

autoras verbalizam que se trata de uma análise crítica ou, ainda, que a intervenção busca a emancipação humana. No entanto, as análises constantes nos textos não expressam muito bem isso. Parece uma certa construção de “efeito”, mas com pouca sustentação teórica e metodológica. Fundamental reforçar que, a unidade ética e política apreendida pela profissão se inscreve no amadurecimento teórico-metodológico da categoria no desenvolvimento do PEP. A unidade se expressa como fundamento ético “[...] porque supõem escolhas de valor dirigidas à liberdade; política porque buscam criar condições objetivas, no âmbito da luta pela hegemonia, para defesa daqueles valores” (Barroco, 2004, p.41). Nesse sentido, mesmo quando as argumentações se voltam para a defesa da liberdade, percebemos a elaboração de análises que não se contrapõem às condições que limitam esse valor.

Por vezes, como percebemos nos artigos, há uma profunda confusão entre os aspectos teórico-metodológico e ético-político, culminando em uma apresentação das expressões técnico-operativas permeadas de divergências. Não nos parece ser em função da imbricação entre as dimensões; ao contrário, parece haver uma confusão entre os elementos que conformam as particularidades, como observamos na compreensão equivocada de que os documentos que subsidiam o trabalho profissional ou os instrutivos institucionais seriam “fundamentos teórico-metodológico”. Este último parece revelar uma tendência tecnicista, quando os profissionais percebem as orientações da intervenção como campo teórico.

O presente tempo histórico apresenta significativas dificuldades para a construção de estratégias profissionais que permitam avançar em análises teóricas e práticas que estejam inteiramente comprometidas com os elementos constitutivos do PEP. O processo de deterioração das condições de formação e de trabalho impactam substantivamente na capacidade da/do profissional se apropriar dos fundamentos da profissão. Contudo, em tempo de barbárie, é necessário enfrentar a postura do possibilismo inerente ao momento histórico que vivemos e, conforme expresso por lamamoto (2003)

[...] traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciaram, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (lamamoto, 2006, p. 75)

Por fim, é importante destacar que o campo técnico-operativo historicamente foi desprezado nas construções teóricas críticas da categoria profissional. Paula (2021) aponta para duas lacunas neste campo:

a ausência ou pouca ênfase dada aos debates sobre os instrumentos e as técnicas - assim como à dimensão técnico-operativa com um todo - e a pouquíssimas construções de indicações técnicas, procedimentos, metodologias pautadas em um referencial crítico-marxista (Paula, 2021, p.178)

Nesse sentido, é imperativa a necessidade de propiciar à categoria profissional subsídios que contribuam para o desenvolvimento deste campo em bases crítico-marxistas, tal como percebemos na elaboração de documentos diversos que expressam os elementos constitutivos do PEP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso metodológico do desenvolvimento deste trabalho, buscamos apontar o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro e das questões sobre a diversidade sexual e de identidade de gênero inseridos na história. E, como objetivo central, identificar as convergências entre a temática e as suas expressões na realidade do Serviço Social. Nesse caminho, o processo percorrido permitiu-nos perceber como a temática citada tem se expressado nas dimensões constitutiva do Serviço Social, percebendo as tendências, seu desenvolvimento, possibilidades, contradições e projetos em disputa.

É imprescindível reafirmar que a fundamentação em Marx foi fundamental para que o Serviço Social brasileiro pudesse compreender a diversidade sexual e identidade de gênero no campo histórico e assumi-lo como defesa política para a profissão. Conforme expressam Cisne, Santos (2018)

A apreensão do movimento real do que é a individualidade, sua relação dialética com o gênero humano, com a luta pela liberdade e com a realidade de exploração e de opressão a que [...] os indivíduos LGBT estão submetidos, seja em face do seu pertencimento à classe trabalhadora e dada sua orientação sexual e identidade de sexo, exige um patamar de interlocuções teórico e ético bem oposto a qualquer simplificação de caráter economicista/determinista (Cisne; Santos, 2018, p. 148).

Contudo, em nossa análise, parece-nos que o desenvolvimento de organização política das questões da diversidade sexual e de gênero foram marcadas pela recusa significativa da tradição marxista. É, assim, um campo de disputa de projetos políticos, com certa hegemonia de perspectivas que se afastam do campo do materialismo histórico e dialético.

Nesse caminho, os encontros com a temática são, também, encontros de disputas de perspectivas. Aqui localizamos uma primeira problemática que precisa ser enfrentada. Inegavelmente existe uma lacuna na produção de conhecimento de matriz marxista sobre a dimensão da diversidade sexual e de gênero, resultado de variáveis que perpassam o economicismo de setores marxista, mas também da forte influência das teorias pós-modernas no campo dos estudos sobre a sexualidade.

A partir do material analisado, percebe-se que, na produção de conhecimento para e do Serviço Social, encontramos fortemente estas expressões teóricas. Provocando em nós um certo questionamento de se a área tem conseguido analisar

a sexualidade a partir da inserção desta no desenvolvimento das relações sociais de produção e reprodução da vida social; compreendendo o trabalho como fundante; realizando a crítica radical ao sistema do capital; analisando a realidade social na história; orientado por uma leitura de totalidade que dê conta de construir criticamente os processos de opressão vivenciados pela classe trabalhadora que expressa sua sexualidade ou identidade de gênero para além da lógica inerente do capitalismo; bem como compreender a necessidade de superação desta realidade. Ao contrário, aparece-nos defesas que encontram nos recortes e fragmentos da realidade os limites para compreensão da vida social.

Longe de firmar uma perspectiva idealista, mas a defesa da livre orientação sexual e de identidade de gênero enquanto elementos de fortalecimento do PEP, exige compromisso de análise teórico e histórica da realidade concreta, capaz de mobilizar, no cotidiano da vida social, a luta por uma sociedade que tenha como pressuposto a liberdade humana em sua radicalidade. É fundamental resgatar a coragem intelectual histórica que marcou a virada crítica do Serviço Social e reconstruir o campo da sexualidade a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, que é inegavelmente capaz de "tornar inteligíveis e apreender o sentido das transformações societárias em curso" (Netto, 1996, p. 119).

Nesse ínterim, é importante destacar como o CFESS vem conformando no campo da diversidade sexual e identidade de gênero uma defesa política de fortalecimento do PEP, alicerçada na tradição marxista. Insta reforçar que, assumir coletivamente essa defesa se inscreve justamente na análise da vida concreta, que se apresenta no cotidiano profissional, e por isso passa a ocupar lugar significativo na defesa política do conjunto. Conforme ressaltado por Santos (2010), o compromisso teórico-metodológico e ético-político do conjunto, vem construindo um acúmulo de análises e referenciais que tratam as temáticas a partir da totalidade, entendendo a dinâmica da realidade a partir da sociabilidade. Apontamos no decorrer deste trabalho as diferentes investidas em produzir para e com a categoria reflexões capazes de contribuir para a superação de concepções firmadas no conservadorismo, preconceitos e discriminação, possibilitando abordagens

[...] que superaram visões pós-modernas, economicistas e a afirmação de que a classe, em sua densidade histórica, é constituída de indivíduos que vivenciam determinadas condições objetivas, caracterizadas pelo não acesso à riqueza socialmente produzida e que subjetivamente são diversos, dentre muitas outras questões, quanto à identidade de gênero e

étnico-racial, quanto à orientação sexual e o gênero. A classe é vida real que entra em movimento coletivo, que forja na luta a formação da consciência de classe e possibilidades de construção de um projeto coletivo emancipatório (Santos, 2010, p.707)

Contudo, ao nos debruçarmos sobre as experiências do trabalho profissional, identificamos lacunas que expressam um certo descompasso e incompreensão dos elementos que compõem o Serviço Social. Sobressai a confusão de que os elementos que orientam o trabalho profissional ocupam o campo teórico-metodológico; também há visível orientação profissional pelos limites dos campos de trabalho. Ainda, identificamos que, por um lado, há uma imprescindível defesa da liberdade como valor central, orientada pela superação da sociabilidade vigente; por outro, esta se sustenta em referenciais teóricos que divergem desta orientação, sustentada em análises fragmentadas e no micro. Este quadro sustenta a percepção de que há uma certa convivência entre as percepções que tivemos de uma certa hegemonia da tendência 2, com as construções ético-políticas expressas pelo CFESS, conformando elementos da prática um tanto quanto ecléticos.

Nesse campo, retomamos as análises de Santos (2007), ao destacar a tendência de reprodução da crítica pós-moderna ao ideário moderno dentro da profissão. Na gênese profissional, existem fortes elementos antimodernos, manifestos ideoteoricamente no conservadorismo, que convive e disputa a perspectiva crítica assumida pela categoria. Este traço, serve como fio condutor para uma abordagem pós-moderna caracterizada pelo sincretismo e pela falta de reservas críticas, reforçados pela contemporaneidade. Segundo Santos (2007), em períodos de intensificação da crise do capital, a abordagem predominante na categoria profissional tem sido a adesão acrítica às demandas do mercado de trabalho que, no campo da sexualidade, inscrevem concepções a-históricas e destituídas da crítica aos desmandes sistêmicos. Na verdade, a ideia dos direitos à diversidade se inscreve nos limites funcionais ao capital - e nestes limites não estão a plena liberdade de orientação sexual e de autodeterminação de identidade de gênero. Por outro lado, o campo da produção de conhecimento sobre sexualidade é caracterizado, como mencionado anteriormente, por uma predominância de construções teóricas que propiciam a adaptação a outras teorias, inscritas de sobremaneira nas perspectivas pós-modernas. Dessa forma, os elementos mencionados contribuem para a consolidação desse quadro. Diante da hegemonia

pós-moderna e sua lógica fragmentária, dentro e fora do campo da sexualidade, há uma propensão à disseminação e produção de conhecimento sustentada nesse tipo de abordagem. Neste campo de estudos, as possibilidades apontadas por Santos (2007) parecem se confirmar: há uma significativa expansão dessa tendência na cultura profissional, expressa nas construções que parte do imediato, do fragmento da realidade, construindo assim, intervenções fundamentadas no micro.

Enfim, frente a estas problematizações, é possível afirmar que as questões da diversidade sexual e identidade de gênero estão se expressando de diferentes formas nas dimensões constitutivas do Serviço Social. No material analisado, percebemos que há uma maior expressão de perspectivas que se afastam dos elementos que constituem o PEP.

Nesse caminho, incorremos na construção teórica de Paula (2021) relativas às estratégias e táticas no Serviço Social, para pensar indicativos para superação dos descompassos. Afinal, elas constituem instrumentos políticos de defesa de valores relevantes frente à correlação de forças antagônicas que permeiam nossa sociedade. “As estratégias são, portanto, mediações importantes que se colocam entre as projeções e a operacionalização das intenções. No entanto, elas necessitam, ainda, da construção de táticas que possam aproximá-las da realidade” (Paula, 2021, p.185).

Salientamos que, pelas análises realizadas nos limites desta pesquisa, as expressões do debate da diversidade sexual e de identidade de gênero nos campos teórico-metodológicos e técnico-operativos apresentam-se mais apoiados em outros referenciais e práticas que advêm de outros campos, ainda que expressem um discurso construído na defesa do PEP. Aqui, não há contracorrente, há uma expressão objetiva da disputa de projetos de sociedade, com hegemonia daquele que aponta para uma visão acrítica, reformista, fragmentada e superficial da realidade.

Nesse sentido, ocupa-nos o campo ético-político, aqui percebemos a consolidação das estratégias político-profissionais frente à questão da diversidade sexual e identidade de gênero, alinhadas à perspectiva crítica. Podemos elencar as normativas e diretrizes já apontadas neste trabalho; as indicações para a abordagem relativa à temática nos currículos dos cursos de Serviço Social; a existência no Código de Ética Profissional das especificidades da temática; entre outros. Contudo, parece-nos ainda necessário aprofundar as táticas políticas para que os elementos

citados contribuam para a apreensão crítica dos elementos teórico-metodológicos e técnico-operativos intrínsecos a este campo. Como indicativos, acreditamos ser pertinente documentos que contribuam para formulação de instrumentos, técnicas, procedimentos e metodologias que orientem a intervenção profissional, sob o viés defendido pela hegemonia ético-política profissional; a construção de “bibliotecas básicas” que aglutinam referenciais teóricos do campo marxista sobre o debate da diversidade sexual e identidade de gênero - há de se destacar haver importantes nomes no Serviço Social para esta construção; Construir parceria com a ABEPSS, a fim de replicar a estratégia dos “Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social”, com o enfoque na livre orientação sexual e de identidade de gênero; fomento à produção teórica de matriz crítico-marxista, como contraponto às investidas teóricas de outras tendências; entre outros que podem qualificar e fortalecer o PEP crítico frente ao desenvolvimento de outros projetos para a profissão.

Pelas análises realizadas, concluímos que a perspectiva pós-moderna neste campo tem avançado de sobremaneira. Em um passado recente, citamos a resistência da categoria, também a que se posicionava mais criticamente, em reconhecer a importância do debate sobre a livre orientação sexual e de identidade de gênero. Na contemporaneidade, percebemos que, a partir das expressões da temática nos elementos que constituem a profissão, enfrentamos a resistência da categoria em compreender a significativa contribuição do materialismo histórico e dialético de Marx, como fundamento teórico, para compreensão da temática.

Em um debate futuro, faz-se importante desenvolver análises que contribuam para a ampliação desta perspectiva no Serviço Social e para além dele. Insistimos, sem a herança do materialismo histórico-dialético não seria possível compreender as determinações, na perspectiva de totalidade, das manifestações da desigualdade social e da opressão presentes na ordem heteropatriarcal-racista-capitalista (Cisne; Santos, 2018). É necessário reiterar que os fundamentos do Serviço Social crítico permanecem fundamentais na contemporaneidade, como instrumento para o enfrentamento do conservadorismo, bem como outras interpretações equivocadas da realidade, inclusive aquelas correntes que se inscrevem em bases marxistas.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. ABEPSS, 2013. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em: 01 de fev. 2022
- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 2021. Disponível em https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 01 de dez. 2023
- ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1997. Disponível em https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 10 de dez. 2022
- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social – trajetórias e processo de luta de uma categoria: 1978 – 1988**. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/10110584/O_Novo_Sindicalismo_e_o_Servi%C3%A7o_Social. Acesso em: 18 de dez. 2022
- ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17800/1/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf>. Acesso em: 18 de dez. 2022
- AGUIAR, A. G. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALMEIDA, G. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as Assistentes Sociais. In: **O Social em Questão**. Ano XI, nº20, 2008. Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v11n20a07.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2022
- ALMEIDA, G. Notas preliminares sobre a produção acadêmica dos Assistentes Sociais sobre temas associados a direitos sexuais e direitos reprodutivos. In: **Anais do XIII Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS 2010)**. Brasília, 2010.
- ALMEIDA, G. Transdiversidade, Direitos e Serviço Social. In: **Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans**. Brasília: CFES, 2020. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2022
- BARROCO, M. L. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade. Serviço Social: formação e projeto político**. São Paulo: Cortez, n.79, p. 27-42, set. 2004

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf> Acesso em: 08 de jun. 2022

BRASIL DE FATO. **Tentativa de criminalizar movimentos por meio da Lei Antiterrorismo não intimidará MST**. Brasil de Fato, 2022. São Paulo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/03/tentativa-de-criminalizar-movimentos-por-meio-da-lei-antiterrorismo-nao-acovarda-mst>. Acesso em: 2 dez. 2023.

BRAZ. M. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 111, 2012.

CAETANO et. al. Círculo de discussões com as/os adolescentes usuárias/os do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto De Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – AMTIGOS-IPQ D. In. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1745/1705>. Acesso em: 07 de dez. 2023.

CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 127, p. 430–455, dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/j87K7xkFQgWzfNDGpqr8hnd/?format=pdf&lang=pt_ Acesso em: 12 de jan. 2023

CARVALHO, E. J. G.; FAUSTINO, R. C. Educação para a diversidade cultural: reflexões sobre as influências internacionais na atual política educacional. **Nupem**, Campo Mourão, v. 15, n. 8, p.187-208, jul. 2016. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/159>. Acesso em: 01 de abr. 2022

CFAS. Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. CFAS: Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf. Acesso em: 12 de jan. 2023

CFESS. **Resolução Nº 489/2006**. Brasília, 2006

CFESS. **CFESS Manifesta O amor fala todas as línguas Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual**. Brasília: CFESS, 2007. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2023.

_____. **CFESS Manifesta CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual.** Brasília: CFESS, 2008. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta1aconferencianacionalGLBTT.pdf>. Acesso em: 08 de nov. 2023.

_____. **Vem aí a Marcha Nacional contra a homofobia.** Brasília: CFESS, 2010a. Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/401> Acesso em: 02 de nov. 2023

_____. **CFESS Manifesta Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.** Brasília: CFESS, 2010b. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/cfess_manifesta_visibilidadelesbicaFINAL.pdd. Acesso em: 05 de nov. 2023.

_____. **Resolução Nº 594/2011.** Brasília, 2011

_____. **44ª Encontro Nacional CFESS/CRESS: Relatório Final.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-44-nacional-cfess-cress.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2022

_____. Caderno 4 Transfobia. In: **Série assistentes sociais no combate ao preconceito.** Brasília: CFESS, 2016

_____. **Conferências e deliberações 39º encontro nacional CFESS-CRESS.** Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/39Encontro-Deliberacoes.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2023.

_____. **Hoje é o Dia Mundial de Combate à LGBTfobia: CFESS entrevista assistente social e explica por que a profissão está inserida nessa luta.** CFESS: Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/401> Acesso em: 02 de fev. 2023

_____. **Hoje é o Dia Mundial de Combate à LGBTfobia.** Site CFESS. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1372>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

_____. **Resolução Nº 845/2018.** Brasília, 2018

_____. **Orientações para o atendimento de pessoas trans no conjunto CFESS-CRESS.** Comissão de Direitos Humanos. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-NomeSocial-Folder30x25cm-Montado.pdf>. Acesso em: 01 de fev. 2022

_____. **CFESS lança documento com orientações para atendimento de pessoas trans e travestis.** Site CFESS. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1616>. Acesso em: 3 de ago. 2023.

_____. **Homofobia - CFESS Luta Contra O Preconceito**. Site CFESS. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/211%3E>. Acesso em: 3 de nov. 2023

_____. **Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans: Exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate**. Brasília: CFESS, 2020a.

_____. **CFESS Manifesta**. Brasília: CFESS, 2020b. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2020-ManifestaEdeBatalhas2017-2020.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2023.

_____. **Política de Comunicação CFESS-CRESS**. 4 ed. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2023-4edPoliticaNacionalComunicacao-CfessCress.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2023.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.132, Mai/Ago, 2018

CISNE, M.; SANTOS, S. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, G. M. **Indivíduo e Sociedade - sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács**. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: <https://beneweb.com.br/resources/INDIVIDUO%20E%20SOCIEDADE%20Sobre%20a%20teoria%20da%20personalidade%20de%20Georg%20Luk%C3%A1cs.pdf>. Acesso em: 05 de dez. 2023.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: expressão Popular, 2010.

COWAN, B. Homossexualidade, ideologia e «subversão» no regime militar. In.

GREEN, J. N; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos, Brasil: EdufsCar, 2014.

CRUZ, D. E. S. **Uma gota no oceano: Análise da produção intelectual e política acerca da diversidade sexual no âmbito do Serviço Social brasileiro (1993-2003)**. Dissertação de Mestrado, UFRN, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25129/1/DaniellaElanaDosSantosCruz_DISSERT.pdf. Acesso em: 03 de nov. 2021

D'EMILIO, J. **O Capitalismo e a Identidade Gay**. LavraPalavra, 2021. Tradução Gustavo Guimarães. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2021/03/19/o-capitalismo-e-a-identidade-gay/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

DE OLIVEIRA, R. "Nasci certo e estou errado": A presença da eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214968/PGSS0226-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 de ago. 2023.

Dilma critica kit anti-homofobia preparado pelo MEC. **G1**, Rio de Janeiro, 2011.). Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/dilma-critica-kit-anti-homofobia-preparado-pelo-mec.html>> Acesso em: 12. abr de 2024

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014

DUARTE, M. J. O.; FERNANDES, C. P.; SILVA, M. S. Lutas Sociais e Serviço Social: a diversidade sexual na revisão da literatura profissional brasileira. In: **Anais do VII Seminário Internacional: Lutas sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais**. V.4 n.1. Juiz de Fora: Faculdade Serviço Social. 2022. Disponível em https://www.ufjf.br/facsocial/files/2022/10/anais_vii_seminario_internacional-1.pdf Acesso em: 05 de mar. 2023

EHRENREICH, P. **Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MIOLO_LivroIndiosBotocudos_Jun2014_041214.pdf. Acesso em 05 de jan. 2024.

EURICO, M. C. et. al. Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. In: Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 293-309, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235/24543>. Acesso em: 02 de fev. 2023

FACCHINNI, R. **Sopa de letrinhas? : movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90 : um estudo a partir da cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo: UNICAMP, 2002. Disponível em <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/236166>> Acesso em: 08 de nov. 2022

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003. Disponível em: http://www.academia.edu/3038398/Movimento_homossexual_no_Brasil_recompondo_um_hist%C3%B3rico. Acesso em: 08 de nov. 2022

FRY, P. **Para Inglês Ver identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4413192/mod_resource/content/1/Fry%2C%20Peter_Para-Ingles-Ver-Identidade-e-Politica-Na-Cultura-Brasileira.pdf. Acesso em: 05 de mar. 2023.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. Disponível em:

<https://giesp.ffch.ufba.br/Textos%20Edward%20Digitalizados/4.pdf>. Acesso em 23 de jun. 2023

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 1995.

GOES, W. P. Capitalismo e racismo: uma discussão necessária. In: ELPIDIO, M. H.; VALDO, J.P da S.; ROCHA. R. Desafios para o Serviço Social na Luta antirracista: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GREEN, J. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Unesp, 2022.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In. **Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf> Acesso em: 10 de out. 2022

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2017.

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG, 2003

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A EDITORA, 2006. Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 12 de jun. 2023.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Ano 2, n. 3, jan/jul, 2001. Disponível em https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 10 de out. 2023

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2022

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilséa et al (org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014a.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 609–639, out/dez, 2014b. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 10 de out. 2022

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 2021

IRINEU, B. A. A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 566–583, 2021. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/39486>. Acesso em: 17 nov. 2023.

JACINO, R. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920**. (Tese de doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11042013-093449/publico/2012_RamatisJacino_VCorr.pdf. Acesso em: 02 de fev. 2024.

JACINO, R.; GOES, W. L. Segregação ou miscigenação: os dilemas da eugenia no Brasil nas primeiras décadas do Século XX. **Revista Aurora**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 131–154, 2022. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/13309>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 17 de jan. 2024.

LOURO, G. L. **Teoria Queer – Uma Política Pós-Identitária para a Educação**.

Revista de Estudos Feministas. Florianópolis. v. 9, n. 2. 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgvKt9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 de dez. 2022

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos da filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 11. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2009.

MARINHO, S. OLIVEIRA, B. O campo dos direitos LGBT como espaço sócio ocupacional emergente do Serviço Social. In: **II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro: 80 anos do Serviço Social no Brasil**, 2016. Disponível em <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/130.pdf>. Acesso em: 28 de mai. 2020

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATOS, M. C.; MESQUITA, M. “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” – reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS. **Em Pauta**, nº 28. Rio de Janeiro: UERJ, Dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2938>. Acesso em: 31 de out. de 2021

MAZETTO, W. G; ALMEIDA, W, L; BRETAS, N. L. O Serviço Social no Centro de Referência LGBT – CRLGBT de Belo Horizonte (MG): Reflexões sobre a prática profissional. In: **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1745/1705>. Acesso em: 07 de dez. 2023.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 8, p. 53–64, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18912>. Acesso em: 17 de out. 2023

MOTA, A. E. Questão Social e Serviço Social um debate necessário. In: **O MITO da assistência social: ensaios sobre Estado, Política Social e Sociedade**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, p. 87-132, abr. 1996

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 5 – 20, 2005. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/o-movimento-de-reconceituacao-40-anos-depois-j-p-netto/view_ Acesso em: 20 de dez. 2022

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA et al. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009

_____. Posfácio. In: **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

OKITA, H. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

OLIVEIRA, E. A. Política social: políticas para o capital ou para o trabalhador?. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 232-243, set./dez. 2018. Disponível em: <http://10.0.71.139/argumentum.v10i3.18397>. Acesso em: 22 de out. 2023.

PARAÍSO, M. H. B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap413-430/p413-430_Paraiso_Os_Botocudos_e_sua_trajetoria_historica.pdf. Acesso em: 05 de jan. 2024

PAULA, L. G. P. de. **Dimensão ideo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Serviço Social, 2009. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2013/04/luciana.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2022

PAULA, L. G. P. de. **Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social**. 2ª ed. Curitiba: CRV, 2021.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 329 f. (Tese de doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/publico/Renan_Honorio_Quinalha.pdf. Acesso em: 22 de nov. 2023.

ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Rouanet,%20Sergio%20Paulo/As%20Razoes%20do%20Iluminismo.pdf>. Acesso em: 03 de fev. 2023

SANT'ANA, R, S; SILVA, J. F.S. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 351-372,jul. / dez. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32164/21594>. Acesso em 5 de jul. 2023.

SANTOS, C. M. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ /Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/665082.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2022

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2017.

SANTOS, G. G. C. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea**, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 179-212 Jan/Jun. 2016. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/393/162> . Acesso em 30 de nov. 2023.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo, pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo, Cortez, 2007

SANTOS, S. L. **O movimento homossexual no Brasil e suas políticas identitárias: uma abordagem histórico-social**. Dissertação de Mestrado. Maceió: UFAL, 2011. Disponível em <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/3546/1/O%20movimento%20homossexual%20no%20Brasil%20e%20suas%20pol%C3%ADticas%20identit%C3%A1rias:%20uma%20abordagem%20hist%C3%B3rico-social.pdf> ≥ Acesso em: 13 de jan. 2023

SANTOS, S. M. M. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27471/1/TESE%20Silvana%20Mara%20de%20Morais%20dos%20Santos.pdf> ≥ Acesso em: 15 de dez. 2023

SANTOS, S. M. M. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, I. et al. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____. Direitos Humanos dominação ideológica e resistência. **Revista Inscrita**, Brasília, v. 11, n.1, 2009. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1994>. Acesso em 12 de dez. 2023

_____. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 695-714, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nPRx8MCdCyH4sHY8zbm9gQp/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 26 de jan. 2023.

_____. Conferência: estratégias de resistência frente à precarização da formação e do exercício profissional: atualidade do código de ética e da lei de regulamentação da profissão. In: **Conferências e deliberações 39º encontro nacional CFESS-CRESS**. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/39Encontro-Deliberacoes.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2023.

_____. Diversidade Sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 8–20, 2017a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15773>. Acesso em: 26 de jan. 2023.

_____. Módulo 3 Ética e Direitos Humanos. In: **Ética em Movimento Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores/as**. Brasília: CFESS, 2017b. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Modulo03-EticaMovimento-Ebook2022.pdf>. Acesso em 03 de nov. 2023.

_____. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, p. 68-87, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28303>. Acesso em: 22 de nov. 2023.

SARMENTO, H. B. M. O instrumental técnico em Serviço Social: alguns apontamentos sobre o relacionamento. In: LAVORATTI, C.; COSTA, D. (Orgs). **Instrumentais Técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2018/10/LIVRO-INSTRUMENTAIS-TECNICO-OPERATIVOS-NO-SERVICO-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 18 de dez. 2022

SILVA, M. O. S. Trinta anos da revista serviço social & sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 100, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/155>. Acesso em 17 de out. 2023

SILVA, M. V. Ética, direitos humanos e o projeto ético-político do Serviço Social. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, n.11, 2004. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/download/758/268>. Acesso em: 11 de out. 2023.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/expressoes-ideoculturais-da-crise-capitalista-na-atualidade-e-sua-influencia-teorica-pratica-201608200510070371440.pdf>. Acesso em 08 de out. 2023.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

Soares et. al. Serviço Social e o atendimento à população LGBTI+: um relato de experiência da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. In: **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1745/1705>. Acesso em: 07 de dez. 2023.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>> Acesso em: 20 de dez. 2022

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. Ed. Revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, n.4, s.p, 2001. Disponível em: <<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00el373q8j6.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2023. 28 de dez. 2022

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.